

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Departamento de Ciência Política

Dissertação de Mestrado

**A QUESTÃO DA PALESTINA  
E A FUNDAÇÃO DE ISRAEL**

**Aura Rejane Gomes**

**Orientador: Professor Doutor Leonel Itaussu Almeida Mello**

**Junho 2001**

# A QUESTÃO DA PALESTINA E A FUNDAÇÃO DE ISRAEL

## **PRIMEIRA PARTE: RAÍZES HISTÓRICAS**

### **Capítulo 1: Origens do Sionismo Político e Primeira Fase da Diplomacia Sionista**

Os Judeus na Europa.....11

Árabes e judeus na Palestina .....17

### **Capítulo 2: Gênese do Conflito**

Os acordos da I Guerra.....19

O Sistema de Mandatos .....23

O Mandato Britânico na Palestina.....25

Controvérsia a respeito dos Títulos Jurídicos .....30

## **2ª PARTE: A POLÍTICA INTERNACIONAL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA**

**Capítulo 3: O Oriente Médio e a Decadência Britânica.....32**

**Capítulo 4: A Guerra Fria já Existia em 1947?.....36**

**Capítulo 5: Interesses da URSS no Oriente Médio.....43**

**Capítulo 6: Política Externa dos EUA no Oriente Médio.....49**

### **Capítulo 7: Atuação Sionista nos EUA**

O Programa de Bilt more.....54

Convencimento da opinião pública.....57

Mobilizações e atividades dos Comitês de Emergência locais.....62

### **Capítulo 8: Influência Sionista na Política Externa dos EUA**

Administração Roosevelt.....64

Administração Truman.....71

O lado anti-judaico da política sionista.....76

Eleições do Congresso de novembro de 1946.....78

**Capítulo 9: A Diplomacia Norte-Americana na ONU, a Serviço do Sionismo.....81**

A vinculação da questão da Palestina ao problema dos refugiados judeus.....82

Conclusões da UNSCOP e a votação da partilha.....85

**Capítulo 10: Consequências da Partilha.....94**

Reação sionista à nova posição americana.....96

O desastre palestino.....100

Comentários Finais.....102

Notas Bibliográficas.....107

Anexos.....114

Bibliografia.....138

## A QUESTÃO DA PALESTINA E A FUNDAÇÃO DE ISRAEL

### RESUMO

O objetivo deste trabalho foi compreender, do ponto de vista da política internacional, os fatores que viabilizaram a fundação de Israel no território da Palestina, provocando um dos mais prolongados e dramáticos conflitos da história contemporânea.

A criação de Israel, decidida na ONU, em 1947, violou os direitos fundamentais do povo árabe palestino (70% do total da população nesse ano), garantidos pela Carta das Nações Unidas e pelo Pacto da Sociedade das Nações, ambos fontes do Direito Internacional, e violou o título jurídico adquirido pelos árabes através do acordo firmado com os países da Entente, durante a Primeira Guerra Mundial, que garantia a independência da Palestina, causando revolta generalizada no mundo árabe, já profundamente ressentido do imperialismo ocidental na região.

Considerando a conjuntura internacional desse período, delineada pela Guerra Fria, e considerando que os principais atores do sistema internacional tinham consciência de que tal decisão causaria a hostilidade dos países árabes, acarretando altíssimos custos militares, políticos e econômicos, uma vez que a Liga Árabe declarou não reconhecer uma decisão que considerava ilegal, tivemos interesse em conhecer quais foram as expectativas de ganhos que levaram os EUA, a ex-URSS e outros países a assumirem os riscos e os custos dessa decisão.

Várias conclusões foram obtidas. Os EUA não tinham nenhuma expectativa de ganho com o apoio à criação de Israel, pelo contrário, esse evento acarretou pesados custos à nação norte-americana, advertidos permanentemente pelos Secretários de Estado e Defesa. A decisão pró-Israel foi uma iniciativa do Presidente Truman para defender seu interesse pessoal nas eleições seguintes, quando pretendia contar com o apoio da comunidade judaica de seu país. A posição de Truman garantiu a forte pressão dos EUA, na forma de chantagem e suborno, sobre vários países que sustentavam posições contrárias, na votação da partilha, na ONU.

Quanto à decisão soviética, não há uma compreensão conclusiva. Stalin, durante muitos anos, um antagonista intransigente ao projeto sionista, surpreendeu a todos apoiando de última hora a criação de Israel, na votação na ONU. Grande parte dos estudiosos considera que o objetivo soviético era simplesmente prejudicar a Grã Bretanha. Aparentemente, nessa mudança de posição momentânea, houve um equívoco nos cálculos políticos, percebido pouco tempo depois, levando esse país a reconsiderar novamente sua posição em favor dos árabes.

Grande parte dos países de ambos os blocos assumiram simplesmente o alinhamento automático às decisões das duas superpotências. Por último, cabe destacar que o interesse do Brasil era permanecer alinhado com os EUA e, nesse sentido, Oswaldo Aranha, como Presidente da Assembléia Geral, prestou um serviço fundamental. No dia da votação, devido à avaliação de que a proposta pró-Israel seria derrotada, Oswaldo Aranha decidiu encerrar mais cedo os trabalhos, adiando a votação, dando, assim, aos sionistas o tempo que necessitavam para “convencer” os países contrários, a fim de mudar seu voto.

## THE PALESTINIAN QUESTION AND THE FOUNDATION OS ISRAEL

### ABSTRACT

The aim of this research was understand, through the aproach of international policy, the factors that make possible to establish Israel in Palestine, event that caused one of the most extended and dramatic conflicts of contemporary history.

The creation of Israel, decided at UN in 1947, violated the fundamental rights of the Palestinian Arab people (70% of the whole population in that year), rights that were assured by the UN Charter and by the Pact of the League of Nations, both sources of international law, and violated the juridical title acquired by Arab people through the agreement signed with the countries of the Entente, during the First World War, that guaranteed the independence of Palestine, provoking uprising in the whole Arab world, already deeply resentful of Western imperialism in the region.

We had the interest to know what was the expectation of profits that led USA, former USSR and other countries to assume the risks and costs of this decision, taking into account the international scenery of the Cold War in 1947 and that the main actors of international system was aware that such decision would cause the hostility of Arab countries bringing high military, plitical and economic costs, since that Arab League declared not recognize that illegal decision.

The conclusion was that USA didn't have any expectation of gains supporting the creation of Israel, on the contrary, this event caused heavy costs to American nation. The decision of support Israel was a initiative of President Truman to defend his personal interest in the following election, opposing the Secretary of State and Secretary of Defense, because he wanted guarantee the vote of American Jews. The decision of Truman assured the strong prssure of United States by extortion and bribery over many countries to make them to vote on behalf of the creation of Israel.

We didn't find a conclusive understanding about the Soviet decision. Stalin, that was for many years an intransigent antagonist to the Zionist project, surprised everybody supporting the creation of Israel at UN. Mostly of scholars consider that the Soviet intent was just to damage Britain. There seemingly was a mistake in the Soviet political calculation, perceived later, leading this country to change its position.

Many countries of both blocs only asumed an automatic alignment with the decisions of the two superpowers. Finally, it's important to point out that Brazilian interest was to remain aligned with the USA and, in this sense, Oswaldo Aranha, the President of General Assembly, was very useful. In the day of partition voting, due to appraisal that the pro-Israel proposal would be defeated, Oswaldo Aranha simply decided finish earlier the session, postponing the voting, in order to give time to Zionists make pressure and suborn over the opponnet countries, to change their votes.

## A QUESTÃO DA PALESTINA E A FUNDAÇÃO DE ISRAEL

### **Observação**

Esta pesquisa não coloca em discussão o direito (legítimo) do povo judeu de possuir uma pátria onde esteja completamente à salvo de perseguições ou qualquer tipo de discriminação. A autora se solidariza com todas as pessoas do mundo que foram ou são vítimas de injustiças e violências de qualquer espécie, e esta é uma pequena contribuição para a compreensão das injustiças e sofrimentos impostos ao povo árabe da Palestina, que dispõe de tão poucas vozes para defendê-lo.

# A QUESTÃO DA PALESTINA E A FUNDAÇÃO DE ISRAEL

## Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a política internacional no processo que resultou na fundação do Estado de Israel e no conseqüente conflito árabe-israelense, um dos mais prolongados da história. A questão básica que orienta a pesquisa é compreender porque o sistema internacional permitiu a realização desse evento inusitado, diferente de todos os movimentos de nacionalidades e conflitos entre etnias, uma vez que implicou a expulsão da população árabe, nativa da Palestina desde o início dos tempos (1) para substituí-la por uma população judaica estrangeira, arregimentada de diversos países do mundo, a fim de viabilizar um Estado judeu.

Por se tratar de um processo muito extenso, situado entre 1896, data aproximada do surgimento do sionismo político, e 1948, ano da fundação de Israel, durante esse período o sistema internacional passou por transformações profundas que impuseram drásticas mudanças na atuação da OSM - Organização Sionista Mundial -, entidade que comandou o movimento sionista. O estudo completo deste processo, tendo como vetor a diplomacia da OSM, leva à construção de dois cenários; o primeiro, tendo como pano de fundo um sistema internacional multipolar e preponderância britânica, é determinado pelo intenso relacionamento da OSM com a Grã Bretanha, da qual obteve um apoio fundamental, expresso na Declaração de Balfour, sua inclusão no texto do Mandato sobre a Palestina e subseqüente aplicação.

A partir de 1936, quando os distúrbios na Palestina tornaram a continuidade do Mandato inviável, levando o governo britânico a rever sua política de apoio à OSM, esta redireciona suas atividades, desenvolvendo uma diplomacia dinâmica junto ao governo norte-americano, a qual caracteriza o segundo cenário, que culmina em 1948, com a fundação de Israel e a primeira guerra árabe-israelense. Neste momento, a transição pela qual passava o sistema internacional chega ao fim, sedimentando-se na configuração bipolar. Já no final da

Segunda Guerra as profundas diferenças ideológicas dos Aliados, somadas a outros fatores como o monopólio norte-americano da bomba atômica e as desconfianças mútuas das duas superpotências, tornaram evidente que a aliança fora substituída por uma divisão em dois blocos com concentração de poder em apenas dois Estados, EUA e URSS. A destruição da guerra rebaixou a França, Itália, Japão e Alemanha à condição de potências médias. A Grã Bretanha manteve durante algum tempo o status de grande potência, tomando parte, como tal, nas negociações do pós-guerra, mas o colapso financeiro ocasionado pela guerra fez solapar, já em 1946 e 1947, seu domínio sobre o Oriente Médio.

Devido à impossibilidade de um estudo com tal abrangência no breve período do mestrado, esta pesquisa se concentra no segundo cenário, enfocando o sistema internacional no início da Guerra Fria. A escolha do segundo cenário possibilita traçar relações com o momento atual, já numa nova configuração multipolar, porém com clara hegemonia norte-americana no campo militar, permitindo observar os fatores de continuidade em sua política externa em relação a Israel.

A partilha da Palestina foi decidida por votação na Assembléia Geral da ONU, em 29 de novembro de 1947, com 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções, somando 56 Estados. Durante o longo período de debates em torno da questão, os aspectos jurídicos, que serão discutidos neste trabalho, foram expostos pelas delegações contrárias ao desmembramento da Palestina, no sentido de demonstrar que a ONU não possuía competência para dispor de seu território, muito menos para impor a uma maioria de 70% da população, a vontade da minoria restante, fato que foi, posteriormente, amplamente reconhecido por juristas e pela própria ONU. A inobservância dos aspectos legais da questão, quando da votação da partilha, não surpreende tanto, porque submeter a legalidade ao poder sempre foi uma prática conhecida nas relações internacionais, devido à própria natureza do sistema formado por Estados soberanos. No entanto, dois fatores desse processo chamam a atenção e despertaram de forma mais direta o interesse em fazer este trabalho: a coincidência das posições norte-americana e soviética no apoio à fundação de Israel, em plena Guerra Fria, e a posição desfrutada pela OSM, uma simples agência política que atuou, desde o início, com status diplomático próprio aos Estados, com poder para influenciar vários governos e determinar as decisões de política externa das

duas mais importantes potências da história contemporânea - Grã Bretanha e Estados Unidos, fato que obviamente não pode ser explicado pela solidariedade desses governos à causa judaica.

Este trabalho, em sua totalidade, é uma introdução ao tema, porque sua complexidade e a escassez de bibliografia, no Brasil, dificultam o seu aprofundamento. Muitos fatores intrigantes merecem ser desvendados e devem ser objeto de estudos futuros. Os dois primeiros capítulos situam o tema historicamente, desde o surgimento do sionismo político até a transferência do problema do Mandato sobre a Palestina para a ONU. Em seguida, são enfocados o cenário internacional no pós-Segunda Guerra e a política externa soviética no Oriente Médio. Os capítulos seguintes tratam da política externa americana permeada pelas atividades sionistas nos EUA, além das negociações na ONU sobre a partilha da Palestina, refletindo sobre os fatores que entraram nos cálculos das potências para apoiarem a fundação de Israel e assumirem seus custos.

### **Marco teórico**

Não há uma preocupação em enquadrar a pesquisa dentro de limites rigorosos de uma determinada visão teórica, visto que nenhum modelo teórico das relações internacionais é capaz de englobar todos os fenômenos desta área do conhecimento. No entanto, a análise se baseia em alguns pressupostos fundamentais do quadro teórico realista e procura compreender, ou dar um sentido aos acontecimentos da política internacional, através do modelo realista de Hans Morgenthau, que questiona a relação custo/benefício das decisões tomadas, segundo o objetivo de ampliar o poder da nação, em comparação com as várias possibilidades de decisão que se colocaram ao Estadista, num determinado evento.

O padrão de coerência política, estabelecido por Morgenthau, é a decisão que objetiva contemplar os interesses da nação, isto é, ampliar seu poder. Nesse padrão, o objetivo da política internacional é, em primeiro lugar, a simples sobrevivência do Estado; em segundo lugar, a conquista ou conservação de preponderância sobre os outros. Assim, esse modelo permite a percepção de contradições e equívocos ou coerências no juízo da política externa dos



Estados. Segundo esta concepção teórica, as relações internacionais são regidas, primordialmente, pela política de poder.

É importante ressaltar que um dos principais fatores da construção do poder, ou da capacidade de um ator para impor sua vontade sobre os outros, é o fator econômico. Mesmo assim, permanece a supremacia das relações políticas sobre todas as outras, porque os Estados continuam sendo os elementos fundamentais nas relações internacionais. As negociações específicas, objetivando beneficiar, por exemplo, a economia de um país na arena internacional, inclusive hoje, na era das transnacionais e da globalização, permanecem sendo itens da agenda política do Estado.

Este modelo de Morgenthau se aplica ao objeto de estudo deste trabalho, com a ressalva de que a política de poder é seu fator fundamental, mas não o único. A decisão britânica de apoiar o projeto sionista, assim como as decisões norte-americana e soviética, além das de outros atores que serão mencionados, são analisadas sempre utilizando-se a referência custo-benefício em favor dos interesses do Estado, uma vez que, de forma geral, elas são justificadas pela política de poder. Isso fica evidente na votação da partilha na ONU, onde alguns Estados avaliaram a questão sob o parâmetro legalista, posicionando-se contra a partilha, mas por razões que implicavam prejuízos para a nação, mudaram suas posições, votando à favor.

Embora sob o juízo do estado de direito democrático essas decisões possam parecer imorais, do ponto de vista do modelo de Morgenthau, pode-se afirmar que, apesar de tudo, foram decisões coerentes. Já não se pode dizer o mesmo em relação às decisões resultantes de favorecimentos pessoais, como foi o caso dos EUA, onde os interesses do Presidente Truman se sobrepuseram aos interesses do Estado americano, tornando sua decisão ilegítima e incoerente. O mesmo se aplica ao governo britânico, no período após a Primeira Guerra, e a outros Estados.

A ressalva a respeito da utilização do modelo de Morgenthau nesta pesquisa, afirmando que a política de poder é seu fator fundamental, mas não o único, deve-se à percepção de que as

relações internacionais são sublinhadas por uma ambiguidade que deve ser levada em consideração. As leis existem, mas os Estados, por serem soberanos, não são obrigados a se submeterem a elas. Há instrumentos coletivos de pressão contra os violadores, como é o caso das sanções econômicas, mas não há instrumentos para a coerção efetiva. A política de poder inviabiliza a aplicação equitativa das leis, que é o fundamento do estado de direito. Alguns países infratores tornam-se alvo de punições, enquanto outros não, dependendo de sua posição dentro do sistema. Por exemplo, o Iraque e a Líbia infringiram normas e foram punidos; Israel as violou de forma mais ampla e sistemática, mas nunca sofreu nenhum tipo de embargo. Desta forma, ao mesmo tempo em que o sistema cria instituições para desenvolver o estado de direito democrático nas relações internacionais, a prática da política de poder dos Estados solapa essa iniciativa, enquanto a retórica dos discursos oficiais e da propaganda em geral é legalista, dando lugar a enormes manobras de engano e desinformação. Essa ambiguidade entre discurso e prática, e as duas medidas na aplicação da lei apontam, por um lado, que pelo menos teoricamente, o estado de direito foi eleito como melhor forma de convivência. Por outro lado, demonstra que o sistema internacional levará ainda muito tempo para completar sua transição, se é que um dia completará, do império da força ao império da lei, deslocando os conflitos do campo de batalha para o campo do debate jurídico.

Ao mesmo tempo em que esta pesquisa se guia pelo modelo de Morgenthau, desenvolve e mantém no horizonte um parâmetro legalista, baseado nos títulos jurídicos e nas normas de Direito Internacional, por ser um dos termos de avaliação da relação custo/benefício da política internacional e porque é fundamental para a compreensão da evolução da questão da Palestina até o atual processo de negociação da paz. Esse parâmetro legalista, ignorado na época da votação da partilha, mas reconhecido nos anos posteriores pela maioria dos membros na Assembleia Geral da ONU, tem sido o pilar sobre o qual se apóia a luta pela libertação do povo palestino e as negociações da parte palestina no processo de paz. Ele permite também uma percepção a respeito da durabilidade de um futuro acordo de paz que não o observe em toda sua abrangência.

## **PRIMEIRA PARTE RAÍZES HISTÓRICAS**

### **CAPÍTULO 1**

#### **Origens do Sionismo Político e Primeira Fase da Diplomacia Sionista**

##### **Os judeus na Europa**

Richard Stevens defende que o movimento nacionalista judaico surgiu como uma reação à assimilação dos judeus pelas sociedades locais, devido à preocupação de certos judeus com a perda de identidade de seu povo, sendo que a perseguição racista teria agido mais no sentido de aumentar esse sentimento. Outro elemento importante teria sido o sentimento de alguns grupos de judeus ortodoxos que passaram a considerar o movimento nacionalista como o único meio para preservação da fé judaica. <sup>2</sup>

No entanto, outros estudiosos (Pinsky, Weinstock, Rodinson) consideram que o principal fator para o surgimento desse movimento foi a perseguição anti-semita aos judeus da Europa Oriental, principalmente, da Rússia, região onde se encontrava a maior parte desse povo. Os "pogroms", que promoveram muitos massacres em vilas de população judaica, eram conduzidos não só pela população russa, que culpava os judeus por sua miséria, mas principalmente pelos governos locais e pelo poder central, que difundia uma política anti-judaica para desviar a atenção de sua ineficiência em solucionar os graves problemas sociais. Além da Rússia, a Polônia e outros países também foram palco desses massacres.<sup>3</sup> A intensificação da perseguição aos judeus, que em princípio dirigia-se às massas miseráveis vindas dos campos para os centros urbanos, disputando o mercado de trabalho operário com a população não-judaica, passou a atingir os judeus emancipados - profissionais liberais, classes média e alta - que, buscando a integração às sociedades locais, viam-se identificados, de fora para dentro, como judeus e, dessa forma, também eram discriminados.

Nesta conjuntura, surgem dois líderes de fundamental importância para o nacionalismo judaico. Ambos foram profissionais liberais bem sucedidos e defendiam a assimilação dos judeus às sociedades dos países onde viviam, e para ambos o agravamento do anti-semitismo foi o marco da rejeição. Em 1882, Leão Pinsker, médico de sucesso em Odessa, Rússia, após o pogrom em sua cidade, escreve o panfleto "Auto-emancipação: um Apelo de um Judeu Russo ao seu Povo", considerado o primeiro apelo direto ao nacionalismo judaico em resposta ao novo surto de terrorismo anti-semita. Pinsker propôs que as entidades judaicas criassem um diretório, a ser comandado pela elite: financistas, homens de ciência e negócios, estadistas e publicistas, com o objetivo de estabelecer um "lar seguro e inviolável para o surplus dos judeus que vivem como proletários nos diversos países e são um fardo para os cidadãos nativos".<sup>4</sup> A expressão "surplus dos judeus" foi usada pelo próprio Leão Pinsker.

Após Pinsker, Theodor Herzl, jornalista e dramaturgo vienense, considerado o criador do sionismo político, publicou, em 1896, seu livro *Judenstaat* (O Estado Judeu), defendendo a idéia de um Estado nacional judaico, posição assumida após o caso Dreyfus. Herzl sugeriu para esse fim, parte da Argentina ou da Palestina, o que demonstra que de início seu interesse era apenas tentar solucionar o problema do anti-semitismo. "A idéia de um Estado judeu como a realização de uma profecia veio mais tarde e até certo ponto foi utilizada como um apelo emocional".<sup>5</sup>

Herzl, europeu do período imperialista, não planejou um movimento de organização dos judeus para reivindicar e lutar por um Estado judeu na Europa Oriental, onde vivia a maior parte dessa população, mas concebeu um projeto de colonização a ser empreendido em alguma terra distante, de população "atrasada" e, por isso, passível de ser colonizada pela "civilização européia". Dessa forma, propôs o retorno a Sion segundo o modelo das Companhias inglesas de colonização, pela fundação de uma Jewish Company.<sup>6</sup> Herzl expressou suas idéias ao Barão Hirsch e também procurou Rothschild e, em 1897, organizou na Basileia (Suíça), o Primeiro Congresso Sionista, quando foi eleito primeiro presidente da Organização Sionista, e onde ficou definido que a Palestina deveria ser o local para a criação de um Estado para o povo judeu.

Durante o período de perseguição na Europa Oriental, foi expressiva a emigração de judeus para vários países, fugindo da violência do tzarismo.

**Migrantes judeus de acordo com os países de imigração** (em milhares)

Ano	EUA	Canadá	Argentina	Brasil	Afr. Sul	Palestina	Outros	Total
1840-1880	200	1,6	2	0,5	4	10	3	221
1881-1900	675	10,5	25	1	23	25	5	764,5
1900-1914	346,4	95,3	87,6	8,75	21,3	30	13	602,4

(Pinsky - Do Sionismo, in A Palestina e o Sionismo, p.9.)

No Congresso Sionista, que teve a participação de 200 delegados oriundos de vários países, ficou definido que o objetivo sionista era "garantir ao povo judeu um lar na Palestina assegurado pelo direito público", tendo sido usado o termo lar ao invés de Estado, para não despertar reações antagônicas do governo turco e de muitos judeus que poderiam ser contrários à idéia.

O Congresso da Basileia estabeleceu um programa que permaneceria básico na política sionista por sessenta anos. Alguns de seus itens mais relevantes são:

- 1 – Aquisição do direito para o povo judeu, reconhecido internacionalmente, de colonizar a Palestina.
- 2 – Promoção da colonização judaica na Palestina em larga escala.
- 3 – Criação de uma organização para unir todos os judeus no apoio ao sionismo.<sup>7</sup>

Herzl passou a buscar uma carta colonial para realizar o projeto definido no Congresso. Solicitou entrevistas ao Kaiser, ao Sultão Abd al-Hamid II, à von Plehve, Ministro do Interior da Rússia (conhecido organizador de pogroms), à Witte, ministro anti-semita, ao Papa, a Vitor Emanuel e a Chamberlain, Secretário britânico das Colônias. Em 1901, foi criado o Fundo Nacional Judaico, centralizando a arrecadação para a compra de terras e colonização, onde ficou definido que as aquisições deveriam ser propriedade inalienável do povo judeu.<sup>8</sup>

Em 1902, a Grã Bretanha ofereceu a região de El-Arish, na Península do Sinai, para a colonização sionista, mas após uma viagem ao local os sionistas rejeitaram a proposta. Em 1903, o governo britânico propôs à Herzl um território no Quênia (o projeto diz Uganda)<sup>9</sup>, mas também foi rejeitado. Herzl morreu em 1904, mas o movimento teve continuidade e, em 1908, foi fundada a Palestine Land Development Company, órgão articulado ao Fundo Nacional.<sup>10</sup>

Em 1905, no Sétimo Congresso Sionista, ficou decidido, de forma definitiva, que somente a Palestina interessava ao movimento. Poucos anos mais tarde, a organização sionista obteria a "carta de colonização" do governo britânico, através da Declaração de Balfour.

Chaim Weizmann, emigrante da Rússia, despontou como importante líder sionista, intensificando a busca de apoio de líderes políticos da Grã Bretanha, à partir de 1906. Weizmann influenciou profundamente Arthur Balfour, assim como David Lloyd George e Herbert Samuel. Em 1915, Balfour tornou-se membro do governo e, juntamente com outros membros pró-sionistas, começou a apoiar os objetivos sionistas, embora de forma cautelosa porque o Primeiro Ministro, Asquith, se empenhava na política de substituir a amizade dos turcos pela dos árabes, no Oriente Médio, desenhando uma estratégia de defesa da região, na Primeira Guerra.<sup>11</sup> No entanto, a diplomacia sionista, através de James Malcolm, convenceu Mark Sykes, Secretário Assistente do Gabinete de Guerra, a entrar em negociações diretas com os sionistas, alegando que Judge Brandeis, um sionista americano de renome, amigo íntimo do Presidente Wilson, poderia exercer grande influência para trazer os EUA para a Guerra. Isto garantiu aos sionistas a permissão para utilizar os recursos de comunicação britânicos para contatar os zionistas ao redor do mundo.<sup>12</sup>

Em 1916, Lloyd George assumiu como Primeiro Ministro e em seguida, Balfour foi indicado para o cargo de Secretário de Relações Exteriores, trazendo aos sionistas uma grande vitória. Em novembro de 1917, o governo britânico ofereceu apoio oficial ao programa sionista, expresso na Declaração de Balfour ( uma carta de Balfour ao Lord Rothschild, transcrita um pouco mais a frente).

Antes dessa “carta declaração” (que foi internacionalmente debatida) ser enviada e oficializada, muitas objeções foram feitas por oficiais do governo e inúmeros judeus ingleses e

americanos, contra a referência a um Estado judeu, até que se decidiu pelo termo Lar Nacional. Os sionistas ficaram decepcionados mas foram consolados pela declaração de Lloyd George, cujo conteúdo é de grande relevância: **“....quando o tempo chegar, com as consequentes instituições representativas para a Palestina, se os judeus... tiverem se tornado a maioria dos habitantes, então a Palestina se tornará um “Commonwealth” Judeu...(título oficial de Estados da federação).”**<sup>13</sup> Essas palavras de Lloyd George foram determinantes para a política gradualista de Weizmann, mantendo-se como diretriz da OSM até o Programa de Biltmore.

A Declaração de Balfour foi uma grande conquista sionista, tendo recebido o apoio oficial do Presidente Wilson e de outros governos. A partir desse momento, a Organização Sionista passou a se concentrar na imigração em massa de judeus à Palestina, e Weizmann dedicou-se especialmente em realizar outra proposta do Congresso da Basileia: a busca do amplo apoio dos judeus ao movimento.

É importante notar que, segundo esses dados históricos, fatores como amizades pessoais e conquista de líderes de governos para a causa sionista, exerceram uma influência inusitada na política externa desses países, levando-os à decisões de grande envergadura. À Grã Bretanha parece corriqueiro encarar uma nação "atrasada" como passível de ser colonizada, ignorando os habitantes nativos, no entanto, é surpreendente que uma das mais importantes e vorazes potências do imperialismo europeu apoie e facilite esse empreendimento à uma facção política de judeus, que era, inclusive, pouco representativa do grupo naquele momento. Esse evento foge da lógica e das práticas da política britânica, principalmente porque o apoio oficial ao sionismo feria os compromissos assumidos com os árabes. No entanto, um aprofundamento sobre os fatores que levaram Lloyd George e outros membros do governo a apoiarem a OSM, deverá ser objeto de estudos futuros.

Com o fim da Primeira Guerra e a instalação do Mandato britânico sobre a Palestina, os sionistas tiveram oportunidade de criar suas instituições através da Agência Judaica, um órgão previsto no próprio texto do Mandato, que passou a ser a entidade representativa da Organização Sionista na Palestina. Para operacionalizar a grande empreitada que se iniciava,

foi estabelecido, em Londres, um Escritório Central da organização, que passou a elaborar os planos para levantar fundos para a aquisição de terras.

Weizmann, em seu projeto de trazer o apoio de todos os judeus à política sionista, esforçou-se para que a Agência Judaica estendesse sua representatividade, uma tarefa difícil porque a Agência Judaica, um instrumento da organização Sionista, representava ainda uma pequena parcela do povo judeu, e encontrou resistência por parte dos judeus não-sionistas, principalmente norte-americanos. Weizmann tentou, então, com sucesso, a aprovação no Congresso Sionista de 1925, para estabelecer um Conselho da Agência Judaica composto igualmente por membros sionistas e não-sionistas, determinando que, entre os não-sionistas uma cota de 40% seria reservada aos judeus dos EUA. Como esse país tinha um grande número de judeus não-sionistas, a estratégia objetivou garantir o apoio deles ao movimento.<sup>14</sup>

Para trazer os judeus americanos para a causa, Weizmann havia feito contato com Louis Marshall, um importante líder do judaísmo americano, conseguindo persuadí-lo, em 1923. Também convenceu Felix Warburg, outro líder judeu, cujas atividades foram fundamentais para que o judaísmo americano começasse a apoiar o movimento sionista, tanto através de campanhas para arrecadar fundos, quanto no trabalho de obter o apoio do Congresso Americano. Em 1927, Marshall concordou formalmente em estender a Agência Judaica e, junto com Warburg, assegurou o financiamento contínuo das atividades sionistas na Palestina.<sup>15</sup>

A solução ao problema dos judeus proposta pelo sionismo se insere ao contexto da expansão colonial imperialista, com seu projeto de fundar na Palestina árabe um Estado judeu, sob a proteção de uma potência européia, submetendo ou deslocando a numerosa população nativa.<sup>16</sup> "A supremacia européia tinha implantado, mesmo na consciência dos mais desfavorecidos, a idéia de que, fora da Europa, todo e qualquer território era suscetível de ser ocupado por um elemento europeu".<sup>17</sup> As palavras de Herzl são ilustrativas para demonstrar a perspectiva imperialista do sionismo:



"Se Sua Majestade, o Sultão, nos desse a Palestina, poderíamos comprometer-nos a estabilizar completamente as finanças da Turquia. Para a Europa, constituiríamos ali um pilar contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Manteríamos, como Estado neutro, relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência".**18**

Por estar inserido num quadro imperialista, o sionismo político necessitava do apoio das potências, fator que ditava suas políticas. A Organização Sionista tentava pressionar as potências fazendo uso da força eleitoral ou financeira adquirida pelo sionismo, ou então, pelo contrário, negociando com seu anti-semitismo e com seu desejo de se desembaraçarem dos judeus. Desta forma, Herzl, em 1903, obteve um princípio de acordo com Plehve, o Ministro do Interior czarista, organizador de pogroms. Herzl, abertamente, reconhecia uma convergência de interesses entre os programas sionista e anti-semita e a prática de procurar acordos desse tipo tornou-se uma tradição(19), não apenas para obter o apoio político de figuras chave da política internacional, mas também para "convencer" os judeus da necessidade de migrarem à Palestina, outra tarefa de difícil execução. Mesmo com o apoio britânico e o grande aumento da população judaica relativamente ao crescimento total da população da Palestina, durante o mandato, os sionistas não conseguiram ultrapassar a cifra de 30%, até 1947.

### **Árabes e judeus na Palestina**

O movimento nacionalista árabe surgiu no mesmo período histórico do surgimento do movimento nacionalista dos judeus europeus, em meados do século XIX. Os primeiros judeus da Europa chegaram à Palestina nos últimos anos do século XIX, quando a mesma era parte do Império Otomano e, pela primeira vez, os dois movimentos estiveram em confrontação direta. Neste período, a influência árabe na política otomana era apenas marginal, no entanto, desde o início da tentativa judaica de instalação na Palestina ou em qualquer parte do Oriente Médio, houve, por parte do Sultão Abd al-Hamid II (1875-1908) e do governo otomano, uma atitude negativa contra o sionismo. A mesma posição foi seguida pelos Jovens Turcos, quando chegaram ao poder, em 1908, temendo, da mesma forma que o Sultão, que o sionismo fosse

outra tentativa européia de minar a posição de Istambul no Oriente Médio. Um fator que intensificou essa percepção foi a procedência russa dos imigrantes sionistas. As investidas russas nos Bálcãs e regiões do norte da Anatólia eram consideradas as maiores ameaças ao Império Otomano. Apesar disso, devido à inabilidade do governo de Istambul em controlar todos os distritos da Palestina Otomana, os líderes do movimento sionista conseguiram, através de meios financeiros de persuasão, ter sucesso em driblar a oposição ao assentamento de judeus na Palestina.<sup>20</sup> (Pappé usa a palavra suborno).

A posição dos árabes palestinos era ignorada por otomanos e sionistas. De início, os imigrantes judeus foram recebidos com hospitalidade pelos palestinos, mas no final da década de 1880, começaram a surgir atritos em torno de questões de exploração de água e terras férteis. O primeiro choque violento entre árabes nativos e colonos judeus ocorreu em 1886, quando aldeões de Yahudiya atacaram Petach Tikva, o mais antigo assentamento judaico. Esse foi o ensejo para ataques em outras partes da Palestina e levou ao primeiro protesto palestino organizado contra os esforços judaicos de colonização. Em 1893, Tahir al-Husayn, o Mufti de Jerusalém e um dos líderes da comunidade muçulmana da Palestina (mais de 75% da população), iniciou a campanha contra a colonização e a imigração judaicas. A compra de terras por judeus e sua expansão numérica eram consideradas como uma ameaça à comunidade árabe.<sup>21</sup> A mesma posição foi compartilhada por seu filho e sucessor, Hajj al-Husayn, que tornou-se Mufti de Jerusalém em 1920.

Em 1911, a disputa, até então sobre a terra, agravou-se, tornando-se uma luta pelos empregos. O sionismo passou a promover o slogan "Trabalho Hebreu" numa tentativa de evitar trabalhadores árabes em fazendas de judeus. Em 1910, essa política não teve muitas consequências, mas em 1920, com a expansão da imigração e da aquisição de terras, o problema tornou-se grave. É relevante citar que um dos slogans sionistas muito difundidos no mundo inteiro, dito pela primeira vez por Israel Zangwill em 1901, era "uma terra sem povo para um povo sem terra".<sup>22</sup> É importante, também, destacar que, de acordo com as estatísticas da ONU, em 1922, havia na Palestina uma população de 750.000 pessoas das quais 90% eram árabes.<sup>23</sup>

## **CAPÍTULO 2**

### **Gênese do Conflito**

#### **Os acordos da Primeira Guerra**

O conflito entre palestinos e judeus surgiu como consequência da tentativa de implantação do projeto sionista de colonização da Palestina, no início do século XX. No entanto, sua ampliação vertiginosa, envolvendo todo o mundo árabe, convertendo-se num conflito internacional, foi originada por uma contradição fundamental na política externa da Grã Bretanha, durante a Primeira Guerra Mundial e durante seu Mandato sobre a Palestina. Essa contradição se traduz em três compromissos assumidos pelo governo britânico, dois deles claramente excludentes entre si.

O primeiro, foi o acordo para obter o apoio militar árabe à Entente, durante a Primeira Guerra Mundial, na frente contra os turcos, garantindo em contra-partida, no caso de vitória, a independência dos povos árabes, na forma de um Estado árabe independente ou de uma Confederação de Estados árabes independentes. Esse acordo foi formalizado através da correspondência Husayn-McMahon (1915-1916) e através de declarações e memorandos do governo britânico. Sir Henry McMahon era o Alto Comissário britânico no Egito, representando o governo de Sua Majestade; Sharif Husayn, Emir de Meca, era o chefe da família Hashemita de Hijaz, um clã nobre, descendente do Profeta Muhammad, ao qual foi garantido pelos turcos o privilégio de guardar os dois lugares mais sagrados do Islã, Mecca e Medina. Devido à sua posição, ele exercia grande influência sobre os árabes. Sharif Husayn estabeleceu em detalhes os limites dos territórios a que se referia no acordo, nos quais se incluía expressamente a Palestina.<sup>24</sup>

O segundo acordo resultou das negociações entre as potências da Entente — Grã Bretanha, França e Rússia e, em seguida, Itália —, que, prevendo a desintegração do Império Otomano, disputavam entre si o Oriente Médio. Esse entendimento tomou forma no acordo secreto Sykes-Picot, de maio de 1916, estabelecendo a divisão dos territórios pertencentes ao

Império Otomano, no Oriente Médio, em esferas de influência destas potências. No princípio, havia a intenção de se estabelecer na Palestina um regime internacional, por ser um local sagrado para três religiões de âmbito mundial, mas, posteriormente, ela acabou ficando sob o controle britânico.<sup>25</sup>

A denúncia e revelação do acordo Sykes-Picot pelo governo soviético, após a revolução de 1917, e declarações contraditórias da política britânica despertaram temores nos árabes, levando a Grã Bretanha a dar novas garantias ao seu líder. Em novembro de 1918, a França e a Grã Bretanha, em declaração conjunta, repetiam a garantia dos compromissos assumidos com Husayn, referindo-se às esferas de interesse das duas potências:

" O objetivo que a França e a Grã Bretanha perseguem ao continuar no Oriente a guerra desencadeada pela ambição da Alemanha é a emancipação completa e definitiva dos povos (árabes) e o estabelecimento de governos e administrações nacionais, que derivem sua autoridade da iniciativa e da eleição livre das populações autóctones".<sup>26</sup>

“Com o objetivo de fazer realidade estas intenções, a França e a Grã Bretanha conveniaram fomentar e prestar assistência ao estabelecimento de governos e administrações autóctones na Síria e Mesopotâmia, já libertadas pelos Aliados, e nos territórios em cuja libertação estão empenhados, reconhecendo-os prontamente conforme se estabeleçam".<sup>27</sup>

O terceiro compromisso da política britânica, assumido com a Organização Sionista Mundial – OSM -, incompatível com o acordo firmado com os árabes, foi seu apoio ao estabelecimento, na Palestina, de um "lar nacional para o povo judeu", formalizado numa carta emitida pelo Secretário do Ministério de Relações Exteriores britânico, Sr. Arthur Balfour, ao Lord Rothschild, a qual passou a chamar-se **Declaração de Balfour**:

*“Secretaria do Ministério das Relações Exteriores*

*2 de novembro de 1917*

*Estimado Lord Rothschild:*

*Me compraz transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade Britânica, a seguinte declaração de simpatia pelas aspirações judaicas sionistas, cujo texto foi submetido ao Gabinete e aprovado por este:*

*"O Governo de sua Majestade vê com beneplácito o estabelecimento na Palestina de um lugar nacional para o povo judeu e fará o quanto estiver em seu poder para facilitar a realização desse objetivo, ficando claramente entendido que não se tomará nenhuma medida que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas da Palestina, ou os direitos e a condição política de que gozem os judeus em qualquer outro país".*

*Lhe agradecerei se puser esta declaração em conhecimento da Federação Sionista.*

*Atenciosamente,*

*Arthur James Balfour".28*

Observa-se que a Declaração se refere à população nativa apenas como população não-judaica, evidenciando a mentalidade colonialista européia em relação às nações não-desenvolvidas. Não seria a mesma coisa se o objetivo fosse introduzir o elemento estrangeiro numa nação mais desenvolvida, tendo de remover ou discriminar a população Alemã, por exemplo. Outra observação importante é que a declaração do governo britânico se dirige ao Lord Rothschild, aparentando ser uma resposta à alguma reivindicação dele. Tratando-se de um dos homens mais ricos do mundo, financiador, inclusive, de governos, parece legítimo supor que a Declaração de Balfour não foi uma simples gentileza do governo britânico aos Rothschild e à Organização Sionista, mas pode ter se tratado de uma "troca de favores" de altíssimo preço, visto a importância desse documento, objeto de negociações com outros Estados. O barão Edmond Rothschild foi um dos principais patrocinadores do estabelecimento de judeus na Palestina.**29**

A Declaração de Balfour teve papel fundamental em todas as fases do conflito na Palestina. Ela foi incorporada ao texto do Mandato britânico, transformando-se numa espécie de Constituição sionista à qual o governo britânico pretendia submeter os habitantes da Palestina. A Declaração de Balfour foi objeto de consultas mútuas entre membros do Governo britânico e da OSM e só foi aprovada após o consentimento dos EUA. Foram examinados seis

projetos antes de ser formulada sua versão definitiva. Esse meticuloso processo de redação teve por resultado, aparentemente proposital, a elaboração de uma declaração repleta de ambiguidades, assim como foi propositalmente ambíguo o termo "lugar nacional para o povo judeu" em vez de "Estado nacional".<sup>30</sup> Essa ambiguidade tinha o objetivo estratégico, na época de sua redação, de não confrontar diretamente os árabes e, posteriormente, no final do mandato, justamente a mesma ambiguidade foi usada pelo Governo britânico para negar aos sionistas a pretensa promessa de criação de um Estado judeu.

Rodinson defende que a realização do projeto sionista se deve ao ato político britânico expresso na Declaração de Balfour. Ele acredita que o principal motivo da Declaração foram os esperados efeitos de propaganda sobre os judeus dos Impérios Centrais e da Rússia e a esperança de colher benefícios na futura liquidação do Império Otomano. " Os judeus da Alemanha e da Áustria-Hungria tinham sido conquistados para o esforço de guerra, em grande parte, pelo fato de se tratar de combater a Rússia-tzarista, perseguidora de judeus. No território russo conquistado, os alemães apresentavam-se como protetores dos judeus oprimidos, como libertadores do "jugo moscovita". A revolução comunista reforçava, na Rússia, suas tendências contrárias à guerra e, como atribuía-se aos judeus russos um papel importante no movimento revolucionário, pareceu fundamental dar-lhes motivos para apoiarem a causa aliada. Rodinson também considera que não foi uma coincidência a Declaração de Balfour surgir cinco dias antes da data de 7 de novembro (25 de outubro do calendário juliano), em que os bolchevistas tomaram o poder, e afirma que um dos objetivos da Declaração era apoiar Kerensky. "Pensava-se na força dos judeus dos EUA, país que acabava de se juntar aos Aliados. Era necessário obter um esforço máximo, quando neles predominava a tendência para o pacifismo. Era necessário se antecipar aos sionistas alemães e austríacos que negociavam com os seus governos uma espécie de " Declaração de Balfour".<sup>31</sup>

Entretanto, as afirmações desse autor parecem pouco conclusivas. Uma suposição de que a Declaração teria força para influenciar os russos a permanecerem na guerra, ou os americanos a entrarem nela seria suficiente para um compromisso desse porte entre o governo britânico e os sionistas?

## O Sistema de Mandatos

A Palestina passou para o controle britânico no final de 1918, quando o General Allenby, comandante da Egyptian Expeditionary Force, ocupou as ex-províncias da Palestina otomana, após uma sangrenta batalha contra Gamal Pasha, comandante do Fourth Turkish Army. A Grã Bretanha estabeleceu uma administração militar na Palestina e nas outras áreas do Oriente Médio, ocupadas pelos Aliados durante a guerra.<sup>32</sup>

Terminada a Primeira Guerra Mundial, durante a realização da Conferência de Paz de Paris, firmou-se o Pacto da Sociedade das Nações, em junho de 1919, como parte integrante do Tratado de Versailles. O Pacto introduziu, em seu artigo 22, o Sistema de Mandatos, fundado sobre o conceito de que o desenvolvimento dos territórios sob tutela das "nações mais adiantadas" constituía uma "missão sagrada da civilização". O grau de tutela dependeria do grau de maturidade política do território interessado. Classificou-se os mais desenvolvidos como mandatos da classe "A", os menos desenvolvidos como da classe "B" e os mais atrasados como da classe "C". Os territórios árabes foram classificados como mandatos da classe "A".

Territórios árabes sob sistema de mandatos da classe "A": Síria e Líbano - sob tutela da França; Palestina, Transjordânia e Mesopotâmia - sob tutela da Grã Bretanha.<sup>33</sup>

O texto do Pacto, considerado fonte do Direito Internacional, em seu artigo sobre o Sistema de Mandatos, estabeleceu o direito à autodeterminação dos povos e, especificamente em relação às nações árabes (mandatos classe "A"), determinou que tais comunidades "alcançaram um grau de desenvolvimento tal, que pode reconhecer-se provisoriamente sua existência como nações independentes, sempre que sua administração se guie pelos conselhos e auxílio de um Mandatário até que sejam capazes de conduzirem-se por si mesmas". \*Anexo 1

O conceito de mandatos, uma inovação no sistema internacional, foi criado para conciliar as exigências colonialistas do momento e a necessidade política e moral de reconhecer, mesmo que de forma enviesada, os direitos dos colonizados, uma vez que ignorar os acordos com Husayn significaria confrontar diretamente o nacionalismo árabe.

Com a inclusão da Declaração de Balfour no texto do Mandato britânico, o qual foi aprovado pela Sociedade das Nações, o mesmo tornou-se não apenas uma flagrante contradição ao texto do Sistema de Mandatos, mas uma verdadeira inconstitucionalidade, uma vez que esse sistema foi criado para "capacitar as nações da classe "A" para a independência plena" sendo que as mesmas já eram consideradas provisoriamente independentes. Sendo o Sistema de Mandatos fundamentado no direito à auto-determinação dos povos, constituindo o segundo título jurídico dos árabes Palestinos (o primeiro foram os acordos da Primeira Guerra), o Mandato britânico violou o direito à auto-determinação dos 750 mil árabes habitantes nativos da Palestina, com a finalidade de fazer respeitar o "direito" à auto-determinação dos judeus habitantes e nacionais de diversos países, na Palestina. Apesar dessa inconstitucionalidade, a Declaração de Balfour foi considerada um título jurídico em favor dos sionistas durante as sessões que determinaram a partilha da Palestina, na ONU, sendo que os títulos jurídicos dos árabes foram ignorados. **Anexo 2 (Texto do Mandato sobre a Palestina)**

A perpetuação dessa ilegalidade, que foi revista sem consequências práticas pela Assembléia Geral muitos anos depois da partilha, é responsável pelos inestimáveis custos materiais e de vidas humanas que vêm sendo causados pelo conflito, até os dias de hoje.

A contradição do Mandato na Palestina foi reconhecida e muito questionada dentro do próprio governo britânico, à época de sua redação e votação, gerando grande polêmica. Os comentários de Lord Curzon (Presidente do Conselho de Lords) são esclarecedores:

" Há aqui um país com 580.000 árabes e 30.000 judeus ou talvez 60.000, que de nenhum modo são sionistas. Partindo dos nobres princípios da livre determinação e terminando com um esplêndido chamamento à Sociedade das Nações, procedemos na continuação a redigir um documento que é... declaradamente uma constituição para um Estado judeu. Inclusive os pobres árabes só podem espiar através do buraco da fechadura, como comunidade não-judaica".<sup>34</sup>

Arthur Balfour, num memorando dirigido à Lord Curzon expressa o seguinte:



*"A contradição entre o texto do Pacto e a política dos Aliados é ainda mais flagrante no caso da "nação independente" da Palestina do que da "nação independente" da Síria, devido a que na Palestina nem sequer nos propusemos a cumprir a formalidade de consultar os desejos dos atuais habitantes do país, embora a comissão norte-americana tenha cumprido com a formalidade de perguntar quais são esses desejos.*

*As Quatro Grandes Potências estão comprometidas com o sionismo. E o sionismo, esteja certo ou equivocado, para o bem ou para o mal, está enraizado em tradições milenares, em necessidades atuais, em esperanças para o futuro, de importância muito mais profunda que os desejos e prejuízos dos 700.000 árabes que hoje habitam essas antigas terras".<sup>35</sup>*

A política externa britânica, ao assumir compromissos contraditórios com os árabes, garantindo-lhes a independência, e com os sionistas, prometendo-lhes um "Lar Nacional" para o povo judeu no mesmo território, foi equivocada, para dizer o mínimo, porque, à médio prazo, inviabilizou o Mandato e comprometeu sua posição no Oriente Médio. No início, o governo britânico, na Palestina, conseguiu contornar a inquietação das lideranças árabes, mas os efeitos da implementação de sua política, ao longo do tempo, evidenciaram uma situação incompatível com o nacionalismo árabe e suas expectativas de independência, resultando numa onda de protestos que culminou com a revolta árabe de 1936, ampliando imensamente as pressões sobre a Administração.

### **O Mandato Britânico na Palestina**

A OSM, para realizar seu projeto de um Estado judeu, necessitava de três elementos característicos: território, população e governo. O Mandato britânico propiciou a base para se erigir as instituições de um governo sionista sobre o território ocupado pelos árabes. Durante o Mandato, de 1922 a 1948, todos os poderes legislativos e executivos foram controlados pelo Alto Comissário, representando o governo britânico. Foi negado aos árabes qualquer direito de autonomia, inclusive de participar da Administração. Entretanto, os judeus gozavam de status privilegiado. O artigo 4 do Mandato estabeleceu que "uma adequada agência judaica será

reconhecida como corpo público, a fim de aconselhar e cooperar com o governo da Palestina nas questões econômicas, sociais e outras que possam afetar a fundação de um lugar nacional judeu...".**36** Com essas prerrogativas, a Agência Judaica se tornou um governo dentro de outro.

Ainda restavam duas dificuldades: obter as terras e uma população de judeus. É interessante notar a especificidade desta empresa, inédita na história, que objetivou a criação de um Estado nacional distante geograficamente do povo em questão, disperso pela Europa, que deveria constituir a nação.

A estratégia desenvolvida pela OSM, com o apoio da administração britânica, baseou-se, concomitantemente, na promoção intensiva da imigração de judeus para a Palestina e na aquisição de terras. Em 1922 havia, na Palestina, uma população total de 750.000 pessoas, das quais menos de 10% eram judeus.

De 1920 a 1929 imigraram legalmente para a Palestina aproximadamente 100.000 judeus (sempre houve a imigração ilegal).

De 1929 a 1939 a imigração de judeus foi de 232.000.

Em 1939, havia 445.000 judeus, do total de 1.500.000 de habitantes, aproximadamente 30% da população.**37**

No final de 1946, a população judaica era de 608.000, num total de 1.850.000.

A população total teve um aumento de quase 250%, enquanto a população judaica aumentou em aproximadamente 725%, no período entre 1922 e 1946.**38** Apesar do esforço empreendido e dos números obtidos, o sionismo ainda não fora capaz de criar a desejada maioria judaica, um objetivo procurado de forma obstinada, para tornar internacionalmente aceitável a reivindicação da Palestina como um Estado judeu.

Foi intenso também o processo de aquisição de terras férteis por organizações judaicas, como o Departamento de Colonização da Organização Sionista, facilitado pela administração britânica. O financiamento dessas ações provinha das arrecadações levantadas em diversos países por organizações judaicas, principalmente nos Estados Unidos.

O Mandato britânico na Palestina, contendo uma espécie de constituição sionista, possibilitou ao sionismo erigir instituições voltadas à organização e desenvolvimento da comunidade judaica, tornando-se, em alguns setores, paralelas às instituições do mandatário, inclusive com forças de defesa, sendo que os árabes encontravam-se impossibilitados de fazer o mesmo, tanto por falta de recursos, como por impedimentos por parte da Administração. Era rigidamente proibido aos árabes, a propriedade e o porte de armas.

A OSM, dispendo de vastos recursos, foi encurralando a população árabe, mantendo uma política sistemática de discriminação “racial” (muito embora o judaísmo não seja uma raça). A partir dos anos 20, os colonos judeus foram proibidos de contratar mão de obra não-judaica. As terras adquiridas eram consideradas propriedades inalienáveis dos judeus, caracterizando-se como extraterritorializadas. Os árabes não podiam arrendá-las, comprá-las ou trabalhar nelas. Nesse Estado dentro de outro, os árabes foram intensamente marginalizados.

Em abril de 1946, quando a política britânica já havia deixado de apoiar o projeto sionista e tentava solucionar o grave problema da Palestina, os membros do Inquiry Committee anglo-americano puderam afirmar em seu relatório:

"...Existe , pois, praticamente, um Estado não-territorial judeu, com seus próprios órgãos executivos e legislativos....Esse governo judeu, na sombra, deixou de cooperar com a Administração, a manutenção da lei e a supressão do terrorismo...

Um aspecto sinistro dos anos recentes é a aparição de forças armadas ilegais consideráveis. Sua estrutura é a seguinte:

A organização geral é a Haganah..com ramos subsidiários em três seções, cada uma das quais inclui mulheres, a saber:

- uma força estática com 40.000 membros,
- um exército de campanha baseado na Polícia dos Assentamentos Judeus e capacitada para operações de maior mobilidade, com efetivos de 16.000 membros,
- uma força permanente com 6.000 membros.

Sabe-se que a Haganah vem há vários anos adquirindo armas...À parte a Haganah, existem outras duas organizações armadas iguais, que se separaram do grupo principal...o Irgun Zvei Le umi ...e o grupo Stern...

O Irgun, com efetivos entre 3.000 e 5.000 homens, se dedica à sabotagem e terrorismo contra a potência mandatária, o Stern se dedica ao terrorismo com um efetivo, calculado por baixo, segundo o governo britânico, de 200 a 300 pessoas..."**39**

O resultado das políticas britânicas e sionistas na Palestina foram diversas revoltas violentas da população, com muitos mortos e feridos. Em 1936, a resistência palestina contra o governo britânico e a colonização sionista iniciou uma importante rebelião que durou até o início da Segunda Guerra Mundial. As exigências palestinas de independência se reforçaram a partir das agitações nacionalistas simultâneas no Egito e na Síria. Instalou-se uma revolta generalizada que obrigou os britânicos a reverem seu apoio ao projeto sionista.

Uma Comissão Real, encarregada de analisar os distúrbios, recomendou a partilha da Palestina como solução para a crise. Este reconhecimento público de que, por suas contradições internas, era impossível continuar aplicando o Mandato, assinalou seu fim iminente. A recomendação da partilha foi aceita pelo governo britânico no Livro Branco, publicado em 1937. No entanto, essa proposta indignou as duas partes; os árabes porque lutavam desde o final da Primeira Guerra pela independência, os sionistas porque pretendiam um Estado judeu ocupando toda a Palestina.

Como os distúrbios só recrudesceram, muitas comissões do governo britânico foram enviadas para analisar a situação, mas "suas recomendações eram invariavelmente afetadas pela influência sionista em Londres". Em maio de 1939, diante da impossibilidade de conciliar as duas partes do conflito e diante da iminência da guerra, quando era fundamental contar com o apoio árabe, a Grã Bretanha apresentou sua política unilateral, em outro Livro Branco (MacDonald White Paper) a despeito dos fortes protestos sionistas. Nele, declarava que estava descartada qualquer intenção de criar um Estado judeu ou de tornar a Palestina independente como Estado árabe, prevendo o fim do mandato para 1949, com a independência para a

Palestina, cujo governo seria partilhado entre árabes e judeus. Decretou a suspensão da imigração judaica, depois da admissão de 75.000 novos imigrantes. O governo passaria a regulamentar de forma rigorosa todas as transferências de terras.**40**

Evidentemente, essa decisão desagradava aos sionistas, uma vez que a população judaica estava longe de alcançar a maioria para poder, pelo menos, controlar o governo, na perspectiva de ter de conviver com os árabes. A partir dessa decisão, a situação na Palestina tornou-se insustentável. Os sionistas reagiram para conservar o que já haviam conseguido e pressionar no sentido de conquistar seu objetivo máximo de um Estado judeu. A trégua política pedida em função da Segunda Guerra Mundial não foi respeitada pelos sionistas, que intensificaram a violência durante os anos de guerra, segundo atestam documentos oficiais britânicos denunciando suas atividades terroristas. Em 1942, extremistas liderados por Abraham Stern, cometeram vários assassinatos e roubos na Zona de Tel Aviv. No ano seguinte foi descoberta uma ampla conspiração, ligada à Haganah (formação militar controlada pela Agência Judaica), para roubar armas e munições das forças britânicas no Oriente Médio. Em 1944, o Ministro de Estado britânico para o Oriente Médio foi assassinado, no Cairo, por membros da gang Stern. A terceira organização judaica, o Irgun Zvei Leumi, foi responsável por grande destruição, em 1944. Em 1946, o terrorismo sionista explodiu o hotel King David, de Jerusalém, onde se encontravam os escritórios da Secretaria de Governo e uma parte dos quartéis militares. Entre outras atividades das organizações terroristas, encontram-se o sequestro de um juiz e vários oficiais britânicos, a sabotagem de um sistema ferroviário e o incêndio de um clube de oficiais britânicos, de Jerusalém. Porta-vozes oficiais da comunidade judaica negavam sua responsabilidade nos atentados, mas, segundo documentos publicados pela ONU, havia provas da participação da Agência Judaica.**41**

Após a Grã Bretanha adotar a política do Livro Branco, em 1939, a OSM concentrou sua ação nos EUA, para obter apoio ao seu projeto. Até então, o caráter explícito do movimento sionista fora colonizador, objetivando excluir o povo árabe nativo, com o apoio do governo britânico. A partir deste momento, a OSM, que financiou a imigração do povo judeu à Palestina para fins de colonização, adota a estratégia de sensibilizar a opinião pública americana, se auto-identificando e ao povo judeu como vítimas da colonização britânica e da

perseguição árabe. A Grã Bretanha, até então parceira na empresa de colonização, que viabilizou as imensas conquistas sionistas, foi acusada de imperialista colonizadora.

Após a Segunda Guerra Mundial, as dificuldades financeiras somadas ao recrudescimento do nacionalismo árabe e do conflito na Palestina levaram a Grã Bretanha a transferir o problema da Palestina para a ONU, conforme veremos no capítulo correspondente.

Existem diversas opiniões de autoridades em Direito Internacional, que questionaram a legalidade do Mandato. Encontram-se no \***Anexo 3** as avaliações do Professor Henry Cattan.

### **Controvérsia a respeito dos títulos jurídicos**

Em 1939, após tornarem-se públicos os documentos Husayn-McMahon, já havia surgido uma controvérsia, porque a Grã Bretanha defendia que a Palestina não estava incluída nos acordos da Primeira Guerra . Estabeleceu-se, então, um comitê com representantes árabes e britânicos para examinar a questão da Palestina. Durante a correspondência entre Husayn e McMahon, a Grã Bretanha fez um esforço para excluir determinadas áreas dos territórios que deveriam adquirir independência, alegando que estavam em jogo interesses da França, que era um país aliado. Essas áreas foram descritas como sendo " porções da Síria situadas a oeste dos distritos de Damasco, Homs, Hama e Alepo". Isto corresponde às zonas costeiras da Síria atual e da parte setentrional do Líbano, onde convergem os interesses franceses. Não abarca a Palestina, que, além disso, era um território identificável e conhecido devido aos importantes acontecimentos históricos.

#### **Mapa – Anexo 4**

As partes integrantes do comitê não chegaram a um acordo a respeito da interpretação desses documentos. No entanto, seu informe, referindo-se aos documentos Husayn-McMahon, assim como à declaração franco-britânica aos árabes, depois de dar-se a conhecer a Declaração de Balfour, conclui:

" Na opinião do comitê, destas declarações se depreende que o governo de Sua Majestade não tinha liberdade para dispor da Palestina sem tomar em consideração os desejos e interesses dos habitantes da Palestina, e que estas declarações devem ser levadas em conta em todo intento de estimar as responsabilidades que, de acordo com qualquer interpretação da correspondência, adquiriu o governo de Sua Majestade com respeito a esses habitantes, como consequência da correspondência".<sup>42</sup>

Essa controvérsia, na realidade, foi uma manobra do governo britânico, o qual estava ciente da inclusão da Palestina no compromisso com Husayn. Arnold J. Toynbee, membro do Ministério das Relações Exteriores na época da Conferência de Paz de Paris e que se ocupou da questão da Palestina, escreveu, em 1968, que a Palestina não estava excluída da zona em que o Governo Britânico apoiaria a independência árabe e que os árabes palestinos podiam " supor razoavelmente que a Grã Bretanha estava comprometida a preparar a Palestina para converter-se num Estado árabe independente".<sup>43</sup> Como veremos a seguir, embora a conclusão do comitê tenha sido favorável aos árabes palestinos, não foi levada em consideração, nos debates na ONU, que permitiram a partilha da Palestina e a fundação de Israel.

É muito comum entre os autores que publicaram trabalhos na área de política internacional, principalmente os americanos, a citação de que a Palestina não estava incluída nas promessas de independência que os Aliados fizeram aos árabes. Isso se deve, provavelmente, à desinformação ou à propaganda enganosa que os sionistas se empenharam em fazer. Esse comportamento um pouco acomodado dos pesquisadores, contribui para disseminar informações incorretas, muito embora, mesmo que fosse correta a afirmação de que a Grã Bretanha não incluiu a Palestina no acordo, devido aos interesses franceses, que mostraram-se inexistentes uma vez que o Mandato da Palestina não ficou com a França, o fato de haver na Palestina uma população árabe precede qualquer tentativa de legitimar a criação de um Estado judeu em seu território.

## SEGUNDA PARTE

### A POLÍTICA INTERNACIONAL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA

#### CAPÍTULO 3

##### O Oriente Médio e a Decadência Britânica

No século 19, a política da Grã Bretanha no Oriente Médio tinha o objetivo de assegurar as rotas para a Índia e o Extremo Oriente e manter as potências hostis afastadas da área. Enquanto durou sua supremacia mundial, ela conseguiu impedir a expansão russa pelo leste do Mediterrâneo e Golfo Pérsico, rivalizou persistentemente com a França e frustrou as investidas armadas da Alemanha.<sup>44</sup>

Apesar de, já no início do século 20, ter sua supremacia mundial desafiada pela Alemanha (e também pelo Japão), a Grã Bretanha pôde manter seu controle sobre o Oriente Médio compartilhando com a Turquia a rivalidade em relação à Rússia, sem interferir na independência e integridade do Império Otomano, que controlava toda a área dos Balcãs ao Golfo Pérsico. Era importante o apoio britânico contra os russos, num período em que o Império encontrava-se fraco para defender-se sozinho. Constantinopla sofreu perdas progressivas na Europa, mas conseguiu manter-se na Ásia e na África, exceto no Egito, que foi ocupado pelos ingleses em 1882.

Este cenário se transformou na Primeira Guerra, quando a Rússia lutou ao lado dos britânicos e os turcos optaram pelos alemães. A partir daí, a desintegração do Império Otomano passou a ser um dos objetivos britânicos. No final da guerra a Turquia foi invadida e partilhada entre os Aliados. Embora o Império já não existisse mais, a Turquia conseguiu se reestruturar através do seu forte movimento nacionalista, liderado por Kemal Ataturk, que, neste momento, buscou apoio na ex-Rússia, recém-transformada em União Soviética.

A Grã Bretanha passou, então, a desenhar um novo sistema para salvaguardar seus interesses, controlando a maior parte do mundo árabe. O sistema de mandatos lhe garantiu o



domínio na Jordânia, na Palestina e no Iraque. Ela também manteve o protetorado sobre o Egito, além da posição influente no Iran. O Egito(1922) e o Iraque(1932) conquistaram a independência, mas a Grã Bretanha conseguiu substituir a antiga relação por uma nova, na qual mantinha forte influência através de tratados que garantiam suas bases militares e direitos de uso, fatos que acirravam as oposições e movimentos de massa, contra colonizadores e governos locais.

No período entre-guerras essa estratégia se manteve sólida, sendo que até a Turquia tornou-se aliada em 1939. No entanto, o sistema começou a ser abalado pela pressão do crescente nacionalismo egípcio e do forte conflito entre os árabes e judeus na Palestina. A presença francesa na Síria também foi alvo da revolta nacionalista.

Durante a Segunda Guerra, os britânicos, em conjunto com os americanos, controlaram toda a vida econômica no Oriente Médio através do Middle East Supply Center. No final da guerra, a política britânica buscava construir uma nova relação com os árabes a fim de manter sua posição na região. Tentando se adaptar ao novo cenário, numa estratégia de cooperar com os países independentes, apoiou a nascente Liga Árabe, ajudou a Síria e o Líbano a se livrarem da França e reagiu com firmeza à tentativa soviética de estabelecer uma base militar na área e à interferência americana na Palestina.

No entanto, após a Segunda Guerra, o nacionalismo no Oriente Médio tomou forte impulso, e sua força era dirigida contra os remanescentes das administrações francesa e britânica e contra a invasão sionista do mundo árabe. As mudanças sociais ocasionadas pelo maior contato com as idéias ocidentais e a formação de uma classe média mais consciente e atuante, questionadora da atuação de seus governos, constituiu uma força com a qual as potências européias não tiveram a mesma facilidade em lidar, como tiveram com os pashas, sheikhs e beys, sobre os quais exerceram tanto controle no passado. Nesse período, havia muitos líderes controlando as massas revoltadas nas ruas, que eram dirigidas contra o colonialismo e a exploração estrangeira.<sup>45</sup> O nacionalismo no Oriente Médio manifestava-se em lealdades à nação individualmente, como no Egito e no Iraque, e também na idéia do Pan-Arabismo. Os governos árabes nem sempre partilhavam das opiniões desse nacionalismo, mas

a pressão das ruas era irresistível, inclusive depondo governos, quando estes apontavam para posições muito conservadoras, favoráveis aos antigos dominadores ocidentais.

A força do nacionalismo árabe, expresso principalmente nas massas, conduziu as pressões da Liga Árabe sobre as questões da Palestina, Suez, Sudão e Norte da África. Os líderes políticos árabes que quisessem permanecer no poder não podiam ignorar os anseios das ruas. O Egito permaneceu irreconciliável aos tratados existentes, que garantiam a posição britânica no Canal de Suez e no Sudão. O Primeiro Ministro egípcio que tentou negociar um novo acordo com os britânicos, em 1946, teve de ser deposto. O Iraque permaneceu limitado pela Grã Bretanha por um tratado de 1930, mas as revoltas de 1948 derrubaram o governo que havia negociado o novo tratado para substituir o antigo. Mesmo a Jordânia, que apesar de ter obtido sua independência formal em 1946, manteve-se submissa à tutela britânica, teve de tomar outro rumo depois do assassinato do rei Abdullah, em 1951. **46**

Em agosto de 1941, o nacionalismo iraniano foi capaz de manter forte resistência à invasão anglo-soviética e sua ingerência sobre a independência e integridade do país. Graças a isso, em janeiro de 1942, o Iran conseguiu que as duas potências firmassem um pacto comprometendo-se a respeitar sua integridade e a retirar suas tropas após a guerra. Apesar disso, a URSS manteve sua influência no Norte, apoiando o recém-fundado Partido Tudeh e as tendências separatistas de uma minoria no Azerbaijão. Em setembro de 1944, a exigência soviética de uma concessão exclusiva para exploração do petróleo gerou uma grave crise que ocasionou a renúncia do Primeiro-Ministro Maraghei. O então desconhecido deputado Mohamed Mossadegh, lutou contra as concessões de exploração de petróleo durante a guerra. No fim da guerra, as forças ocidentais estavam para se retirar, mas a União Soviética não pretendia fazer o mesmo, levando o Iran, receoso, a aceitar o apoio ocidental para forçar a retirada das tropas e frustrar a tentativa soviética de apoderar-se do Azerbaijão iraniano e de subverter o governo nacional, em Tehran. **47** Apesar disso, como resultado do intenso contato com o Ocidente, o nacionalismo iraniano encontrava-se mais forte e disseminado, exercendo grande pressão sobre a questão da nacionalização do petróleo, tendo em mira, especificamente, a poderosa Anglo-Iranian Oil Company.

Nesse período, a Turquia já era um Estado nacional forte e bem estabelecido, graças às mudanças trazidas pela revolução de Ataturk, conseguindo manter sua neutralidade e independência durante a guerra. Essa posição tornou menos traumático para ela, buscar ajuda no Ocidente, quando sofreu as pesadas ameaças da URSS, após a Segunda Guerra, diferentemente do Iran, que se sentia ameaçado pela URSS e temia por sua independência ao buscar ajuda ocidental.**48**

A economia da Grã Bretanha foi profundamente enfraquecida pela guerra, seu comércio exterior solapou, agora à mercê das importações, que dobraram sua dívida externa.**49** Ela teve de desistir do Middle East Supply Center e não podia mais custear tropas para manter o extenso Império, nem mesmo na Palestina. E justamente quando teve de enfrentar essa grave crise financeira, a dureza do nacionalismo árabe veio substituir a docilidade dos antigos governos. “A política de ceder o controle político em troca de manter bases não funcionou, por resultarem de tratados desiguais, e as bases, em si, tornaram-se alvos dos ataques nacionalistas”.**50**

A decadência do Império britânico deixava atrás de si um vácuo que inevitavelmente passou a ser disputado no âmbito da Guerra Fria. Apesar do conflito de interesses no Oriente Médio entre a Grã Bretanha e os EUA (Iran, Arábia Saudita e Palestina), os britânicos foram obrigados a ceder e a buscar o apoio norte-americano, a fim de evitar a expansão soviética e manter as posições do Ocidente na região, uma forma de evitar o sepultamento definitivo de sua política na área. As regiões problemáticas controladas ou sob a influência da Grã Bretanha, Palestina, mundo árabe, Índia e possessões no Pacífico, Grécia, Adriático e as questões de Suez e Dardanelos passaram a ocupar o interesse central na política externa dos EUA, não apenas devido ao petróleo e ao comércio, mas principalmente pela ameaça soviética, concentrada em preencher o vácuo criado pelo enfraquecimento britânico e pela independência dos países da região.**51** Dessa forma, em 1946-1947, a Grã Bretanha transferiu à responsabilidade norte-americana as questões da Turquia e da Grécia, que se tornaram urgentes devido à pressão soviética e aos movimentos revolucionários internos apoiados por Moscou, e transferiu à ONU o problema da Palestina, retirando-se de seu território no ano seguinte, fato que facilitou a deflagração da guerra árabe-israelense de 1948.

## CAPÍTULO 4

### A Guerra Fria já existia em 1947?

Embora a URSS tenha sido uma potência Aliada, durante a Segunda Guerra, no imediato pós-guerra, a Guerra Fria estava claramente definida e se tornou o fator fundamental nas decisões de política internacional.

As relações entre EUA e URSS tiveram fases diferentes a partir da Revolução Bolchevista, em 1917, mas mesmo os momentos amistosos não impediram a formação de uma cultura profundamente anti-soviética na sociedade americana.<sup>52</sup> O Presidente Woodrow Wilson defendia enfaticamente o direito à autodeterminação nacional e mudanças políticas através de meios constitucionais gradativos e não através de revoluções. Sua visão capitalista liberal, fundamentada nas liberdades civis, argumentava por uma economia mundial de “portas abertas”, e o fim das barreiras tarifárias, protecionismo imperialista e outros obstáculos para o livre fluxo de bens e capitais. Para Wilson, o Estado comunista representava o oposto de seu pensamento político e, dessa maneira, nos primeiros anos, o governo americano não reconheceu o Estado Soviético. No entanto, diante das exigências estratégicas dessa nova situação, foi estabelecida uma Divisão de Negócios Russos - "Division of Russian Affairs – DRA", no Departamento de Estado.

A revolução comunista produziu o exílio das elites imperiais russas e também de setores da classe média, que em grande parte se abrigaram em Riga, capital da Letônia, que até 1917 foi parte da Rússia, tornando-se então uma república independente. Riga foi o centro de pesquisas e informação sobre a Rússia soviética, influenciando diretamente a formulação de políticas na DRA, em Washington. As teses elaboradas em Riga, principalmente por dois americanos Charles Bohlen e George Kennan, ficaram conhecidas como “Axiomas de Riga”.

Bohlen e Kennan, especializados em estudos da língua e cultura russas, partilhavam do pensamento da elite exilada da Rússia Imperial. Kennan teve um ponto de vista muito explícito sobre o valor de uma aliança com a URSS, a qual ele desaconselhava intransigentemente, considerando o Estado soviético uma "ameaça muito séria" aos EUA. As análises produzidas

em Riga a respeito dos objetivos e práticas dos líderes soviéticos exerceram muita pressão sobre a política e a opinião pública americana.<sup>53</sup>

Durante a década de 20, no entanto, com a Grande Depressão abalando a confiança na economia de mercado, o comunismo começou a ser visto de forma mais pragmática. A necessidade de industrialização da URSS despertou o interesse da comunidade de negócios norte-americana, liderada por Henry Ford, que passou a intervir no novo e promissor mercado soviético. A posição da diplomacia americana, no entanto, só mudou após a invasão da Manchúria pelo Japão, em 1931. A percepção de que havia um objetivo comum de deter o imperialismo japonês tornou sedutora a aproximação com a URSS, ocasionando um reconhecimento diplomático formal em 1933, com a promessa soviética de não interferir na política interna americana.

A normalização das relações diplomáticas entre os dois governos foi bastante festejada, e mesmo os críticos mais severos, liderados por George Kennan, foram tomados pelo entusiasmo geral de que era possível construir uma relação satisfatória com o Estado comunista. Entretanto, esse estado de ânimo durou pouco. O assassinato de Sergei Kirov, em dezembro de 1934, a ascensão de Stalin e o subsequente desaparecimento de várias lideranças políticas, chocaram os analistas ocidentais, ressuscitando as críticas e temores defendidos nos "Axiomas de Riga".

Em 1939-1940, os analistas políticos e os diplomatas americanos já consideravam a política externa de Stalin uma ameaça concreta. Em agosto de 1939, a URSS firmou o pacto de não-agressão com a Alemanha, em seguida, a Alemanha atacou a Polônia. Garantida pelo pacto de não-agressão, a União Soviética, sucedendo Hitler, invadiu também a Polônia. No final de 1939, os soviéticos invadiram a Finlândia, na fronteira nordeste, incorporando os Estados bálticos e a Bessarábia. Tanto os acontecimentos da política doméstica, quanto os recentes movimentos na política externa causaram uma ampliação da pressão anti-soviética nos Estados Unidos, exercida principalmente por membros do Departamento de Estado, parlamentares e por grupos do Leste europeu, principalmente da Polônia.<sup>54</sup> Os movimentos soviéticos, embora percebidos como expansionistas pelos americanos, faziam parte da estratégia de defesa de

Moscú, que previa um ataque alemão, sendo que o futuro imediato demonstrou que os temores constantes de Stalin eram totalmente providos de fundamento.

Em abril de 1940, os exércitos alemães ocuparam a Dinamarca e, logo em seguida tomaram os principais portos da Noruega e, ao mesmo tempo, sua aviação invadiu e ocupou Oslo. Em maio, Hitler invadiu Luxemburgo, Holanda e Bélgica, por onde tornou-se fácil atacar a França, dominando Paris em 14 de junho. Os exércitos Aliados, desprevenidos, tentavam lutar em várias frentes, sofrendo permanentes derrotas, até que as tropas britânicas ficaram isoladas. No início de agosto, a Inglaterra passou a sofrer violentos bombardeios, que prosseguiram até 1941, devastando o país.

Hitler declarou guerra à URSS, em junho de 1941, invadindo os Estados do Báltico, à Norte, sitiando Leningrado. Pelo Centro e ao Sul, os alemães aproximaram-se de Moscú, dominando quase toda a Ucrânia. A invasão da Rússia pela Alemanha modificou o cenário da política internacional, levando os governos americano e britânico a oferecer imediatamente apoio à Stalin, embora, naquele momento, não houvesse meios práticos de auxiliar o povo soviético em sua luta contra os nazistas. Graças ao longo preparo da defesa de seu país, Stalin conseguiu empreender a contra-ofensiva de novembro, tendo recuperado boa parte do território já no início de 1942. A URSS se uniu aos Aliados durante toda a guerra, sem, no entanto, demover de amplos setores políticos e sociais americanos o antagonismo ao regime comunista.

Em fevereiro de 1945, o presidente Roosevelt voltou da Conferência de Yalta otimista com o acordo obtido pelos líderes das três principais potências (Churchill, Stalin e Roosevelt), o qual estabelecia procedimentos em relação às nações libertadas da ocupação nazista e estabelecia a estrutura de um novo organismo para manter a paz mundial, a futura ONU, sob os auspícios das três grandes potências. Esse acordo foi obtido graças ao caráter conciliador de Roosevelt, o qual, ao apresentar o relatório da Conferência ao Congresso de seu país, deixou claro que o sucesso do acordo, que implicaria concessões corajosas de todas as partes, dependeria da boa vontade dos americanos.<sup>55</sup>

No entanto, a morte de Roosevelt, um mês mais tarde, transferiu as negociações à Churchill, cujo temperamento inflexível reverteu o laborioso processo de construção do consenso e acelerou o colapso das relações da URSS com o Ocidente. Na troca de correspondência entre Churchill e Stalin a respeito da negociação para um Governo Provisório de Unidade Nacional na Polônia, o líder britânico já demonstrava uma posição intransigente que levou a questão a um perigoso impasse, que acabou sendo resolvido, de última hora, pelo presidente Truman. Em seguida ao endurecimento de Churchill sobre a questão da Polônia, outros eventos deixaram claro que o consenso de Yalta estava acabado. Em 6 agosto de 1945 a bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima e em 9 de agosto sobre Nagasaki. Nesse mesmo dia, Truman tornou pública a mudança de rumos da política norte-americana, discursando sobre o novo papel dos EUA como guardiães da paz mundial. Se até então fora necessário negociar árduas concessões mútuas para tornar possível um entendimento, agora, devido ao poder de dissuasão da nova e poderosa arma, o jogo assumia regras novas.<sup>56</sup>

A bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima e Nagasaki, causando uma devastação instantânea sem precedentes, num momento em que os Aliados já dominavam a frente oriental. Obviamente, a utilização da bomba atômica acelerou a rendição do Japão e poupou vidas entre os Aliados, mas a um custo incomensurável para a população civil japonesa. Se a necessidade prática da utilização da bomba pode ser contestada, não há dúvida de que foi utilizada como argumento para a nova configuração na política internacional.

Em setembro do mesmo ano, na primeira reunião do Conselho de Ministros do Exterior, o novo Secretário de Estado, James F. Byrnes, assumiu uma postura propositalmente dura com a URSS, destoando das conferências anteriores. As pressões de figuras importantes da política americana eram extremas, como, por exemplo, a do Secretário da Marinha, James P. Forrestal e do Encarregado de Negócios dos Estados Unidos em Moscou, George Kennan. O que havia ainda de ambíguo nos pronunciamentos públicos das autoridades norte-americanas, deixou de ser, assumindo seu caráter concreto de antagonismo, quando Churchill, em março de 1946, sem posição oficial no governo britânico, (foi derrotado nas eleições de julho de 1945), discursou em Fulton, Missouri, tendo ao lado na plataforma, o presidente Truman.<sup>57</sup> Seu pronunciamento agressivo e explicitamente anti-soviético hostilizou Stalin abertamente, provocando uma

resposta imediata e sem rodeios, onde o líder soviético denunciou o discurso de Churchill como um chamado de guerra contra a URSS. Os termos do discurso de Churchill e da resposta de Stalin não deixam dúvida de um estado de guerra fria entre a URSS e os governos dos EUA e Reino Unido.\* **ANEXO 5**

Outra evidência de que a Guerra Fria já era uma realidade no período de votação da partilha foi a aprovação no Congresso dos EUA, na primavera de 1947, de um pedido de ajuda anti-comunista à Grécia e à Turquia, feito pelo governo. Teve início, então, a doutrina Truman de “contenção”, em substituição ao espírito do consenso exaustivamente buscado por Roosevelt, em Yalta.**58**

Mesmo anteriormente, em junho de 1946, ficou claro que o jogo político já se definia sobre o tabuleiro da Guerra Fria, quando o Plano Baruch foi apresentado à Comissão de Energia Atômica, na Assembléia Geral da ONU, expondo a proposta americana para o controle internacional da energia nuclear. Aproximadamente um ano após a Conferência de Yalta e o término da Segunda Guerra, quando o poder militar de terra dos soviéticos conquistou para seu país o status de uma das mais importantes potências mundiais, o Plano Baruch esboçou uma visão declaradamente anti-comunista, que pretendia marginalizar a URSS do poder mundial, estabelecendo procedimentos cujo objetivo era perpetuar o monopólio da bomba atômica nas mãos dos EUA. O plano pareceu alarmante para a URSS, colocada em condições desfavoráveis para negociar os assuntos de extrema seriedade, ainda pendentes no pós - guerra.

A bomba atômica fortaleceu a confiança americana em sua capacidade de liderar o mundo sem ajuda soviética, ou mesmo com a oposição soviética. O perigo representado pelas potências do Eixo impôs a busca de um consenso anglo-americano-soviético durante a guerra, pois nenhum desses países era forte o suficiente para vencê-lo sozinho. Mas a bomba concedeu uma supremacia que tornou, aos olhos de seus possuidores (EUA, UK e Canadá), desnecessária a política de conciliação e concessões. Em seu lugar foi estabelecida uma política hostil, cujo resultado foi aumentar a disputa, alimentando a divisão do mundo em dois blocos ideológicos.



O Plano Baruch propôs à Comissão de Energia Atômica, na ONU, a criação de uma Autoridade Internacional de Desenvolvimento Atômico que, em nome da paz, exigia a renúncia à soberania nacional nos assuntos referentes à energia atômica. Deveria passar à Autoridade Internacional a jurisdição de todas as jazidas de urânio e tório existentes no mundo, e as autoridades nacionais deveriam se subordinar a ela em todos os assuntos referentes à energia atômica, incluindo as pesquisas para seu uso pacífico, completo controle administrativo de todas as fábricas que produzissem material físsil e das usinas de produção primária. Todo o material produzido por essas usinas (combustível para a produção de energia e uso industrial da energia atômica) seria de propriedade e controlado pela Autoridade. Para cumprir todas as suas atribuições a Autoridade teria total liberdade de acesso para inspeção.

Obviamente, para sua aprovação, seria necessário, pelo menos, que o Plano Baruch contivesse a garantia de participação da URSS no controle da Autoridade, em condições de igualdade. Mas os aspectos políticos de um regime internacional dessa magnitude foram desprezados, talvez pela embriaguez momentânea que o monopólio da bomba ocasionou aos EUA. Sobre esse ponto o Relatório estipulava que ...”o pessoal da Autoridade será recrutado segundo a competência demonstrada, mas também, na medida do possível, em bases internacionais”.<sup>59</sup> Naquela época, só o pessoal a serviço do governo americano tinha experiência no setor e poderia demonstrar competência. Os EUA sabiam que, com o tempo, a URSS poderia desenvolver a energia atômica. O Plano Baruch, talvez ingenuamente, vislumbrou a exclusão soviética da Autoridade como mecanismo para perpetuar o seu monopólio, controlando inclusive a pesquisa científica.

Não é objetivo deste trabalho analisar o processo de negociações na ONU e o conseqüente fracasso da proposta norte-americana e da própria Comissão de Energia Atômica. Cabe apenas destacar que o Plano Baruch incluía a eliminação do veto no Conselho de Segurança, para as determinações da Autoridade, sendo que a URSS só podia contar com um voto entre os cinco membros permanentes no Conselho de Segurança, fato que transformaria a Autoridade, apoiada por uma maioria anti-comunista, num governo mundial, com poderes para submeter Estados e empresas.

A URSS, que insistira no direito do veto como condição para participar das Nações Unidas, desde as negociações de Yalta e de São Francisco, inviabilizou a criação de uma Autoridade nesses termos. A essência do Plano Baruch, assim como os termos usados no relatório, embora elegantes, expunham claramente a posição hostil dos EUA em relação ao regime soviético. A URSS denunciou, então, a produção acelerada de bombas atômicas pelos EUA, mesmo durante esse processo de debates que tinha por objetivo o desarmamento. As desconfianças mútuas, até então existentes, evoluíram rapidamente para a corrida armamentista, levando os soviéticos a não poupar esforços para acabar com o monopólio norte-americano da bomba atômica.**60**

## CAPÍTULO 5

### Interesses da URSS no Oriente Médio

Desde a Revolução Bolchevista de 1917 até o final da Segunda Guerra, as prioridades que orientaram as decisões soviéticas, na região, foram a constante preocupação em relação à segurança nas fronteiras do Sul, traduzida em ações dinâmicas no Iran e Turquia, nesta última, principalmente, com o objetivo de controlar os Estreitos, além das disputas com a Grã Bretanha, que foi um impecilho permanente para suas pretensões no Oriente Médio. No final da Segunda Guerra, outro fator foi acrescentado a essas prioridades, a percepção da importância de manter esferas de influência na região do Golfo Pérsico, para deter a expansão do Ocidente, evitando, dentro do possível, a instalação de bases militares na região.

A experiência sem precedentes de construir um Estado comunista, enfrentando as hostilidades do mundo capitalista, impôs aos líderes soviéticos dificuldades adicionais ao já complicado jogo internacional. A especificidade da teoria Marxista-Leninista impunha a necessidade de conciliar a expansão doutrinária do comunismo internacional e as decisões estratégicas imediatas. Nos anos que se seguiram à revolução bolchevista, o antigo imperialismo russo foi condenado publicamente e os líderes soviéticos chamavam os trabalhadores do Leste a se rebelarem contra seus opressores do Ocidente e os pashas locais. Mas, ao mesmo tempo em que o Congresso de Baku, em 1920, defendia a “guerra proletária”, os imperativos estratégicos levavam Lenin a fazer acordos com governos não-comunistas e movimentos nacionais. Era mais vital manter os Estados fronteiriços fora do campo britânico e garantir a segurança do que apoiar movimentos pró-soviéticos com desfechos incertos.

Assim, em 1921, os soviéticos fizeram um acordo com o General Mustafá Kemal Paxá (Kemal Atatürk), e o ajudaram em sua revolução nacionalista para libertar a Turquia, mesmo cientes de sua posição anti-comunista. O mesmo aconteceu no Iran, onde os soviéticos reconheceram o regime existente do Xá, concluíram um tratado e então retiraram suas tropas das áreas ao Norte do país, deixando os movimentos separatistas no Azerbaijão serem suprimidos pelo governo iraniano.

No período entre-guerras, os Congressos do Partido debatiam sobre o mesmo tema, tentando uma fórmula para equacionar até que ponto cooperar com os movimentos da burguesia nacional, porém sem nunca deixar de estimular e expandir a revolução proletária. A propaganda soviética denunciava os governos anti-comunistas de Ataturk e do Xá, além dos "imperialistas Ocidentais", mas o componente revolucionário se submetia aos imperativos que ameaçavam a sobrevivência da União Soviética. Assim, foram firmados vários tratados entre 1925-1927, que estabeleciam a não-interferência em assuntos internos e neutralidade em caso de guerra. Nos anos 30, a percepção da ameaça de Hitler levou os soviéticos a buscarem novos tratados bilaterais com a Turquia, o Iran e o Afeganistão, além de acordos com várias potências européias e apoio da Liga das Nações. Entretanto, os governos locais concluíram dois arranjos multilaterais, ambos integrados pela Turquia, que não incluíam a URSS, abalando a confiança soviética. Foram o Pacto dos Bálcãs de 1934 (Yugoslávia, Rumania, Grécia e Turquia), e o Pacto do Oriente Médio ou Saadabad de 1937 (Turquia, Iraque, Iran e Afeganistão), que embora tenham causado consternação, não exigiram uma posição mais dura de Moscou, porque se tratava de países fracos e não havia a participação de nenhuma potência hostil.**61**

A Europa assistiu passiva à ascensão do nazismo de Hitler e a militarização da Alemanha. O sistema de Versalhes se tornara inoperante, evidenciando a fragilidade dos sistemas coletivos de segurança. Essa percepção levou Stalin a uma política de aproximação com Hitler, assinando em 1939 o acordo de não-agressão. Até 1941, os soviéticos tentaram negociações com a Alemanha, objetivando limitar seu avanço nos Bálcãs e Oriente Médio, ao mesmo tempo em que se empenhavam em obter ganhos na Turquia e também evitar que as potências ocidentais atacassem a URSS através de suas bases no Oriente Médio, um temor constante da União Soviética . Mas os interesses dos dois países eram conflitantes. Hitler propôs a área Sul da União Soviética em direção ao Oceano Índico para estabelecimento de esfera de influência soviética, mas Stalin e Molotov não puderam aceitar porque, se a Alemanha controlasse os Bálcãs e a Turquia, a posição soviética no Oriente Médio e mesmo a segurança da URSS estariam nas mãos da Alemanha. Stalin reivindicava a conclusão de uma aliança entre a URSS e Bulgária, uma base naval e de terra nos Estreitos, e o reconhecimento da área Sul de Batum e Baku na direção geral do Golfo Pérsico como o centro de aspirações da União Soviética.

Hitler decidiu entrar em guerra contra a União Soviética, em 1941. O esforço sem precedentes exigido pela guerra ocasionou a união de Stalin ao Ocidente, e a URSS aproximou-se também do Egito e do Iraque. O governo do Iran, pretendendo manter sua neutralidade, não autorizou aos Aliados o uso de seu território para o transporte de suprimentos ou bases militares, sendo invadido, então, por forças anglo-soviéticas, cujos governos prometeram se retirar logo que acabasse a guerra. Na posição de potência Aliada, a URSS ocupou a região Norte do Iran e disseminou a propaganda e outras atividades por todo o país. “Muito da propaganda soviética no Iran apontou não para a Alemanha mas para as potências Aliadas. Muito tempo antes da guerra acabar a guerra fria já tinha começado no Iran”.**62**

No final da guerra, a Europa enfrentava um caos, não apenas pelos danos materiais e perdas de vidas, na realidade, uma das mais difíceis questões era a reorganização política de países que haviam sido invadidos e tiveram seus governos derrubados. A União Soviética apoiou os movimentos revolucionários, dando aos grupos comunistas a possibilidade de disputar o poder. Eles conseguiram se estabelecer na Iugoslávia, Bulgária, Albânia e Hungria, graças às pressões e imposições soviéticas, significando uma ameaça ao Adriático e às fronteiras da Grécia, onde uma revolução comunista ganhava força. **63**

Nas negociações do imediato pós-guerra, o governo soviético procurava uma base no Dodecaneso e expressou interesse em áreas tão remotas como a Eritréia e a Etiópia. Denunciou seu antigo tratado com a Turquia e demandou um novo regime para os Estreitos, bases de defesa conjuntas soviético-turcas e território no leste da Turquia. A revolução se iniciou no Azerbadjão iraniano, onde as forças soviéticas impediram Tehran de suprimi-la. Os soviéticos, então, fizeram pressão para assegurar uma concessão de petróleo abrangendo cinco províncias do Norte do Iran, enquanto fortaleceram o Partido Tudeh (comunista) como um instrumento para conquistar o poder no país como um todo.

As potências do Ocidente se alarmaram com estes movimentos de Stalin e se apressaram em deter o avanço do poder soviético. A Grécia recebeu o apoio da Grã Bretanha e mais tarde dos EUA. O Ocidente, sumariamente, recusou a reivindicação soviética no

Mediterrâneo. Os Turcos, também com o apoio ocidental, não cederam às demandas por território e bases nos Estreitos. O Iran, acuado pela recusa soviética de retirar suas tropas conforme o prometido durante a ocupação, foi levado a aceitar a ajuda do Ocidente, conseguindo assim a evacuação das forças de Stalin e, mais tarde, a supressão do regime comunista no Azerbaijão iraniano. A política de Moscou se guiou por uma estratégia de pressão, ao invés dos pactos e alianças que anteriormente neutralizaram e garantiram, até certo ponto, a segurança nas fronteiras do Sul. Essa política trouxe consequências opostas às pretendidas, uma vez que resultou nos programas americanos de ajuda militar à Grécia, Turquia e Iran e na adesão da Grécia e Turquia à OTAN .

Sempre houve, na política externa soviética, uma distinção em relação aos países da Faixa Norte ( “northern tier”) no Oriente Médio e o resto da região, em particular ao Iran, que devido a sua localização geográfica e fraqueza política se mostrava mais vulnerável à influência externa. Porém, o endurecimento da política Ocidental na Turquia e no Iran deslocou a estratégia soviética para o mundo árabe, ao Sul, onde havia brechas para conter o domínio do Ocidente, no Oriente Médio. Os líderes soviéticos promoveram, então, nos Estados árabes, a penetração de agentes e propaganda anti-ocidentais, ao mesmo tempo em que se aproximavam dos governos. " O fio condutor da política soviética foi explorar as forças políticas e sociais predominantes no Oriente Médio, primariamente o nacionalismo militante, contra o Ocidente. Mostrava-se pronto a apoiar todos os elementos , incluindo “nacionalistas burgueses” e os mais reacionários xenófobos tanto quanto seus conspiratórios partidos comunistas. Enquanto (isso) não mostrou, em nenhum momento antes de 1950, que era possível ganhar o apoio popular para o comunismo ou para assumir a direção e controlar as principais correntes do nacionalismo em nenhum país do Oriente Médio, o mero fato de sua habilidade para se aliar com tais forças constituiu uma formidável ameaça para a manutenção do poder e influência Ocidental". **64**

Apesar da estratégia soviética de cooptação do mundo árabe para deter o domínio ocidental e de sua notória atitude anti-sionista, Moscou votou a favor da partilha da Palestina nas Nações Unidas, em novembro de 1947, e reconheceu o Estado de Israel prontamente, em 1948, seguindo a posição norte-americana. Na ocasião não havia dúvida de que essa decisão

fecharia as portas do mundo árabe à União Soviética. Também não tardou para que os soviéticos reconhecessem o erro de sua decisão.

Não ficam claras as razões que levaram às decisões soviéticas em relação à Palestina. A mudança da política de Stalin, da condenação ao apoio do sionismo foi discutida no *Bulletin of the Institute of Arab American Affairs* de 15/5/48, pp2-3:

“ Logo após os Bolchevistas tomarem o poder trinta anos atrás, o sionismo foi banido na Rússia soviética. A literatura oficial do Governo Vermelho, desde então, tem taxado os sionistas como os “lacaio do imperialismo britânico”. Joseph Stalin, presente ditador da Rússia, escreveu um livro “ *Marxism, Nationalism and Colonial Question*”, no qual repudia veementemente a idéia da nacionalidade judaica e o Estado político sionista. Aproximadamente um ano atrás, o mesmo tratado foi republicado mas com esta diferença significativa: o capítulo que condenava o sionismo foi suprimido.

Outra evidência do desejo Russo de fomentar problema no mundo árabe... é indicado no apoio que o Comintern deu financeiramente para patrocinar os árabes contra os sionistas, no tempo em que a política britânica estava ajudando e favorecendo a imigração judaica à Palestina... A Rússia, naquele tempo, não estava realmente interessada na causa árabe, mas isso lhe permitia uma oportunidade para embaraçar a administração britânica... Foi quando os sionistas se voltaram contra a Grã Bretanha, em 1942,...que a política da Rússia deu uma guinada, da oposição mortal ao sionismo para o apoio a um Estado político no Oriente Médio.

Tal mudança na política toma uma forma mais clara depois de outubro de 1943, quando Ivan Maisky, ex-embaixador soviético em Londres, visitou a Palestina. O diplomata foi acompanhado por líderes sionistas às suas colônias e assentamentos coletivos. Ele inspecionou suas indústrias. Ele voltou à Moscou impressionado com a forte semelhança da operação sionista às realidades comunistas”. **65**

John Capbell afirma, categoricamente, que a decisão soviética à favor da partilha tinha o objetivo de garantir a "retirada das tropas e autoridade britânicas da Palestina e a perpetuação do conflito árabe-judáico, que pelo futuro indefinido manteria o Oriente Médio em ebulição". **66**

A opinião de que a competição com a Grã Bretanha no Oriente Médio e seus ressentimentos foram a causa da surpreendente posição soviética na questão da Palestina é um consenso entre os estudiosos consultados nesta pesquisa, entretanto, não convenceram a autora, porque esse parece ser apenas um dos fatores da política soviética, insuficiente para explicar sua decisão. A simples retirada da Grã Bretanha da Palestina não acarretaria nenhum ganho à União Soviética, se ela implicasse a hostilidade do mundo árabe. Por maiores que tenham sido as promessas sionistas a Stalin ou as semelhanças entre as fazendas coletivas dos judeus e o comunismo, levando-o a desejar o Estado de Israel, talvez pró-comunista, não há muito sentido nessa aposta, devido aos riscos que ela continha. Um aspecto a ser levado em conta é a evidência da parceria que o futuro Estado de Israel manteria com os EUA. Esse fato ficou totalmente comprovado diante do agressivo lobby dos EUA na ONU para a aprovação da partilha (capítulo 9), e isso deveria parecer aos russos, no mínimo, suspeito, visto que em 1947 o antagonismo americano aos soviéticos era declarado. Na hipótese de os EUA mudarem sua política, passando a apoiar os árabes para contraporem uma aliança russo-judaica, fator que pode ter sido cogitado nos cálculos estratégicos, os riscos seriam ainda maiores. Por outro lado, qualquer que fosse o resultado da votação da ONU, o prejuízo da Grã Bretanha era inevitável, porque, assim como os judeus, o nacionalismo árabe se empenhava em solapar o domínio britânico de toda a região, e assim, um pretenso objetivo soviético de atrapalhar a política britânica perde um pouco a razão de ser. Em vista disso, não se pode ter uma percepção clara e conclusiva a respeito do voto soviético favorável à criação de Israel.

Infelizmente, as obras que puderam ser consultadas, a respeito da política externa soviética, tratavam dessa questão apenas superficialmente, considerando-a, talvez, uma questão menor, diante dos outros temas de muito maior relevância para a paz mundial. Dessa forma, torna-se necessária uma nova pesquisa, capaz de obter maiores evidências e informações documentadas, a fim de jogar luz sobre os reais motivos decisão soviética, que acabou por amputar sua estratégia mais ampla de deter o domínio ocidental no Oriente Médio.



## CAPÍTULO 6

### A Política Externa dos EUA no Oriente Médio

A diplomacia norte-americana no Oriente Médio, até a Primeira Guerra Mundial, tinha apenas o objetivo de garantir o comércio e os direitos dos cidadãos norte-americanos de praticar a religião e ensinar. Foi relevante a contribuição do pensamento ocidental e seus ideais de liberdade, ao crescimento do nacionalismo árabe, levado por missionários dos EUA. Estes, mais tarde, estavam entre as poucas vozes nos EUA que condenaram a política americana de apoio à fundação de Israel. Onde era possível, eles se manifestavam contra os governos que suprimiam a liberdade do povo. Embora o governo não tivesse uma política para a região, a imagem do país para a opinião pública, nos lugares onde havia instituições americanas, era bastante positiva.

Isso não se modificou muito, imediatamente após a Primeira Guerra; os EUA mantiveram uma postura de distanciamento, mesmo em relação ao movimento nacionalista turco, se dedicando apenas em garantir a liberdade de navegação nos Estreitos, o livre comércio e a proteção das instituições americanas. Wilson se manifestou a favor da Declaração de Balfour e, mais tarde, junto com o Congresso, aprovou a resolução em favor da criação do “lar nacional para os judeus” na Palestina, e, em 1924, o Mandato britânico, se desobrigando, no entanto, de qualquer compromisso, deixando de se envolver no assunto, até o final da Segunda Guerra.

Entretanto, nos anos que se seguiram, a política americana passou a se concentrar mais efetivamente nas perspectivas econômicas que a região oferecia. “Durante o período entre-guerras, a atividade americana no Oriente Médio foi amplamente a das companhias de petróleo, em busca de concessões”. As empresas americanas conseguiram assumir uma parte da indústria petrolífera no Iraque e no Kuwait e concessões exclusivas no Bahrein e Arábia Saudita. “Além de seu interesse natural de garantir às firmas americanas sua fatia do mercado de um negócio tão promissor, Washington já tinha em mente o esgotamento de suas reservas domésticas e a desejabilidade de ter fontes alternativas de suprimento, que não deveriam estar em mãos estrangeiras”.<sup>67</sup> No entanto, mesmo com uma participação dinâmica para dar suporte às

empresas petrolíferas, a diplomacia americana se manteve afastada das disputas políticas entre as potências européias e seus movimentos em torno de controlar e estabelecer esferas de influência na região.

Essa postura, porém, se modificou a partir da deflagração da Segunda Guerra Mundial e da percepção da importância fundamental do petróleo na guerra. Durante a guerra, tropas, engenheiros, economistas e outros especialistas americanos se instalaram no Irã, para assegurar os suprimentos para a Rússia e para assessorar o governo de Teerã. Os EUA, em sua posição de liderança das potências Aliadas, assumiram também a dianteira diplomática durante toda a guerra, enviando seu exército ao Egito para estabelecer o Comando Aliado do Oriente Médio, negociando a participação da Turquia na guerra, a posição do Egito e a independência do Irã. Foi também parceiro da Grã Bretanha no Middle East Supply Center, que comandou toda a vida econômica da região, no esforço de guerra dos Aliados.

No final da guerra, os interesses americanos começaram a se chocar com os britânicos, como os referentes às concessões de petróleo, a competição pela influência na Arábia Saudita, e também, na questão da imigração dos judeus para a Palestina. No entanto, as rivalidades tiveram de ser assimiladas pela Grã Bretanha, que já não dispunha de meios para conservar o domínio sobre a região e dependia dos EUA para que o vácuo de sua ausência não fosse preenchido pela União Soviética.

No início de 1945, Moscou denunciou o tratado de 1925 com a Turquia, tentando substituí-lo por outro que garantisse bases nos Estreitos, num sistema de defesa conjunta turco-soviética e também fez demandas sobre parte do território da Turquia. O Ocidente encarou a pretensão soviética de um governo “amigável” em Ancara, como uma estratégia para transformar a Turquia em satélite. Em Potsdam foi aceita a solicitação de revisão da Convenção de Montreux sobre os Estreitos (1936) pelos seus signatários, mas não houve concessão de bases e territórios.

Em 1946, a política soviética no Oriente Médio foi considerada por Truman e seus conselheiros, principalmente o Secretário Forrester, como uma ameaça direta à segurança

americana. O governo americano decidiu endurecer sua política para impedir a expansão soviética no Oriente Médio, tomando uma série de medidas, uma delas extrema. Rejeitou as demandas formais da URSS para um novo regime nos Estreitos, incluindo a "defesa conjunta" e enviou o couraçado "Missouri" a Estambul, decidido a tornar sua pressão sobre a URSS maior do que a exercida por Stalin sobre a Turquia. Também rejeitou categoricamente as demandas soviéticas na Grécia e nas colônias italianas durante as negociações do tratado de paz e manteve a forte postura no Iran, que levou à retirada das forças soviéticas e ao colapso do regime apoiado pelo Kremlin no Azerbaijão.<sup>68</sup>

A posição assumida pelos EUA no Oriente Médio, determinado a impedir a expansão soviética e, em certos casos a rivalizar até mesmo com a Grã Bretanha, demonstra a importância da região para a diplomacia americana. Em todas as decisões referentes à região, no xadrez da Guerra Fria, que implicavam também importantes interesses econômicos, a política americana foi coerente: construiu estratégias para deter a expansão soviética, apoiando econômica e militarmente os governos ameaçados por movimentos comunistas ou nos quais as demandas soviéticas eram diretas, e aproximou-se de outros para evitar riscos e garantir bases militares e concessões de petróleo. No início de 1947, com a aprovação do Congresso, Washington assumiu uma política nacional ampla para o Oriente Médio, legitimando internamente sua posição.

“Embora o compromisso específico dissesse respeito somente à Grécia e Turquia e se limitasse à provisão de equipamento militar e ajuda econômica, as afirmações gerais da famosa mensagem "Doutrina Truman" foram muito mais longe. O Secretário Acheson apontou em seu depoimento aos comitês do Congresso que, se a Grécia e a Turquia perdessem sua independência, outros Estados, em breve também perderiam. Além disso, o declínio progressivo do poder britânico no Oriente Médio forçou os EUA a considerar a organização da defesa conjunta e, portanto, enfrentar os difíceis problemas envolvendo conciliar uma associação íntima com a Grã Bretanha e a tradicionalmente simpática atitude em relação ao nacionalismo do Oriente Médio”.<sup>69</sup>

Apesar da elaboração de uma ampla política de contenção do comunismo e apesar dos importantes interesses petrolíferos dos EUA, Truman assumiu uma posição, na questão da Palestina, que solapou a própria estratégia de seu governo. A decisão de apoiar a criação de Israel, hostilizando o mundo árabe não seguiu a lógica da política externa americana para a região, no interesse da nação americana. Pelo contrário, a política de Truman para a Palestina lesou a nação americana, acarretando altos custos políticos e econômicos, ao comprometer as atividades petrolíferas e abrir a possibilidade da expansão soviética, sem contrapartida em ganhos.

Embora amenizando as consequências dessa incoerência, outros autores compartilham da mesma conclusão:

...”quaisquer possibilidades de solução que houve - tanto quando era um problema puramente britânico, quanto quando os EUA começaram a tomar parte em várias comissões, enquanto evitavam qualquer responsabilidade real - foram perdidas, a um custo que ainda está sendo pago.....O que emergiu (no armistício) foi um Israel muito maior do que aquele da resolução da partilha da ONU, e com ele, a frustração das esperanças árabes ao ponto onde todo o mundo árabe estava fadado a ser amargo e irreconciliável não apenas com Israel, mas também com as potências que os árabes consideram responsáveis por sua espoliação, humilhação e derrota... A política americana na Palestina foi inconsistente e ineficaz, largamente devido a não ter sido amarrada a nenhum conceito amplo de interesse nacional.**70**

Chamberlain e Snyder, em sua análise da política externa americana, publicada em fevereiro de 1948, portanto escrito antes da proclamação do Estado de Israel e provavelmente também antes da decisão da partilha, compartilham da posição dos Secretários de Estado e da Defesa americanos, quanto à necessidade de observar os interesses ligados ao petróleo e o perigo da expansão do poder soviético nos países árabes, atentando para o fato de que, da mesma forma que havia o ”grande corpo mundial da opinião judaica” , havia também a Liga Árabe com “seus membros estendendo-se desde a área do Golfo Pérsico até Casa Blanca, no Atlântico”. Conforme a visão dos autores (o texto está no presente porque a publicação é contemporânea ao período) “...a Palestina deve ser vista em perspectiva. Não deve ser medida

apenas na escala dos interesses dos judeus, cristãos ou interesses árabes, mas qualquer solução deve promover a estabilidade mundial e os interesses dos EUA. E devemos lembrar que o petróleo do Oriente Médio agora é vital para a posição de grande potência da Grã Bretanha e não é interesse dos EUA estabelecer um vácuo de poder na área Palestina-Oriente Médio”.<sup>71</sup>

Na realidade, não seria necessário recorrer à avaliação dos estudiosos, quanto à coerência da política americana na Palestina. O próprio governo tinha a percepção de que ela feria os interesses do país de forma grave, inclusive pondo em risco a paz e a segurança nacional, conforme será demonstrado nos próximos capítulos. Essa constatação não era apenas dos Departamentos de Estado e de Defesa, que mantiveram até o fim suas posições ativamente contrárias à partilha da Palestina, mas o próprio Truman estava ciente disso e relutou por muito tempo em sua decisão. A posição de apoio ao sionismo vinha fundamentalmente do Congresso, cujos interesses eleitorais eram prioritários aos interesses da nação, tornando-se objeto de manobra do movimento sionista americano.

O capítulo 8 é, basicamente, uma continuação da política externa americana no Oriente Médio, mas está separado porque aborda sua elaboração no campo interno. A fim de facilitar a compreensão, ele foi intercalado pelo próximo capítulo, que detalha a estrutura da estratégia sionista nos EUA.

## CAPÍTULO 7

### Atuação Sionista nos EUA

As decisões norte-americanas na ONU, a favor da partilha da Palestina e o imediato reconhecimento do Estado de Israel, foram contrárias aos interesses nacionais desse país e significou perdas materiais e políticas de grande importância. Por um lado, as relações com os países árabes se deterioraram, prejudicando os interesses econômicos em geral, e particularmente os ligados à indústria petrolífera. Também foram prejudicados os interesses estratégicos, ligados da mesma forma ao petróleo, fundamental para a reconstrução da Europa no pós-guerra e para garantir as reservas americanas. Outro fator estratégico atingido pelo antagonismo árabe se refere às investidas da URSS, que exigiu do Ocidente um sistema coletivo de segurança na região e que, apesar das persistentes tentativas americanas durante toda Guerra Fria, não foi possível realizar.<sup>72</sup>

A seguir, será feita uma exposição do intrincado processo de desenvolvimento e implantação da política sionista nos EUA, cujo objetivo era conseguir desse país o apoio para a fundação de Israel, na Palestina. O resultado dessa política foi a atuação determinante dos EUA, na ONU, para a aprovação da partilha. A maior parte dos dados deste capítulo foram extraídos do trabalho de doutoramento de Richard Stevens, da Georgetown University, o qual é baseado em documentos originais e publicações da época.

#### O Programa de Biltmore

A partir de 1939, quando da publicação do Livro Branco de McDonald, as mudanças da política britânica na Palestina levaram os líderes sionistas a reavaliar toda sua estratégia. Foi criado o **American Zionist Emergency Council – AZEC** - que passou, então, a implementar um grande plano que visava conquistar o apoio do governo dos EUA para sua causa. A escolha desse país deveu-se à avaliação de que os EUA seriam a potência dominante que emergiria da guerra. Nessa época, já havia várias entidades judaicas sionistas nos EUA, desenvolvendo um trabalho de aproximação junto aos parlamentares, mas seu resultado não tinha muita expressão

e, até certo ponto, elas estavam distanciadas do movimento, cujas principais lideranças atuavam em Londres, até então o quartel-general da Organização, e na Palestina.

O primeiro passo da nova estratégia era trazer os sionistas americanos para o centro do movimento e, através deles, conquistar o apoio de toda a comunidade judaica. Em seguida, as atividades se voltariam para a obtenção do apoio da opinião pública e do governo.

Em maio de 1942, realizou-se uma conferência no Hotel Biltmore em Nova York, com a presença dos principais líderes do sionismo mundial, como Chaim Weizmann, David Ben Gurion e Nahum Goldman. Foi estabelecido o Programa Biltmore, que, entre outras coisas, tornou público, pela primeira vez, o objetivo de implementar todo o projeto criado na Basileia em 1897. Até então, o projeto original de fundar um Estado judeu na Palestina nunca fora declarado oficialmente, devido aos problemas políticos e antagonismos que tal declaração acarretaria. Em vez disso, a referência era um Lar Nacional judeu, que se transformaria em Estado, como fato consumado resultante da imigração em massa, que deveria produzir uma maioria de população judaica.

Embora hesitando, os líderes da conferência decidiram incluir nas resoluções do programa o objetivo de estabelecer na palestina o Estado judeu, expresso em seu último ítem:

"A Conferência reivindica que os portões da Palestina sejam abertos; que a Agência Judaica seja investida com o controle da imigração à Palestina e com a necessária autoridade para construir o país, incluindo o desenvolvimento de terras não-ocupadas e não-cultivadas, e que a Palestina seja estabelecida como um Estado Judeu integrado à estrutura do novo mundo democrático." **73**

A mudança não foi apenas nas expressões assumidas publicamente. A partir de Biltmore, a política gradualista de Weizmann que pressupunha o surgimento desse Estado como resultado da imigração a longo prazo, foi substituída por uma política cujo objetivo era obter o apoio americano para fundar o Estado no imediato pós-guerra, tendo ou não maioria judaica na Palestina. É importante destacar outro ponto da plataforma de Biltmore, proposto

por Ben Gurion, o líder político da Executiva Palestina da Agência Judaica, que ressaltava ser inaceitável o conceito de bi-nacionalismo, se isso significasse oferecer aos árabes palestinos representação equitativa no governo. A partir desta conferência, o projeto que fora estabelecido na Basiléia, em 1897, compreendendo as fronteiras históricas da palestina como território do futuro Estado judeu, é reafirmado e mantido, até 1946, quando, numa nova conferência, os líderes sionistas concordaram em aceitar apenas uma parte da Palestina, se uma proposta razoável fosse feita e apoiada pelos EUA.

O Programa de Biltmore unificou a maioria dos sionistas do mundo sob sua plataforma. A próxima tarefa seria conquistar o apoio da comunidade judaica americana, não engajada no sionismo. A partir de 1943, iniciou-se uma grande movimentação de reuniões e conferências com a participação de todas as entidades representativas das comunidades judaicas do país, com a finalidade de estabelecer uma Conferência Judaica Americana que englobasse o maior número de entidades possível, a fim de promover uma ação conjunta em prol da Palestina judaica.

A Organização Sionista executou então um imenso trabalho para convencer os judeus não-sionistas americanos à aderirem ao Programa de Biltmore. Primeiro foi realizado um processo de eleição de delegados para formar a Conferência. As eleições foram realizadas nas comunidades, e o influente rabino, Israel Goldstein, pedia, através de uma publicação sionista, que as pessoas elegessem delegados que fossem notoriamente sionistas.<sup>74</sup> Este tipo de recomendação resultou em grande sucesso aos esforços sionistas. Dos 379 delegados eleitos nas comunidades, 240 eram membros formais da Organização Sionista da América. Outros 125 delegados foram nomeados pelas entidades. A **Conferência Judaica Americana** se realizou em 29 de agosto de 1943 com a participação de 65 organizações, assegurando uma vitória notável ao projeto de trazer a comunidade judaica para apoiar o Programa Biltmore. Mesmo assim, houve dissidências quanto à se proclamar o objetivo de fundar um Estado judeu. O presidente de uma das principais organizações judaicas, Juiz Joseph M. Proskauer, da Suprema Corte de Nova York e presidente do **American Jewish Committee**, apoiou a resolução pedindo a continuação da imigração para a Palestina, mas não apoiou a criação de um Estado separado dos árabes. Além disso, um grande número de judeus não participou desse processo



de eleição de delegados. O American Jewish Committee abandonou a Conferência, mantendo a posição de apoio a um plano que convertesse o mandato da Palestina numa administração internacional sob a responsabilidade das Nações Unidas. No entanto, essa entidade descobriu que agir de forma independente era muito impopular, tendo muito trabalho para remover o estigma de anti-sionista que lhe foi atribuído. Outros dissidentes fundaram o American Council for Judaism, um movimento para defender a idéia de que “o judaísmo é uma religião de valores universais e não uma nacionalidade”, mas todos os judeus que se mostraram contrários ao sionismo sofreram perseguições e acabaram silenciando. **75**

A Conferência Judaica Americana, agora falando em nome de toda a comunidade judaica americana, assumiu o Programa de Biltmore com a reivindicação para um Estado judeu e a livre imigração para a Palestina. Após o sucesso da conferência, o **American Zionist Emergence Council – AZEC** -, a pedido pessoal de Weizmann (presidente da Organização Sionista Mundial - OSM) passou a ter a co-presidência dos rabinos Abba Hillel Silver e Stephen S. Wise, talvez os dois líderes mais atuantes do sionismo americano.

### **Convencimento da Opinião Pública**

Contando com um aparato composto por boa parte dos dois milhões e meio de judeus americanos, que podia ser acionado rapidamente a qualquer momento, a liderança sionista desenvolveu variadas técnicas para influenciar a população em favor do Programa de Biltmore. Foram criadas diversas organizações, cuja finalidade era doutrinar não apenas o público em geral e os políticos, mas principalmente os judeus não-sionistas.

O professor Inis L. Claude Jr. classificou o conteúdo da propaganda sionista em dez temas, a partir de sua pesquisa:

- 1- O sionismo é o símbolo judaico de honra e o judeu que se preocupa com seu povo ajudará a Palestina.
- 2- As realizações dos pioneiros judeus na Palestina são um grande sucesso e fornecem um exemplo para a humanidade. Estas realizações enaltecem o orgulho judaico e o auto-respeito.

- 3- Os judeus de todos os lugares constituem um só povo - o que acontece aos judeus numa terra afeta seu status em outra. Os refugiados europeus precisam ser ajudados por seus pares na América.
- 4- O sionismo fornece significativa e agradável atividade de uma natureza social, assim como trabalha para uma causa meritória. O sionismo significa se identificar com a história e o destino do povo judeu - a causa sionista é dramática por combater os inimigos do povo judeu.
- 5- O sionismo é um meio construtivo para resolver o problema dos judeus porque a auto-determinação é preferível à contínua filantropia. Os judeus precisam contar consigo próprios e não com a consciência e a caridade dos outros. Nenhum país quer os refugiados judeus, exceto a Palestina.
- 6- O sionismo perpetua o judaísmo e fornece a sobrevivência dos judeus como um grupo distinto. A Palestina será um centro cultural que enriquecerá a vida dos judeus americanos. A moral judaica é sustentada pelo sionismo e os judeus são capazes de expressar-se de sua própria maneira única, eventualmente para beneficiar a cultura mundial.
- 7- O sionismo ajudará a acabar com o anti-semitismo, acabando com a anormalidade da falta de um lar nacional judaico.
- 8- O Estado judeu é inevitável, uma profecia bíblica, uma necessidade gritante do mundo, e as realizações de todos os judeus na Palestina requerem uma solução na condição de um Estado.
- 9- A assistência à Palestina é consoante com a lealdade aos Estados Unidos. A Palestina está na linha de frente da guerra contra o nazismo. A Palestina é o baluarte da democracia no Oriente Médio Feudal.
- 10- A solução sionista propõe justiça histórica. O Estado judeu é apenas a compensação por inúmeros massacres.<sup>76</sup>

Esses temas eram disseminados em toda a imprensa judaica local e nacional. De 25 periódicos nacionais, 20 foram caracterizados como pró-Palestina ou realmente sionistas. A própria Organização Sionista possuía vinte e sete publicações. A imprensa geral americana era alimentada com centenas de "press releases" e os temas sionistas eram tratados por numerosos contatos pessoais nos jornais locais. No fim de 1944, 10% de 3.300 colunas reimprimiam press releases da Organização Sionista. Em 1945, a porcentagem era de 20% de 4.000 colunas. O New York Times foi o único jornal permanentemente acusado de ser anti-sionista. Seu editor, o

judeu Arthur Hays Sulzberger era acusado de "nunca perder uma oportunidade de focalizar a atenção sobre o ponto de vista anti-sionista".<sup>77</sup> Em função disso sofreu fortes represálias que chegaram quase a forçar a falência dessa publicação.

A partir desses dados é possível ter uma percepção da pressão sofrida por judeus e não-judeus que não compartilhavam dos pontos de vista sionistas. Essa propaganda ostensiva omitia a presença da população árabe na Palestina e a realidade vivida por eles ao longo dos anos de imigração judaica, sendo que, posteriormente, passou a divulgar que os árabes imigravam para a Palestina provindos de diversos países, posteriormente aos judeus, com o objetivo de impedir os planos sionistas.

O Departamento de Relações Públicas da Organização Sionista mantinha contato próximo com destacados correspondentes da imprensa do país, em Washington, e com os editores de jornais metropolitanos na Grande Nova York. "Grandes e impressionantes conferências de imprensa eram realizadas em Washington e Nova York. A cor ao redor de um almoço para a imprensa oferecido pelo Dr. Israel Goldstein deu a impressão de uma conferência de imprensa presidencial. Correspondentes representando todas as grandes associações de imprensa e de redes de rádio estavam presentes".<sup>78</sup>

Outra forma de propaganda foram os panfletos, distribuídos em enormes quantidades em centros comunitários, bibliotecas, para educadores, ministros, escritores e outros. A publicação e distribuição de livros também era subsidiada. O sionismo, além disso, desenvolveu a técnica de realizar manifestações de protesto com milhares de pessoas, para chamar a atenção do público e divulgar seu ponto de vista e propostas como os únicos a merecerem atenção.

As escolas foram um dos mais importantes instrumentos para a expansão da ideologia sionista. As que eventualmente não eram sionistas, tornavam-se objetos da infiltração de diretores sionistas, ou quando isso não era possível, pela criação de escolas sionistas. A propaganda sionista teve como seus principais apoiadores os rabinos americanos conservadores

e ortodoxos, reconhecidos como importantes líderes dentro e fora dos círculos judaicos, exercendo grande influência.

Uma importante iniciativa da Organização Sionista foi o estabelecimento do **American Palestine Committee**, sob a presidência do Senador por Nova York, Robert F. Wagner, um liberal que buscava apoio nas minorias, principalmente católicos e judeus, embora ele fosse protestante na época. Seu trabalho teve muito valor para a causa sionista. "...ao contrário de muitos políticos que apoiaram o sionismo por razões políticas, Wagner exibiu uma simpatia espontânea pelos sionistas".<sup>79</sup> Um biógrafo do senador assinalou que ele, por sua origem germânica, carregava um complexo de culpa em relação ao povo judeu. O senador atuou dinamicamente no Congresso, durante anos, para apoiar a idéia do Estado judeu. Ele ajudou a Organização Sionista a recrutar o apoio do Senado à causa, conseguindo, pela primeira vez, a assinatura de setenta senadores para uma declaração patrocinada pelo American Palestine Committee em sua "primeira ação pública para chamar a atenção sobre a importância da Palestina na solução do problema dos judeus sem lar".<sup>80</sup> Ele teve grande sucesso em recrutar figuras públicas de destaque para "uma causa humanitária dos judeus", na ausência quase completa de propaganda defendendo a causa árabe. Importantes líderes foram convidados para fazer parte do quadro executivo do American Palestine Committee: Willian Green, Presidente da Federação Americana do Trabalho, o ex-senador William H. King, de Utah, e o Senador Charles L. McNary como co-presidente junto com Wagner. No fim da guerra, o American Palestine Committee possuía como membros 6.500 personalidades públicas, incluindo senadores, congressistas, membros do governo, oficiais do Estado, prefeitos, juristas, cléricos, educadores, escritores, editores, e líderes civis e industriais.

A falta de informações e de propaganda da causa árabe possibilitou ao sionismo empreender nos EUA uma estratégia de doutrinação sem precedentes, apoiada numa estrutura multiplicadora, que expandia-se das comunidades judaicas, ao público e aos parlamentares e governo. A declaração dos setenta senadores, patrocinada pelo American Palestine Committee, serviu a um dos mais importantes objetivos dessa estratégia, que foi vincular o problema dos judeus perseguidos na Segunda Guerra, com forte apelo emocional, à Palestina como única solução possível para eles. A declaração destacava " a trágica situação dos refugiados fugindo

da perseguição, não encontrando nenhum lar”.<sup>81</sup> A razão disto era obter o apoio dos muitos americanos que não apoiavam a criação do Estado judeu, mas cujo humanitarismo podia ser explorado, em favor da causa sionista, através do drama dos refugiados. Como veremos mais à frente, o problema desses refugiados permaneceu sem solução, por responsabilidade das próprias lideranças sionistas, que não aceitaram os planos de Roosevelt e de Truman, para dar residência permanente aos refugiados em outros países, inclusive nos EUA, a fim de assegurar a criação de Israel na Palestina.

As lideranças sionistas dos EUA também criaram o Christian Council on Palestine, contando com 2.400 membros em 1945, uma entidade que se dedicou basicamente em obter o apoio de líderes protestantes, muitos dos quais passaram a encarar a restauração de Israel sob a luz da profecia bíblica.

À frente do AZEC (American Zionist Emergence Council, que depois passou a chamar-se American Emergence Council for Zionist Affairs), o Dr. Silver realizou grandes mudanças, com seu estilo ativamente militante e suas idéias. Ele defendia que, embora a cooperação de proeminentes personalidades fosse de grande importância, era necessário um profundo envolvimento da opinião pública, e que somente conquistando as massas seria garantido o apoio do governo. Um novo e generoso orçamento junto com uma liderança agressiva permitiram “um programa de atividades políticas e relações públicas numa escala nunca sonhada até então”.<sup>82</sup> O orçamento anual do programa ultrapassou meio milhão de dólares.

Para se ter idéia das proporções do sionismo nos EUA, o escritório central do AZEC, estabelecido em Nova York, possuía catorze departamentos, todos com especialistas em cada campo: Departamento de Contatos com a Comunidade, Informação, Publicações, Oradores (Speakers), Pesquisa, Mobilização Intelectual e Opinião Cristã, Forças Religiosas Judaico-americanas, Eventos Especiais, Relações Trabalhistas, Planejamento Político de Pós-guerra, Comitê Americano para Palestina, Recursos Econômicos e Contato com grupos Aliados de Pós-guerra. Simultaneamente foi instalado um escritório permanente em Washington e mais 400 Comitês Sionistas de Emergência, em locais com grandes comunidades, distribuídos em

todo o país. A função desses escritórios locais era envolver todos os grupos de judeus na causa sionista.

### **Mobilizações e atividades dos Comitês de Emergência locais**

As técnicas de propaganda usadas para realizar grandes mobilizações e manifestações de judeus e não-judeus, em torno do apoio às reivindicações sionistas, eram direcionadas da seguinte maneira:

Os Comitês de Emergência locais estabeleciam contato com os congressistas de suas localidades, através de delegações ou pequenas atividades sociais às quais os políticos eram convidados, com o objetivo de “produzir nesse país o que já existia na Casa dos Comuns britânica, um grupo de legisladores nacionais que estão familiarizados com os detalhes da situação da Palestina e podem discutir o tema inteligentemente”.<sup>83</sup>

Eles também estabeleciam relações com líderes políticos locais de ambos os partidos, estendendo assim sua influência até os governadores. Não dispomos de informações precisas a respeito da forma como esses políticos concordavam em passar a defender o programa sionista, não foi possível saber se e em que nível havia financiamentos de campanhas eleitorais, está confirmado apenas que a OSM pressionava utilizando os votos da comunidade judaica, como ficará claro mais à frente.

O AZEC defendia que “o Congresso seria impelido a agir somente se houvesse uma muito substancial opinião pública nacional apoiando o assunto. Os líderes políticos nacionais seguiam a orientação de seu eleitorado”.<sup>84</sup> Numa das campanhas de mobilização, a Organização Sionista conseguiu que os governadores de 40 Estados encaminhassem uma petição ao Presidente em favor do Estado judeu.

Em conjunto com as atividades dos Comitês de Emergência locais, que incluía também o acionamento de toda a comunidade judaica para cobrar posição dos parlamentares através de cartas e telegramas, as campanhas sionistas desenvolviam ações concertadas envolvendo

manifestações públicas e publicação de editoriais na imensa maioria dos órgãos de imprensa, exercendo uma pressão irresistível. O AZEC difundia entre seus organismos, instruções específicas, como esta a respeito da campanha contra a política britânica do Livro Branco:

“ Em certas ocasiões se tornará necessário produzir uma dramática demonstração da...opinião pública americana. Isto significa inundar oficiais públicos, congressistas e senadores, com cartas e telegramas. Você deve estar preparado, à um rápido aviso...entrar em ação para organizar campanhas de envio de cartas e telegramas. Esta é a razão de ser tão importante manter-se em íntimo contato com suas organizações judaicas locais, trabalhando através delas para obter resultados...Aqueles que têm a responsabilidade de formular a política externa americana devem sentir que os judeus da América estão em torno da questão do Livro Branco, que eles o querem revogado, e que este é o sentimento de milhões de judeus dos Estados Unidos”.**85**

Nessa campanha contra o Livro Branco, o AZEC, associado a mais de 2000 líderes sionistas em toda a nação, obteve resoluções de apoio de todas as mais importantes organizações judaicas, além de importantes associações, como o Lions, Elks, Rotary, Business and Professional Women’s Club, sindicatos e grupos religiosos (de outras igrejas). Todos que se recusavam a cooperar entravam na lista dos antagonistas. O AZEC em conjunto com a Organização Sionista Americana comprou, para essa campanha, tempo para propaganda em 182 estações de rádio americanas e 50 canadenses. “Durante 39 semanas, em séries de programas de 15 minutos, os americanos de 46 Estados ouviram de estrelas como Victor Jory, Judith Evelyn, Gene Kelly.... os “discursos Palestinos” em dramatizações produzidas profissionalmente. Outro trabalho dos Comitês de Emergência locais era a “vigilância” que relatava ao quartel-general nacional todas as atividades “anti-sionistas” na comunidade.

## CAPÍTULO 8

### Influência Sionista na Política Externa dos EUA

#### Administração Roosevelt

As atividades sionistas com a opinião pública (opinião pública que era, na verdade, mais restrita à sonora comunidade judaica) repercutiam em Washington, facilitando a abertura das portas para um dos mais importantes passos do movimento: introduzir as resoluções sionistas oficialmente no Congresso americano. Apesar do esforço empreendido, isso não foi conseguido antes de 1946, na Administração Truman.

Em janeiro de 1944, quatro resoluções quase idênticas foram propostas no Congresso americano, duas em cada casa, que resumidamente declaravam que os Estados Unidos se empenhariam em abrir as portas da Palestina para a imigração ilimitada de judeus e que lá deveria ser criado um Estado para esse povo. As duas resoluções da “Câmara” foram introduzidas pelos congressistas Compton, um Republicano de Conectcut, e por Wrigth, um Democrata da Pennsylvania. No Senado foram apresentadas pelos senadores Wagner (presidente do American Palestine Committee), Democrata de Nova York e por Taft, Republicano de Ohio. As resoluções foram, então, encaminhadas para o Comitê de Relações Exteriores, presidido por Sol Bloom, de Nova York, um notório sionista. Nas audiências do comitê, Bloom procurava, com maneiras elegantes e gentis, ouvir todas as testemunhas, mas deixava claro o lado que estava apoiando. Os membros do comitê pareciam pouco impressionados com os testemunhos contrários às resoluções. A única exceção foi o congressista Francis Balton, de Ohio. Todos os membros do Comitê de Relações Exteriores foram contactados por seus eleitores, receberam milhares de cartas e telegramas de todo o país, além de petições e resoluções, estimulando a decretação das resoluções, resultado do trabalho dos Comitês de Emergência locais.

Bloom, Congressista eleito por Nova York, uma área densamente povoada por judeus, se esforçou pela aprovação das resoluções. Porém, sendo um importante líder Democrata no Congresso e devido à sua boa e próxima relação com o Presidente Roosevelt, estava limitado



por outros compromissos. A posição do governo era contrária à aprovação dessas resoluções. O Secretário de Defesa e o Secretário de Estado comunicaram que, sem entrar no mérito das resoluções, nenhuma medida a respeito delas poderia ser tomada pelo governo, conforme justifica o ofício do Departamento de Estado:

“No Departamento de Estado, sentimos que a aprovação dessas resoluções...podem precipitar o conflito na Palestina e em outras partes do mundo árabe, pondo em perigo as tropas americanas e exigindo o desvio de tropas da Europa e outras áreas de combate. Poderia também prejudicar ou arruinar as negociações pendentes com Ibn Saud (rei da Arábia Saudita) para a construção do oleoduto na Arábia Saudita, que nossos líderes militares consideram de fundamental importância para nossa segurança. ..”.**86**

Roosevelt, em março de 1944, orientou o Departamento de Defesa para que enviasse uma carta de teor parecido ao Comitê de Relações Exteriores, a fim de convencê-lo a suspender o processo para aprovação das resoluções. Com a colaboração de Bloom, o Presidente teve sucesso e, dessa forma, a resolução foi adiada.

Em vista dessa protelação, alguns líderes sionistas atacaram Sol Bloom, apesar de seu empenho, acusando-o de não ter dado o apoio necessário ao processo, e fizeram-lhe ameaças. Para entendermos um pouco melhor os métodos sionistas em relação aos parlamentares americanos, vale a pena detalhar. Louis Lipsky, da Agência Judaica, escreveu uma carta confidencial levantando suspeitas sobre Bloom e chantageou declarando que os Republicanos poderiam receber o apoio do AZEC. Se interessava a Bloom salvar não apenas sua posição em relação à comunidade judaica, mas também a do governo, Bloom deveria assegurar imediatamente uma forte resolução do Presidente, apoiando “os direitos dos judeus”...Essa crítica e outras do mesmo teor, que levaram Bloom a protestar, não tiveram consequências, porque a Organização Sionista considerou sem sentido perder o apoio de um Congressista como ele. Mais tarde desculpou-se e enviou o rabino Israel Goldstein para agradecer por seus esforços no Comitê do Congresso.

Roosevelt, durante toda sua Administração, teve muito cuidado tanto em suas declarações e apoios aos sionistas, quanto em seu relacionamento com os árabes. Usando de muito tato, conseguia protelar uma decisão mais objetiva de exigir da Grã Bretanha a liberação da imigração à Palestina ou de apoio direto à criação do Estado judeu. No entanto, o sionismo conseguiu, em 1944, que os dois partidos mais importantes do país incluíssem em suas plataformas políticas o programa sionista. O Partido Republicano contemplou as solicitações do AZEC, em sua convenção de junho de 1944:

“ Para dar refúgio a milhões de homens , mulheres e crianças judaicas aflitos, tirados de seus lares pela tirania, nós clamamos pela abertura da Palestina para sua imigração irrestrita e para a posse da terra, a fim de que, de acordo com o total objetivo da Declaração de Balfour, de 1917, e a resolução do Congresso de 1922, a Palestina possa ser constituída como um Estado livre e democrático. Nós condenamos a falha do Presidente em insistir que o mandatário sobre a Palestina cumpra as medidas da Declaração de Balfour e do Mandato, enquanto ele pretende apoiá-los”.<sup>87</sup>

Em seguida, todos os esforços foram concentrados na convenção dos Democratas que se realizaria em julho. Da mesma forma que ocorreu com os Republicanos, muitos contatos e negociações foram feitas. Will Rosenblatt escreveu ao senador Wagner, democrata e presidente do American Palestine Committee, mesmo sendo este parlamentar um ativo colaborador do movimento, no seguinte tom:

“ Todos nós sentimos que é extremamente importante que o programa para a Palestina seja incluído na plataforma Democrata... O fracasso em ter tal programa na plataforma Democrata pode ferir seriamente o Presidente (Roosevelt disputando a reeleição) no Estado de Nova York, e pode inclusive causar a você algum prejuízo, embora eu sinta que você está mais a salvo no Estado. As chances do Presidente em Nova York não são tão boas quanto as suas...”.<sup>88</sup> Essa carta de 18 de julho de 1944, demonstra mais intimamente o estilo chantagista do lobby sionista, mesmo em relação aos seus apoiadores mais dedicados.

Ninguém, na época, tinha certeza da influência que a inclusão do programa sionista nas plataformas partidárias teria sobre o eleitorado judeu e não-judeu. Mas ambos os partidos temeram perder os votos de judeus em Nova York, Estado tido como fundamental para ganhar as eleições e densamente povoado por judeus. Assim, os Democratas também cederam às reivindicações sionistas.

Após a vitória dos Democratas, em novembro, os sionistas pressionaram mais enfaticamente no sentido aprovar as resoluções de fevereiro. No entanto, Roosevelt resistiu e informou aos Drs. Wise e Silver, presidentes do AZEC, que seria imprudente reconsiderar as resoluções naquele momento, enviando-lhes, também, uma série de protestos contra a política americana, recebidos pela missão diplomática no Cairo. Dr. Silver, no entanto, continuou insistindo para que as resoluções fossem consideradas imediatamente. O Congressista Bloom, pressionado por Dr. Silver, apresentou novamente a resolução ao Comitê da Câmara, contendo, porém, uma emenda, conseguindo aprová-la, em 28 de novembro de 1944. A resolução eliminou a palavra “judeu” precedendo “Estado democrático”, e eliminou a frase “tomará as medidas necessárias” (os EUA a respeito das reivindicações). Devido a isso, a resolução tornou-se inócua, descontentando os sionistas. Graças à colaboração de Sol Bloom, o Presidente conseguiu negociar essas modificações, mas em seguida foi avaliado que a resolução seria aprovada facilmente no Senado, então o governo teve de interferir, utilizando argumentos diplomáticos, pois não dispunha no Senado, de um colaborador como Bloom. Assim, o Departamento de Estado informou ao Comitê de Relações Exteriores do Senado que a aprovação da resolução (a equivalente que havia sido apresentada concomitantemente na Câmara) seria imprudente, diante da situação internacional daquele momento. A resolução foi, então, adiada. Os sionistas, embora tivessem conseguido grandes vitórias com a opinião pública e o Congresso, continuavam tendo dificuldades em arrancar um compromisso da Administração.

O Congresso era mais suscetível aos grupos de pressão sionista, enquanto o governo tinha de encarar diretamente as consequências e realidades de suas decisões. Roosevelt, embora o discurso amistoso e simpático em favor dos sionistas, não podia assumir um compromisso com eles, visto os interesses estratégicos e econômicos que dependiam da amizade com os

árabes. O Departamento de Estado “reconhecia a seriedade da situação e se empenhou em manter o mundo árabe pacífico. Era necessário que o delicado equilíbrio no Oriente Médio não fosse perturbado por declarações pró-sionistas...”.<sup>89</sup> Mesmo assim, a agitação sionista nos EUA criava frequentemente dificuldades para a missão americana no Oriente Médio.

Em 1942, o Coronel Halford Hoskins, especialista em Oriente Médio, enviado para a área pelo Estado Maior, comunicou que a menos que fosse reduzida a tensão, um conflito seria deflagrado na Palestina, antes de terminar a guerra, e colocaria todo o Oriente Médio árabe em tumulto, levando em consideração que a região era um importante centro das operações americanas.

Os diplomatas árabes, em Washington, também reagiam a cada ação empreendida pelos sionistas, conforme suas atividades foram ficando mais influentes. Em 1943, o ministro do Egito apresentou um memorando denunciando os “efeitos deploráveis” sobre o mundo árabe causados pelas atividades sionistas nos EUA, e alertou a respeito dos possíveis efeitos negativos sobre o esforço de guerra Aliado.

Roosevelt alimentava esperança na possibilidade de um acordo entre árabes e judeus. Em 1943, Weizmann propôs um plano ao Presidente, criado com John Philby e apoiado por Churchill (Philby era o conselheiro britânico e confidente do Rei Ibn Saud). O plano propunha que Ibn Saud assumisse a liderança dos países árabes, enquanto a Palestina seria constituída num Estado judeu. Na entrevista com Roosevelt, Weizmann foi apoiado pelo Sub-secretário de Estado, um oficial pró-sionista. Em julho de 1943, Roosevelt enviou o coronel Hoskins ao Rei Ibn Saud, para negociar seu consentimento para receber Weizmann. O Rei, irritado, se recusou a receber Weizmann justificando que não poderia falar em nome da Palestina, e menos ainda, entregar a Palestina aos judeus, “mesmo se ele desejasse, por um instante que fosse, considerar tal proposta”.<sup>90</sup>

Além de outros governos do Oriente Médio, o Rei Ibn Saud manifestou, mais de uma vez, suas preocupações com a posição norte-americana em relação á Palestina, principalmente em 1944, quando da inclusão do apoio ao Programa de Biltmore, na plataforma Democrata, e

pediu que o governo americano não tomasse nenhuma atitude afirmativa em relação ao sionismo, sem antes informá-lo. Roosevelt, até o fim da vida, manteve sua palavra com o Rei de não tomar nenhuma decisão sobre a Palestina sem um processo completo de consultas com ambos, árabes e judeus, evitando assumir qualquer compromisso com a OSM.

Em janeiro de 1945, continuando sua política de protelação a um compromisso mais explícito, Roosevelt recebeu Wise e questionou sobre assuntos econômicos e políticos na Palestina, exprimindo sua preocupação quanto à oposição soviética. Wise demonstrou que esse aspecto não era preocupante, pois numa conversa que teve com Benes, presidente da Tchecoslováquia, foi informado de que Stalin não se oporia à idéia, se os EUA e a Grã Bretanha concordassem com a solução. Com essa conversa e numa carta enviada à James M. Landis, Diretor americano de Operações Econômicas no Oriente Médio, Roosevelt indicou que, naquele momento, estava considerando um plano em que o estabelecimento do Estado judeu atrelado ao desenvolvimento econômico dos países árabes pudesse trazer a paz entre árabes e judeus. Roosevelt, então, no retorno da Conferência de Yalta, visitou o Rei Ibn Saud, para tratar desse assunto.

Se Roosevelt acreditava mesmo nessa proposta, se ela não era apenas um subterfúgio para aplacar a pressão sionista, o encontro com Ibn Saud o fez mudar completamente de idéia. O Rei ficou impassível com as ofertas de benefícios econômicos e sociais e protestou violentamente contra qualquer posterior imigração de judeus à Palestina. Afirmou também que os árabes escolheriam morrer à dar suas terras para os judeus. Alguns meses após esse encontro, Abdul Rahman Azzam Bey, Secretário geral da Liga Árabe, disse que Ibn Saud não apenas **ameaçou com a guerra** se a Palestina fosse dada aos judeus, mas que Roosevelt

...” deu sua garantia ao Rei Ibn Saud da Arábia Saudida de que ele não apoiaria qualquer mudança para entregar a Palestina aos Judeus....”**91**

Essas garantias foram confirmadas mais uma vez, numa carta do Presidente ao Rei, datada de 5 de abril de 1945, uma semana antes de Roosevelt morrer. O Presidente ficou muito

impressionado pela personalidade do Rei e com o encontro, comentando informalmente no Congresso, em 1 de março:

" Sobre o problema dos árabes, eu aprendi mais sobre todo o problema, o problema muçulmano, o problema judaico, falando com o Rei por cinco minutos, do que eu poderia ter aprendido na troca de duas ou três dúzias de cartas".**92**

Após o encontro com o Rei, Roosevelt concluiu que toda a política americana sobre o tema deveria ser revista, pois se as coisas seguissem como estavam, haveria derramamento de sangue, e isso ele pretendia evitar. Em março, Roosevelt relatou ao Congresso suas conclusões, frustrando os sionistas profundamente. No entanto, continuou com sua tradicional política de autorizar declarações em que afirmava não ter mudado de idéia quanto aos anseios sionistas, e ao mesmo tempo, respondendo às preocupações árabes afirmando que nada faria que provocasse sua hostilidade. "O Presidente estava ciente do crescente valor estratégico, econômico e político do Oriente Médio e dificilmente colocaria em perigo os interesses americanos".**93**

Durante todo o período que precedeu a votação da Partilha, as atividades sionistas voltadas à propaganda e doutrinação pública, além do levantamento de fundos, em conjunto com as ações direcionadas às autoridades do governo e do Congresso, não cessaram. Em 1945, os fundos levantados nos EUA somaram catorze milhões e meio de dólares, em 1946, trinta e dois milhões, e em 1947, 43 milhões. Naquela época esses valores significavam quantias expressivas. A comunidade judaica da Palestina era fortemente dependente do financiamento norte-americano e boa parte desses fundos arrecadados financiavam as atividades terroristas dos sionistas. O rabino Baruch Korff, vice-presidente executivo do Political Action Committee, apoiado por vários senadores americanos, admitiu indiretamente que o financiamento do terrorismo estava entre as atividades de seu grupo. "Como outros grupos sionistas, o Committee recebia o apoio dos Congressistas e outros líderes da vida americana, que provavelmente não tinham consciência de suas atividades terroristas".**94**

## **Administração Truman**

Em 1945, quando Truman assumiu, após a morte de Roosevelt (12 abril), todo o processo de pressão política se repetiu. No princípio, Truman mostrou-se despreparado e desinformado sobre a questão da Palestina, e se deixou levar pelas manobras sionistas de dentro e de fora do governo, principalmente a respeito da propaganda de que os refugiados judeus não dispunham de nenhum outro lugar para ir, além da Palestina. Truman, por sua vez, também foi aconselhado em contrário pelo Departamento de Estado, e informado dos compromissos assumidos por Roosevelt com o Rei Ibn Saud, mas se mostrava mais vulnerável às pressões do que o ex-Presidente. Truman estava sensibilizado com o problema dos refugiados e considerava que essa era a preocupação central do sionismo, não percebendo a conexão entre esse objetivo e o de estabelecer o Estado judeu. Aos sionistas, essa falta de clareza por parte de Truman era positiva, por isso não se esforçavam para corrigir o equívoco, muito pelo contrário. Declarando sua intenção em prol de obter a permissão para a entrada de 100.000 judeus na Palestina, Truman insinuou que não desejava o estabelecimento de um Estado na linha religiosa ou racial. Para contra-argumentar, os senadores Wagner e Taft se apressaram em esclarecer que não havia a intenção de estabelecer um Estado teocrático, mas que o objetivo era apenas assegurar a todos os judeus o direito de entrar na Palestina, e que, somente na hipótese de eles se tornarem maioria, seria estabelecido o Estado judeu.

No entanto, Truman acabou seguindo, em parte, os caminhos de Roosevelt. Sob pressão dos líderes árabes e dos interesses econômicos e estratégicos americanos no Oriente Médio, assumiu uma postura simpática ao sionismo, mas sem maiores consequências práticas. Também renovou várias vezes aos árabes a garantia de que nenhuma decisão seria tomada antes de ampla consulta das duas partes.

Antes de Truman dirigir-se à Potsdam, foi vítima de uma das grandes campanhas nacionais da Organização Sionista, para que apoiasse a posição da organização, que já havia sido apresentada para a Grã Bretanha, em 27 de maio de 1945: proclamar o Estado judeu e permitir à Agência Judaica controle total sobre a imigração. O presidente recebeu solicitação

nesse sentido por parte de 37 governadores e, ao mesmo tempo, de 54 senadores e 251 deputados, que foram mobilizados por Wagner e Taft.

Mas em julho, Truman conversou superficialmente sobre o tema com Churchill, sendo enfático apenas sobre a questão de diminuir as restrições aos refugiados. Entretanto, Churchill mostrou-lhe que a situação era mais complexa do que ele imaginava.

Em 16 agosto, já de volta de Potsdam, Truman declarou:

“...queremos que entre na Palestina o maior numero de judeus possível. Mas o problema deve ser trabalhado diplomaticamente com a Grã Bretanha e os árabes, pois se um Estado pode ser estabelecido lá, deve ser em bases pacíficas. Eu não desejo enviar 500.000 soldados americanos para fazer a paz na Palestina”.<sup>95</sup>

Os sionistas não se deixaram desanimar por essa declaração e perseveraram em manter a ilusão do Presidente, comunicando que tal necessidade (de 500 mil homens) era um exagero da propaganda britânica anti-sionista, e continuaram exigindo a liberação da imigração dos refugiados.

Há a avaliação de que Truman tinha uma real preocupação com os refugiados da Europa e que não compreendia realmente a conexão dos dois objetivos sionistas. Acreditava que a imigração podia mesmo ser estabelecida sem a necessidade de uma nova estrutura política. Ele desejava a imigração ilimitada e considerava aceitável o Estado judeu, desde que isso pudesse ser feito sem guerra e sem o envolvimento de tropas americanas. Ele não percebeu ou negou-se a admitir que a única maneira de realizar esse objetivo era através do conflito.

Em 31 agosto 1945, sob grande pressão, Truman pediu, em nome dos interesses dos EUA, que o Primeiro Ministro Attlee (sucedeu Churchill na Grã Bretanha) admitisse 100.000 refugiados judeus na Palestina. Attlee argumentou sobre os compromissos anteriores com os árabes e declarou concordar, mas apenas se os EUA assumissem a responsabilidade conjunta,



inclusive com o envio de tropas. Truman permaneceu em sua postura contrária ao envolvimento militar, não chegando a nenhum acordo.

Ainda em 1945, os sionistas voltaram a lutar pela aprovação no Congresso das resoluções que comprometiam o governo com as propostas do Programa de Biltmore. Toda a movimentação política de negociações para mobilizar governadores, políticos locais e congressistas teve início, da mesma forma que na administração Roosevelt.

Embora Truman considerasse importante um estudo mais detalhado para a aprovação das resoluções no Congresso, Wagner conseguiu, com algumas modificações, aprovar a resolução no Senado, em 17 de dezembro de 1945, e na Câmara, em 19 de dezembro. Elas ampliavam as obrigações contidas na Declaração de Balfour, pedindo a livre imigração de judeus e a construção na Palestina de um Lar Nacional para os Judeus. Apesar da vitória sionista, com a aprovação das resoluções, não foi empreendido, nos meses seguintes, nenhum programa político dinâmico por parte do governo, além da solicitação ao governo britânico para a entrada imediata de 100.000 judeus na Palestina. Mas os sionistas continuaram somando suas vitórias.

Em 13 de novembro 1945, o Departamento de Estado publicou a decisão do Presidente de estabelecer um Inquiry Committee conjunto com a Grã Bretanha para avaliar a questão da Palestina. Três, dos seis membros americanos do comitê, eram declaradamente pró-sionistas. O Comitê realizou audiências em Washington ouvindo os testemunhos de lideranças sionistas e árabes e, posteriormente dirigiu-se aos campos de refugiados da Europa. Conforme era desejo da Organização Sionista, o problema da Palestina foi vinculado ao dos refugiados europeus e “esta confusão claramente nasceu do relatório apresentado em 20 de abril de 1946”.<sup>96</sup> Embora a vinculação satisfizesse os anseios sionistas, as sugestões do relatório desagradaram muito a Organização.

O Comitê enfaticamente defendeu uma solução bi-nacionalista com um governo independente e democrático com representação igual e não proporcional. Contrariando os sionistas, o comitê reconheceu que a independência era impossível naquele momento e sugeria

que o Mandato fosse transferido para a ONU, além da entrada de 100 mil judeus, na Palestina, imediatamente. Esse resultado foi unânime, mesmo com simpatizantes sionistas no grupo, já que tiveram de agir dentro das estruturas políticas dos governos que representavam. Os sionistas protestaram contra esse relatório, apoiando apenas o item que dizia respeito à imigração.

Quando o relatório foi apresentado ao governo britânico, o Primeiro Ministro Atlee requisitou à Truman assistência militar e financeira como condição para tomar alguma decisão contida no relatório.

Truman consultou o Estado Maior, que o aconselhou contra qualquer ação que envolvesse tropas americanas e avisou que o uso de força prejudicaria os interesses americanos e britânicos no Oriente Médio, portanto, tornando possível à União Soviética ganhar espaço. As pressões da URSS sobre a Turquia e o Iran naquele momento deram um fundamento real ao aviso.<sup>97</sup>

Apesar da resposta de Atlee e dos conselhos do Estado Maior, Truman continuou pressionando a Grã Bretanha para a admissão dos 100.000 refugiados. Essa política incoerente de Truman, pressionando os britânicos a assumirem um programa que necessitava de apoio militar, enquanto declinava de comprometer-se com o envio de tropas americanas, causou fortes denúncias na imprensa britânica. A atitude pouco razoável de Truman se justifica pela pressão de um grupo de senadores comandados por Taft e Wagner. Taft argumentava que a Grã Bretanha tinha muitos milhares de tropas na Palestina e poderia contornar a situação.

Em 11 de junho 1946, enquanto os governos americano e britânico procuravam descobrir, sem entusiasmo, um meio de lidar com o relatório do Inquiry Committee, Truman anunciou a decisão de criar um Comitê do Gabinete, para a finalidade de aconselhá-lo sobre a melhor política a tomar em relação ao relatório do Inquiry Committee. Esse novo comitê foi integrado pelos Secretários de Estado, Defesa e Tesouro.

Durante a preparação desse Comitê, a Grã Bretanha foi forçada à ações drásticas na Palestina, contra a onda de terrorismo, prendendo um número de proeminentes líderes do corpo executivo da Agência Judaica. Os sionistas americanos protestaram. O Presidente manifestou que esperava para breve a libertação dessas pessoas. Temendo a repercussão americana, quando um empréstimo estava sendo discutido na Câmara, a Grã Bretanha se viu obrigada a soltar os terroristas.<sup>98</sup> A importância de relatar esse acontecimento está na percepção que ele permite a respeito da posição americana em relação ao terrorismo, o qual, dependendo de quem o pratica, pode ser admissível e até incentivado.

Em 25 de julho, a imprensa americana publicou em detalhes as recomendações do Comitê do Gabinete, que deveriam ser mantidas em segredo, mas vazaram. A proposta **Morrison-Grady** (como foi batizada) recomendava para a Palestina um sistema federal com dois Estados autônomos, com um forte governo central sob a direção da Grã Bretanha, além da admissão imediata de 100.000 judeus.

Ao tomarem conhecimento dessa proposta, os círculos sionistas iniciaram uma tempestade de protestos. O Dr. Silver chamou a proposta de um “Ato sem consciência de traição” e denunciou que ela estava longe de ser uma forma de implementar o relatório do Inquiry Committee (embora o plano desse comitê também tenha sido recusado pelos sionistas, exceto a parte que pedia a imigração).

Truman foi levado a desistir de qualquer proposta, devido à tremenda pressão exercida pelos sionistas e vários membros do Congresso, e também porque líderes do partido foram avisados que a aprovação teria consequências para as chances Democratas nas eleições de novembro.

Em 12 de agosto, Truman comunicou ao governo britânico a respeito do plano colocado pelo Inquiry Committee:

“...Eu não posso dar apoio formal ao plano em sua presente forma como um plano conjunto anglo-americano. A oposição ao plano neste país tem se tornado tão intensa que agora

está claro que seria impossível reunir em favor dele suficiente opinião pública para lhe dar apoio efetivo”.<sup>99</sup>

Na mesma época, a Agência Judaica se reuniu em Paris. Avaliando a situação e o rumo de suas ações, decidiu aceitar a possibilidade de um acordo baseado na partilha, um parcial retrocesso de Biltmore, que exigia o Estado Judeu ocupando as fronteiras históricas da Palestina. Nahum Goldman informou ao governo americano que os sionistas aceitariam “um Estado judeu viável numa área adequada” da Palestina. O Presidente repassou essa declaração à Grã Bretanha e informou que os EUA não tinham nenhuma proposta definida, até o momento, para a Palestina.

Finalmente, diante da oposição sionista em relação às resoluções dos dois comitês, e o impasse da situação, Truman desvinculou, em parte, o problema dos refugiados da questão Palestina e expressou ter esperança de que vários países, além dos EUA, poderiam recebê-los para residência permanente. Ele pediu ao Congresso para autorizar a entrada de um número fixo de pessoas refugiadas aos EUA. No entanto, este programa, da mesma forma que o plano empreendido por Roosevelt, não obteve apoio dos sionistas. Dessa forma, Truman desistiu também dele e continuou sem uma política definida para a questão.

### **O lado anti-judaico da política sionista**

Entre 1942 e 1943, o nazismo já assassinara milhões de judeus, enquanto milhares de outros conseguiram escapar, tornando-se refugiados. As condições em que essas pessoas passaram a viver, nos campos da Europa, eram as piores imagináveis e exigiam do mundo uma ação urgente. A situação de emergência desses refugiados era a justificativa usada pelos sionistas para exigir que a imigração na Palestina fosse liberada pela Grã Bretanha. A mobilização sionista para influenciar a opinião pública nos EUA e a pressão exercida na Administração Roosevelt ( e depois, no período de Truman) no sentido de o governo americano interceder junto ao governo britânico foram imensas.

A Grã Bretanha não cedeu, porque isso levaria ao esgotamento da cota estabelecida no Livro Branco, antes do final da guerra, fato que a obrigaria a encontrar uma solução final para a Palestina antes da Conferência de Paz, o que seria impossível naquele momento. Foi realizada, então, a Bermuda Refugees Conference, em abril de 1943, onde os EUA concordaram com a posição britânica. Como resultado dessa conferência, um Comitê Inter-governamental para os Refugiados passou a trabalhar para obter vistos de imigração para diversos lugares. Mantendo-se em princípios puramente humanitários e a fim de evitar questões políticas e controversias, o comitê excluiu de suas atividades a busca de vistos para a Palestina. Por contrariar os objetivos sionistas, esse trabalho foi alvo de ataques permanentes. Até mesmo Sol Bloom, parlamentar americano pró-sionista, representando os EUA na Conferência, foi alvo desses ataques, porque teve de submeter seus anseios sionistas aos imperativos da política dos EUA. As pesadas críticas vinham de judeus sionistas, inclusive de alguns ocupando altos postos, como Morgenthau, Secretário do Tesouro.

Roosevelt defendia pessoalmente que todos os países deviam diminuir suas barreiras à imigração para receber os refugiados. Enviou Morris Ernest à Londres para propor que o governo britânico recebesse em seu território 100.000 refugiados, alegando que se os britânicos dessem o exemplo, outras nações, inclusive os EUA fariam o mesmo. Como Churchill respondeu positivamente, Roosevelt iniciou conversações para a implantação desse programa, mas descobriu rapidamente que as lideranças sionistas se opunham energicamente ao plano, e para não ter de enfrentar suas pesadas pressões, desistiu de realizá-lo. Segundo Ernest, quando o Presidente informou que o programa fora abandonado, argumentou:

..."Eles (lideranças judaicas) estão certos de seu ponto de vista. O movimento sionista sabe que a Palestina é, e continuará sendo por algum tempo, uma sociedade para remessa de dinheiro. Eles sabem que podem levantar vastas somas para a Palestina, dizendo aos doadores: " Não há outro lugar para onde estes pobres judeus possam ir" . Ma se há um asilo político mundial para todas as pessoas independentemente da raça, credo ou cor, eles não podem levantar seu dinheiro. ..." **100**

Assumindo essa postura, os líderes sionistas prolongaram de 1943 até 1948-49, o sofrimento e miséria enfrentados pelos refugiados acampados na Europa, tirando-lhes também a oportunidade de reiniciar suas vidas nos EUA, na Grã Bretanha e em outros países que acabaram nem sendo cogitados por Roosevelt. Ao invés disso, após mais de cinco anos de penúria nos campos, foram enviados à Palestina, onde passaram a enfrentar o conflito armado contra os árabes. A indiferença dos sionistas diante da situação de emergência dos judeus refugiados, bloqueando o programa de Roosevelt e posteriormente o de Truman, e efetuando uma pesada propaganda junto a esses refugiados a fim de fazê-los crer que não havia outro lugar seguro, que não fosse a Palestina, não foi motivada apenas por sua estratégia de arrecadação de fundos. Havia uma razão ainda mais importante. Os sionistas enfrentavam dificuldades para conseguir uma população judaica para o Estado que desejavam fundar, e as vítimas do nazismo poderiam ser convencidas mais facilmente. A grande comunidade judaica pró-sionista dos EUA não estava disposta a se mudar, por isso os refugiados foram duplamente massa de manobra.

Ernest , ao se empenhar em conversações com várias organizações sionistas na defesa do programa, deixou claro que nenhum judeu ou outra pessoa da Europa seria obrigado a ir a qualquer lugar que não desejasse, o programa tinha apenas o objetivo de aliviar o sofrimento dos refugiados, mas relata ter sido "depreciado e acusado de traidor", tendo enfrentado oposição até mesmo de seus amigos sionistas.

### **Eleições do Congresso americano - novembro de 1946**

A política de Truman de não-compromisso teve um fim abrupto no início de outubro de 1946. Os sionistas conseguiram sua maior vitória, desde o início de sua campanha nos EUA, aproveitando-se das eleições americanas para barganhar com o Presidente, que não dispunha do mesmo prestígio nem da mesma visão e flexibilidade política de seu antecessor, que soube lidar melhor com a mesma situação vivida no passado.

A Organização Sionista realizou nova campanha de proporções gigantescas, para pressionar os partidos e o Presidente, nos mesmos moldes das anteriores.

“Apreensivo com os esforços do Congresso para uma solução sobre a Palestina e pressionado pelos líderes Democratas em Nova York, Truman oficialmente rejeitou o plano Morrison-Grady (do Comitê do Gabinete), em 4 de outubro, pediu pela admissão imediata dos 100.000 refugiados e recomendou o **plano da partilha ao longo das linhas sugeridas pela Agência Judaica**”.**101**

A ação do presidente foi criticada como um gesto feito com o claro sentido de garantir votos, inclusive um grande número de comentaristas pró-sionistas não puderam deixar de criticar. Um conhecido repórter de Washington, do New York Times, James Reston, resumizou (7/10/1946):

“O presidente foi contra seus conselheiros em política exterior e escolheu seguir as incitações daqueles que estavam primariamente interessados em reter as maiorias Democratas no Congresso. A conclusão geral é que se a questão da Palestina é abordada do ponto de vista dos políticos americanos, não é provável que seja resolvida e o prestígio e autoridade americanos no mundo é provável que sejam danificados”.**102**

As pressões sionistas nesse episódio foram tão extremas, que passaram a despertar maior antagonismo por parte de judeus não-sionistas e mesmo dos pró-sionistas mais moderados.. Arthur Hays Sulzberger, editor do Times, afirmou:

“Eu não gosto dos métodos coercitivos dos sionistas que, neste país, não têm hesitado em usar meios econômicos para silenciar as pessoas que têm visões diferentes” ( O Times passava por pesadas dificuldades por estar sendo vítima de uma grande boicote orquestrado pelos sionistas).**103**

Vários círculos judaicos se ressentiram das táticas sionistas. O juiz Joseph M. Proskauer, agora apoiador do sionismo, presidente do American Jewish Committee, que havia deixado a American Jewish Conference por discordar das suas linhas, comentou, a respeito da partilha, já apoiada por Truman, que tal solução seria aceitável desde que não contrariasse os “princípios democráticos” do American Jewish Committee. Não deveria significar que uma minoria de judeus governaria uma maioria de árabes, como previsto no Programa de Biltmore, mas deveria ser estabelecido um Estado judeu onde já existisse uma maioria de judeus. A posição mais extrema foi assumida pelo Hebrew Committee of National Liberation, que chamou de “covardia” a aprovação de qualquer esquema de partilha e afirmou ser a Agência Judaica “um corpo obsoleto” .

No entanto, a força da Organização Sionista se sobrepunha e calava qualquer crítica ou posição contrária aos seus objetivos.

A resolução de Truman causou violenta reação no mundo árabe. Ibn Saud acusou Truman de ter alterado a situação básica na Palestina em contradição com as promessas anteriores. Truman respondeu, em 26 de outubro, que o apoio a um Lar Nacional Judaico vinha sendo uma consistente política americana. Alegou também que foram feitas uma série de consultas, durante 1946, entre árabes e judeus (durante o Inquiry Committee) e ele sentiu que as promessas foram contempladas. Obviamente, os árabes não concordaram que as audiências do Inquiry Committee fossem negociações para um acordo sobre a Palestina, pois foram chamados apenas para fazer relatos diante do comitê. Os sionistas sentiram-se plenamente vitoriosos com essa carta enviada ao Rei , a primeira em que os EUA assumiam uma posição mais clara em relação ao problema. A Grã Bretanha profundamente irritada e em desacordo com a nova política de Truman, tomou a decisão de transferir o problema para a ONU.



## CAPÍTULO 9

### A Diplomacia Norte-Americana na ONU, a Serviço do Sionismo

A multiplicação dos fatores de pressão sobre a administração britânica na Palestina, com a insistência do governo americano para a imigração imediata de 100 mil judeus, inaceitável diante da já delicada situação com os árabes, os ataques e sabotagens do terrorismo sionista às suas instalações e o aumento da imigração ilegal, levaram a Grã Bretanha, em fevereiro de 1947, exaurida pela Segunda Guerra Mundial, a encaminhar a questão à ONU, para que fossem formuladas "recomendações relativas ao futuro Governo da Palestina". Nesta época, todos os países árabes que estiveram sob mandato já eram independentes, com exceção da Palestina: o Iraque (Mesopotâmia) conquistou sua independência em 1932, o Líbano em 1943, a Síria em 1944 e o Reino da Jordânia (Transjordânia) em 1946.

Conforme veremos, o complexo e prolongado processo que teve início na ONU parece ter sido um jogo de cartas marcadas. Os procedimentos formais foram adotados com toda retórica humanitária e legalista, mas evidenciam manobras irregulares, como a defesa da Declaração de Balfour, como um título jurídico, que de fato era, sem, no entanto, levar em consideração os títulos jurídicos obtidos pelos árabes palestinos nos acordos da Primeira Guerra e no Pacto da Sociedade das Nações, a fim de garantir, assim, o desfecho previsto. Isso será demonstrado a seguir, com base numa publicação elaborada pela própria ONU, em 1990, fartamente documentada.

A independência da Palestina era um direito evidente de seu povo, uma maioria árabe de 70%, em 1947, porcentagem que inviabilizaria qualquer pretensão de criar um Estado judeu, por questões jurídicas e práticas. Por trás da retórica humanitária que impôs a vinculação do problema dos refugiados judeus da Europa à questão da Palestina e impôs ao povo árabe palestino o ônus da perseguição européia dos judeus, encontravam-se interesses e manipulações suspeitos.

A Organização Sionista Mundial – OSM -, entre outras técnicas e estratégias, se utilizou da tragédia do holocausto nazista para influenciar pesadamente a opinião pública mundial, mas

principalmente a norte-americana, acrescentando mais um instrumento de pressão sobre o governo dos EUA. Logo que a Grã Bretanha anunciou a transferência do problema palestino à ONU, a OSM solicitou aos EUA que assumissem a defesa das aspirações nacionais judaicas, utilizando-se, para isso, do aparato de apoios que construira anteriormente junto a numerosos membros do Congresso Americano. No entanto, sabendo que as Nações Unidas não estavam comprometidas com o sionismo, como esteve a Liga das Nações, os sionistas modificaram um pouco seu discurso, abandonando temporariamente a reivindicação explícita por um Estado judeu, para substituí-la por outra que enfatizava o "cumprimento do Mandato", apoiado na Declaração de Balfour, e o apoio às "aspirações nacionais dos judeus". Embora o mesmo objetivo continuasse na base dessas duas propostas, elas tornavam mais viável o apoio do governo americano, nas negociações da ONU. Além dessa mudança, o sionismo também tencionava substituir o conceito , decidido no Programa de Biltmore para influenciar os EUA, de que o Estado judeu seria o baluarte da democracia contra o totalitarismo do Oriente Médio e o contraste aos governos feudais árabes. A sugestão agora indicava que o conceito deveria associar o Estado judeu à nova política americana anti-russa, no Oriente Médio. No entanto, essa sugestão foi seguida apenas nos meses posteriores, pois, naquele momento, os sionistas necessitavam buscar o apoio soviético para as deliberações da ONU.**104**

### **A vinculação da questão da Palestina ao problema dos refugiados judeus**

Em abril de 1947, inaugurou-se o primeiro período de sessões extraordinárias da Assembléia Geral, para examinar a questão da Palestina, tendo como presidente o brasileiro Oswaldo Aranha. Seu propósito era constituir um Comitê Especial para preparar a questão e apresentá-la, alguns meses mais tarde, nas sessões regulares da Assembléia.

A Primeira Comissão, presidida pelo canadense Lester Pearson, tinha a incumbência de definir a composição da **Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP)** e seu mandato, para os quais havia propostas bastante diferentes. A Arábia Saudita, Egito, Iraque, Líbano e Síria tentaram em conjunto conduzir a agenda das discussões para o tema da independência da Palestina. Solicitaram que fosse estabelecido na agenda o tema "A

terminação do Mandato na Palestina e a declaração de sua independência", sob o argumento de que tendo a Sociedade das Nações reconhecido a independência provisória dos Mandatos da classe "A", e sendo a Palestina a única nação ainda sob tutela, as Nações Unidas não podiam protelar o exame desse tema. As comissões árabes justificaram o pedido expondo os títulos jurídicos conquistados pelos palestinos através da correspondência Husayn-McMahon e do texto constitutivo do Sistema de Mandatos do Pacto da Sociedade das Nações.**105**

Outro aspecto central das discussões sobre a Comissão, resultado da diplomacia da OSM, era vincular ou não o problema dos refugiados judeus da Segunda Guerra ao problema palestino.

Um delegado europeu avaliou que a vinculação dos dois problemas aumentaria a "dificuldade de encontrar uma solução equitativa e satisfatória para a questão da Palestina e levaria "a pensar que a única solução para o problema humanitário dos judeus refugiados consiste na imigração à Palestina"... defendendo que..."a gravidade do problema dos judeus refugiados só pode ser atenuada se os Estados Membros lhes oferecerem um lugar temporário ou permanente". **106**

O representante sírio reafirmou a posição árabe baseando-se numa das resoluções relativas aos refugiados e pessoas desalojadas da Europa :

"A organização criada para ocupar-se dos refugiados já está estabelecida e desempenha seu trabalho. Essa é a organização que deve ocupar-se do restabelecimento ou repatriação dos refugiados da Europa, e não a comissão especial que se criará aqui"... "Os árabes da Palestina não são responsáveis de forma alguma pela perseguição dos judeus na Europa. Essa perseguição é condenada por todo o mundo e os árabes figuram entre os que simpatizam com os judeus perseguidos. Não obstante, não se pode dizer que a solução desse problema incumbe à Palestina, país pequeno que já recebeu um número suficiente desses refugiados e outros desde 1920. Qualquer delegação que deseje demonstrar simpatia possui em seu país mais espaço do que o que existe na Palestina e dispõe de maiores facilidades para receber esses refugiados e prestar ajuda". **107**

Embora as manifestações em contrário, decidiu-se excluir dos debates da UNSCOP o tema da independência da Palestina, tomando seu lugar a discussão sobre um Estado árabe-judaico ou a divisão em dois Estados, um árabe, outro judaico. O problema dos refugiados judeus acabou vinculando-se à questão palestina. Foi uma vitória importante para os sionistas. Os árabes protestaram fortemente e impugnaram a competência da Assembléia Geral para decidir o futuro da Palestina, alegando que, mesmo após a promoção da imigração em massa de judeus, a população árabe da Palestina ainda representava a significativa maioria de 70% e, por isso, tinha direito à independência e à determinar, por conta própria, a sua constituição política.

A UNSCOP foi formada por Canadá, Tchecoslováquia, Guatemala, Países Baixos, Perú, Suécia, Uruguai, Índia, Irã e Iugoslávia. Ela reuniu-se em Nova York e visitou a Palestina em junho de 1947, solicitando aos sionistas e aos árabes palestinos que apresentassem suas teses e posições. Debateu também com a Liga Árabe, que mantinha a defesa dos direitos do povo palestino. Em seguida, dirigiu-se a Genebra, de onde enviou uma subcomissão para investigar os acampamentos de refugiados na Alemanha e na Áustria.

A subcomissão informou que a maioria dos refugiados entrevistados declarou que não estaria disposta a estabelecer-se em outro país que não fosse a Palestina. Avaliou que a razão disso era o temor ao anti-semitismo e o efeito da propaganda sionista. Em alguns centros de refugiados encontraram provas em forma de cartazes e material impresso com slogans como "Palestina – um Estado judeu para o povo judeu" e outros tipos de mensagem, influenciando os refugiados a reivindicar a Palestina. De acordo com as informações de Dr. Sommerfelt, representante da Comissão Preparatória da Organização Internacional de Refugiados, a "Agência Judaica fazia uma propaganda considerável nos campos de pessoas desalojadas, com o objetivo de induzir os judeus a emigrarem para a Palestina". No entanto, afirmou que "os que permaneciam nos campos aceitariam dirigir-se a lugares distintos, se lhes oferecessem tal oportunidade".**108**

## **Conclusões da UNSCOP e a votação da partilha**

Após três meses de investigação, em agosto de 1947, a UNSCOP apresentou seu informe expondo a tese judaica e a árabe:

A **tese judaica** defendia o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina. Segundo essa tese, “ a fundação do Estado judeu e a imigração sem restrições estão ligadas indissolúvelmente”. Por um lado, defendeu que o Estado judeu era necessário para dar abrigo aos judeus refugiados da Europa. Por outro lado, argumentou que um Estado judeu teria necessidade urgente dos imigrantes para compensar a diferença numérica em relação à população árabe. Os sionistas reconheciam em sua tese a "dificuldade de transformar toda a Palestina num Estado judeu, onde os judeus seriam apenas uma minoria, ou de fundar um Estado judeu numa parte da Palestina, em que, na melhor das hipóteses, teriam, quando muito, uma pequena preponderância. Portanto, a tese judaica insiste no direito à imigração por razões tanto políticas quanto humanitárias". Essa declaração referente à desproporção numérica da população judaica na Palestina expõe de maneira categórica a violação do direito à auto-determinação do povo árabe palestino, compactuada pelo principal fórum internacional. A tese judaica se fundamentou nos direitos que conquistou pelos termos do Mandato britânico, que continha a Declaração de Balfour.**109**

A **tese árabe** defendia a independência imediata da Palestina, reivindicando o direito “natural” da maioria árabe de "permanecer na posseção indiscutível de seu país, posto que está e tem estado durante muitos séculos em posseção daquela terra". Fundamentaram sua tese nos direitos “naturais” do povo que habitou a Palestina, sem interrupção, desde os primeiros tempos históricos e nos direitos "adquiridos" através dos acordos feitos durante a Primeira Guerra, considerando que esses compromissos reconheciam os direitos políticos dos árabes palestinos, os quais a Grã Bretanha teria a obrigação contratual de aceitar e defender, e que, até o momento, não havia sido cumprida. Os árabes também declararam considerar o Mandato, o qual incorporou a Declaração de Balfour, ilegal, negando-se a reconhecer sua validade.**110**

Além dos informes, a UNSCOP deveria também apresentar recomendações para a solução do problema, no entanto, não conseguiu chegar a um consenso quanto a essas recomendações, tendo apresentado duas propostas, uma apoiada pela **maioria** de seus membros (Canadá, Tchecoslováquia, Guatemala, Países Baixos, Perú, Suécia e Uruguai), outra pela **minoría** (Índia, Irã e Yugoslávia). A Austrália não aprovou nenhuma das duas propostas.

Em 3 de setembro de 1947, no início do segundo período de sessões, a Assembleia Geral da ONU se converteu em Comissão ad hoc, a fim de examinar as duas propostas da UNSCOP. Todos os Estados membros estavam representados nessa Comissão.

A proposta apresentada pela **maioria** dos países integrantes da UNSCOP defendia, em síntese, a partilha da Palestina em um Estado árabe independente e um Estado judeu independente, com unidade econômica, além da internacionalização de Jerusalém, após um período de transição de dois anos. De acordo com esta proposta, uma parte da população árabe deveria permanecer dentro do Estado judeu e uma parte da população judaica dentro do Estado árabe, por ser inviável transferir milhares de pessoas espalhadas por todo o território. A nacionalidade e cidadania seriam judaica ou árabe, de acordo com o local de residência.

De acordo com esta proposta, a distribuição da população seria a seguinte:

	<b>Judeus</b>	<b>Árabes/outros</b>	<b>Total</b>
<b>Estado Judeu</b>	498.000	407.000	905.000
<b>Estado Árabe</b>	10.000	725.000	735.000
<b>Jerusalém</b>	100.000	105.000	205.000

O Estado Judeu também seria integrado por 90.000 beduínos (árabes).<sup>111</sup>

A proposta apresentada pela **minoría** dos integrantes da UNSCOP recomendava a fundação de um Estado federal da Palestina independente, após um período de transição de no máximo três anos, e que esse Estado federal se compusesse de um Estado árabe e um Estado judeu, havendo uma só nacionalidade e cidadania palestina concedidas aos árabes, judeus e outras pessoas. Jerusalém deveria ser a capital do Estado federal, compreendendo duas

municipalidades separadas, uma incluindo os setores árabes, inclusive a parte interna aos muros, e outra incluindo os setores judaicos.**112**

Foram intensos os protestos árabes quanto à partilha e também os protestos sionistas quanto a um Estado federal. No final do debate geral o presidente da Assembléia, Oswaldo Aranha, propôs o estabelecimento de duas subcomissões para informarem sobre as propostas à Comissão ad hoc e uma terceira subcomissão para promover a conciliação entre as posições árabe e judaica. O representante da Síria propôs a criação de uma terceira subcomissão "composta por juristas que tratariam da questão da competência da Assembléia Geral para adotar e aplicar uma decisão, assim como o aspecto jurídico do Mandato. No caso de o informe de tal comissão não ser satisfatório, poderia considerar-se a transferência de todo o assunto para a Corte Internacional de Justiça". O presidente descartou essa proposta.

Novamente foram ouvidos a Agência Judaica e o Alto Comitê Árabe. "Os líderes defensores da proposta da **maioria** (da UNSCOP), favorável aos sionistas, foram Garcia Granados, da Guatemala, e Rodriguez Fabregat, do Uruguai, e ambos foram regados com favores sionistas e, mais tarde, israelenses".**113**

O Secretário de Estado dos EUA, Marshall, relatou que os EUA colocariam "grande peso" ao plano da partilha. Em 11 de outubro, Herschel V. Johnson, o representante americano na Comissão ad hoc, informou oficialmente que os EUA apoiariam o plano da **maioria**, que defendia a partilha e a imigração. Dois dias mais tarde, a URSS confirmou a mesma posição. Nesse plano, a união econômica era tida como fundamental, devido ao fato de que 60% da melhor parte do território da Palestina estaria sob controle de 30% da população. Mais tarde, os EUA, temendo não conseguir os votos necessários para a proposta da maioria, visto que o território reservado para o Estado judeu era demasiado grande e provocaria uma reação muito forte dos árabes, propuseram uma alteração, assegurando Jaffa para o Estado árabe, como um enclave no território judaico. Os EUA também decidiram incluir metade de Negev, incluindo Aqaba, ao território árabe, mas os sionistas se recusaram a perder Aqaba e, assim, foi decidido que 500.000 acres de Negev ficariam com os árabes, enquanto o restante da área, incluindo Aqaba ficaria com os judeus.**114**

Durante todo o período de reuniões, Johnson e o General Hilldring, conselheiro da delegação americana, estiveram em permanente contato com representantes da Agência Judaica. As duas subcomissões se reuniram por quatro semanas e em 24 de novembro apresentaram à Comissão ad hoc seus informes, iniciando-se assim as votações das resoluções.

A subcomissão nº 2 (cujas resoluções foram submetidas à votação antes das resoluções da subcomissão 1), defendia a posição da **minoría** (da UNSCOP), favorável aos árabes.

O primeiro projeto de resolução, que impugnava a competência da ONU para decidir a Partilha e propunha pedir à Corte Internacional de Justiça para julgar tal competência, foi derrotado.

O segundo, defendia que os Estados membros das Nações Unidas recebessem em seus territórios os judeus refugiados da Europa. Também foi derrotado.

É importante destacar, para a compreensão dos acontecimentos posteriores que a Argentina, Grécia, Haiti e Libéria, entre outros, apoiaram essas propostas dos Estados árabes.

O terceiro projeto de resolução, propondo o estabelecimento de uma Palestina unificada independente, também foi derrotado. **115**

Em 25 de novembro de 1947, foi votado o informe da subcomissão nº 1, que consistia basicamente na proposta emendada (acréscimo de Jaffa e parte do Negev ao Estado Árabe) apresentada pela **maioría** da UNSCOP, a favor da partilha, da imigração e de Jerusalém sob administração internacional. O resultado foi 25 votos a favor, 13 contra e 17 abstenções.

**Votos à favor da partilha:** Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Tchecoslováquia, Chile, Dinamarca, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Islândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Perú, Polônia, República Dominicana, República Socialista Soviética da Bielorrússia, República Socialista Soviética da Ucrânia, Suécia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, União Sul-Africana, Uruguai e Venezuela.



**Votos contra a partilha:** Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Índia, Iran, Iraque, Líbano, Paquistão, Siam, Síria, Turquia, e Yemen.

**Abstenções:** Argentina, **Bélgica**, Colômbia, China, El Salvador, Etiópia, **França**, **Grécia**, **Haiti**, Honduras, **Libéria**, **Luxemburgo**, México, **Nova Zelândia**, **Países Baixos**, Reino Unido, Iugoslávia.

**Ausências : Filipinas e Paraguai<sup>116</sup>**

Pelo fato de a Assembléia estar constituída em Comissão ad hoc, não era necessária uma maioria de dois terços, e a proposta de partilha foi aprovada e recomendada à Assembléia Geral. A votação na Assembléia Geral tinha o objetivo apenas de ratificar o que havia sido decidido na Comissão ad hoc, mas no plenário era necessária uma maioria de dois terços.

No dia 26 de novembro, à tarde, a resolução da partilha estava para ser votada, e se tivesse sido colocada em votação, não teria obtido os dois terços necessários para sua aprovação, conforme ficou claro na votação da Comissão ad hoc.

Nesse momento ocorreu o fato, talvez, mais fundamental de todo o processo. O presidente da Assembléia, o brasileiro Oswaldo Aranha, fez uso de uma manobra criticável, que o colocou como suspeito de parcialidade, quando suas atribuições, ocupando a presidência da Assembléia, exigia o contrário. Ele decidiu adiar a sessão, argumentando que o tempo não seria suficiente para completar a lista de oradores. “Entretanto eram apenas 18h30, e não era incomum a Assembléia trabalhar até a meia-noite. Mesmo a oferta dos delegados árabes de retirar seus nomes da lista de oradores, não foi suficiente, na mente de Oswaldo Aranha, para continuar o debate”.<sup>117</sup>

“Os delegados árabes estavam completamente cientes, conforme o General Romulo, das Filipinas, denunciou, que grande pressão estava sendo exercida para assegurar o voto da parte

de vários países, e eles estavam ansiosos para colocar a questão em votação imediatamente”.**118**

No dia anterior, quando, na votação da Comissão ad hoc, ficou claro que a proposta da partilha não conseguiria os dois terços necessários, as lideranças sionistas tomaram em suas próprias mãos a tarefa de assegurar os votos na Assembléia. Oswaldo Aranha, transferindo o dia da votação, lhes deu o tempo necessário para “convencer” alguns países contrários e conseguir assim a aprovação da partilha.

Nesse momento iniciou-se um período febril de atividades, conforme relata David Horowitz, da executiva da Agência Judaica:

“...A luta começou novamente. Os telefones tocavam loucamente. Os telegramas corriam para todas as partes do mundo. As pessoas eram arrancadas da cama à meia noite ...e nenhum judeu influente, sionista ou não-sionista, recusou-se a nos dar sua assistência em qualquer hora. Todos colocaram seus pesos, pequeno ou grande, no desesperado esforço para pender a balança a nosso favor”.**119**

Em 27 de novembro, dia de Ação de Graças, a Assembléia não foi convocada. “No dia seguinte, na sessão da sexta, não foi dito nada de novo, mas o Embaixador da França solicitou mais 24 horas de adiamento, sendo aceito pelo Presidente Oswaldo Aranha.**120**

Os delegados árabes se reuniram e tiraram uma nova proposta, defendendo uma Palestina unitária, com garantia de autonomia local para a minoria judaica, numa tentativa dramática de reverter a situação. Este plano foi apresentado na Assembléia, no sábado, **29 de novembro**, mas não foi discutido por que Johnson e Gromyko se opuseram a qualquer outra protelação, uma vez que já havia votos suficientes para a vitória da partilha.

**A proposta de partilha foi, então, colocada em votação e aprovada por 33 votos a favor, 13 contra, 10 abstenções e uma ausência.**

**Votos à favor da partilha:** Austrália, **Bélgica**, Bolívia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Tchecoslováquia, Dinamarca, Equador, Estados Unidos da América, **Filipinas**, **França**, Guatemala, **Haití**, Islândia, **Libéria**, **Luxemburgo**, Nicarágua, Noruega, **Nova Zelândia**, **Países Baixos**, Panamá, **Paraguai**, Perú, Polônia, República Dominicana, República Socialista Soviética da Bielorrússia, República Socialista Soviética da Ucrânia, Suécia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, União Sul-Africana, Uruguai e Venezuela.

**Votos contra a partilha:** Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Iran, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria, Turquia e Yemen.

**Abstenções:** Argentina, Colômbia, **Chile**, China, EL Salvador, Etiópia, Honduras, México, Reino Unido, e Iugoslávia. **121**

Há várias explicações para os votos em favor da partilha. Horowitz afirmou que os esforços em torno dos países da América Latina tiveram grande sucesso. “Sob a direção do argentino Moshe Tox, que desenvolvia um trabalho político sionista entre esses países, “todos os meios disponíveis foram usados para persuadí-los: explicações, presentes, pressão e o uso de influência (pistolão) – tudo isto foi operado com esperteza e sucesso. Ele ficou grudado no telefone dia e noite, falando com as capitais das repúblicas da América Latina, e seus emissários correram para todas as partes do Continente.” **122**

“Para Jose Figueres, um ex-presidente da Costa Rica... foi dado um talão de cheques em branco, enquanto as esposas dos delegados latino-americanos receberam casacos de vison. O casaco recebido pela esposa do delegado de Cuba, Dr. Belt – um oponente vigoroso da partilha – foi devolvido, enquanto o Embaixador recusou altas ofertas para um discurso pró-sionista. Mais tarde o Dr. Belt se referiu, em discurso público, sobre a existência desse tipo de pressão. **123**

“O voto do Haiti foi assegurado através de Adolph Berle, que usou a promessa de assistência econômica americana. Um ex-governador, bem conhecido por suas conexões sionistas e com a Casa Branca, telefonou pessoalmente para o governo do Haiti, solicitando que

seu delegado fosse ordenado a alterar seu voto”.<sup>124</sup> Desta forma, alegando que seu país ordenou a mudança do voto por razões econômicas, Antonio Vioux, do Haiti, que se absteve de votar no dia 25, acabou votando à favor da partilha.

Robert Nathan, um proeminente economista de Washington, deu a entender a vários delegados da América Latina que o voto a favor da partilha aumentaria grandemente as chances de um projeto de rodovias pan-americano. “Nathan foi tão longe, a ponto de usar o nome do Departamento de Estado dos EUA, e inclusive o nome do Presidente para fazer essas promessas. A admissão disto foi feita mais tarde por Nathan, num memorando ao Secretário Acheson.<sup>125</sup>

Outro nome de fundamental importância nas negociações de “convencimento” do bloco da América Latina, foi Garcia Granados, um associado íntimo do presidente esquerdista Arevalo. Granados foi considerado, em Israel, um “pai-fundador”.<sup>126</sup>

O voto da Libéria foi obtido através de outro tipo de chantagem. Esse país se absteve de votar na Comissão ad hoc, e havia prometido se abster novamente ou votar contra a partilha, na Assembléia. Nathan, de novo, interferiu, avisando ao delegado Dennis, da Libéria, de que haveria pressão por parte da Firestone Company sobre seu país, caso não votasse à favor. “De fato a Firestone foi abordada e sua resposta foi informar ao Departamento de Estado que “havia telefonado, e pedido para transmitir a mensagem para seu representante na Libéria, orientando-o a fazer pressão sobre o governo desse país para votar em favor da partilha”.<sup>127</sup>

O voto das Filipinas também foi à favor da partilha. Seu representante, o General Romulo, fez, em seu discurso na Assembléia, um dos ataques mais contundentes contra a partilha. Ao deixar a Assembléia no dia 26, embarcando no Queen Mary, deixou instruções ao seu deputado para votar contra a partilha. Foi quando avisou aos árabes das fortes pressões sionistas e os aconselhou a forçar uma votação rápida. No entanto, o Embaixador das Filipinas nos EUA, Elizalde, telefonou ao Presidente Roxas informando sobre as pressões que estava sofrendo para que o país mudasse seu voto e da determinação americana para que a partilha fosse aprovada. Ao mesmo tempo, recebeu um telegrama conjunto de 26 senadores pró-

sionistas liderados por Wagner, pressionando no mesmo sentido. Em vista dos sete empréstimos pedidos pelo governo das Filipinas aos EUA, que estavam pendentes no Congresso americano, o Presidente das Filipinas não pôde continuar resistindo.**128**

Outro incidente significativo foi a repentina retirada das credenciais do delegado siamês. Poucos dias antes, tais credenciais foram colocadas em dúvida, devido a um golpe de Estado que mudou o governo do Siam. No entanto, depois disso, o delegado foi confirmado e participou da votação na Comissão Ad Hoc, votando contra a partilha. Na Assembléia Geral foi impedido de votar.**129**

O plano da Partilha dividiu o território em oito partes: três para o Estado judeu e três para o Estado árabe. A sétima, Jaffa, constituiria um enclave árabe em território judeu. A oitava seria Jerusalém, sob um regime internacional especial. A Grã Bretanha deveria retirar-se antes de 1º de agosto de 1948 e colocar um porto à disposição do Estado Judeu antes de 1º de fevereiro de 1948, para facilitar a imigração. Durante o período de transição, que começaria imediatamente, as Nações Unidas se encarregariam progressivamente da administração de todo o território, sendo que o poder seria transferido aos novos Estados, no máximo, em outubro de 1948. Os dois Estados estariam associados numa união econômica.

## **CAPÍTULO 10**

### **Consequências da Partilha**

A Resolução que decidiu a Partilha da Palestina (**Resolução 181**) causou uma intensificação da violência em seu território. A Grã Bretanha recusou-se a implementar um plano que não fosse consenso entre árabes e judeus. Os enfrentamentos entre palestinos e judeus se ampliaram vertiginosamente e a liberdade de ação dos grupos paramilitares judaicos aumentou com o início da retirada das forças britânicas.

Durante as negociações da votação da partilha, o governo dos EUA deixou claro que não estava disposto a uma intervenção armada e tornou-se “ingenuamente” objeto da manobra dos sionistas, que afirmavam que a partilha poderia ser implementada sem o uso de forças americanas. Mas a situação que se apresentou, logo após a decisão, deixou claro que essa percepção simplista de certos americanos pró-sionistas não tinha fundamento.

O Conselho de Segurança, depois de suas deliberações sobre a Resolução 181, não pôde tomar nenhuma decisão eficaz para controlar a guerra civil na Palestina, limitando-se a fazer apelos para a paz. A formação de uma milícia armada para ajudar a comissão da ONU - estabelecida na Resolução 181 para a implementação da mesma - no cumprimento de suas funções na Palestina, tornou-se impraticável. Os números nos três primeiros meses após a aprovação da partilha foram de 869 mortos e 1901 feridos.**130**

“Os militares americanos prognosticaram que a presença de tropas americanas na área poderia apenas ajudar aos soviéticos, porque o envio das tropas colocaria os EUA na posição de apoiar um programa anti-árabe. Isto permitiria à URSS desertar a causa sionista e aparecer como os únicos amigos reais do nacionalismo árabe”.**131**

Como resultado destas e outras considerações estratégicas, o Secretário de Defesa americano, Forrestal, passou a trabalhar intensamente para reverter a situação, buscando apoio para suspender a decisão sobre a partilha da Palestina. A preocupação do Secretário tornou-se ainda mais intensa ao ouvir de Mr. Jennings, da empresa Socony Vaccum, em 6 de janeiro de

1948, que várias companhias de petróleo haviam decidido suspender o trabalho em seus oleodutos árabes, devido às condições perturbadoras na Palestina.**132**

O Secretário de Defesa testemunhou, diante do Comitê das Forças Armadas, da Câmara, em janeiro, que havia possibilidade de uma interferência da URSS no Oriente Médio e indiretamente admitiu que a decisão da partilha era inimiga dos interesses americanos. Revelou também que havia apenas 53.000 homens das tropas americanas disponíveis, enquanto o general Grunther informou que seriam necessários entre 80.000 e 160.000 homens para implementar a partilha.**133**

Antes disso, em 1 de dezembro de 1947, a Associated Press já havia revelado que observadores militares dos EUA se opuseram à partilha sob o argumento de que isso poderia por as tropas russas no Mediterrâneo, muito perto do Canal de Suez e das concessões americanas de petróleo.**134**

Os esforços de Forrestal não tiveram muito sucesso entre os Republicanos nem em seu próprio partido e ele foi bastante pressionado por sionistas e parlamentares que temiam a perda dos votos judaicos em certos Estados chave. Mas Forrestal persistiu até meados de fevereiro.

Fundamentando as preocupações de Forrestal estava o fato de que as relações entre os EUA e a URSS haviam se deteriorado rapidamente desde a aprovação da partilha. A Rússia tentava, com determinação, solapar o Programa de Recuperação Europeu, enquanto as campanhas comunistas estavam sendo travadas violentamente na França e na Itália. A Rússia também estava apoiando os movimentos revolucionários na China, Coreia, Iran e Grécia. Suas demandas militares na Finlândia e a supressão das instituições representativas nos Bálcãs, alarmavam o Ocidente. Os argumentos militares e diplomáticos forçando uma revisão da decisão da partilha foram somados à pressão dos interesses petrolíferos do setor privado. Os congressistas do lobby petrolífero destacaram que se os EUA continuassem a apoiar a partilha, o petróleo do Oriente Médio poderia não estar disponível para a defesa nacional. Mais imediatamente, o sucesso do Programa de recuperação da Europa estava ligado ao fornecimento ininterrupto de petróleo do Oriente Médio.**135** Além disso, um grupo de

americanos proeminentes liderado por Dean Virginia Gildersleeve, que formou o Comitê para a Justiça e a Paz na Terra Santa, se dirigiu ao Secretário Marshall, em fevereiro, e apontou os perigos da partilha.

Em meio a esta situação, o governo americano deu sinais de desistir de implementar a partilha. O Secretário de Estado, Marshall, apresentou ao Presidente três alternativas:

- 1-O abandono direto da partilha.
- 2- Apoio vigoroso do Conselho de Segurança para a implementação da partilha, o que necessariamente envolveria o uso de tropas americanas unilateralmente ou em conjunto com a Rússia.
- 3- Um esforço para retornar com a questão à Assembléia Geral e tentar remodelar a política, não necessariamente suspendendo a partilha, mas adotando alguma medida temporária, como uma administração internacional ou um mandato conjunto entre Grã Bretanha, EUA e França, com revisão das linhas do plano.**136**

O presidente Truman, em 17 de fevereiro de 1948, aprovou, então, a sugestão do Departamento de Estado para convocar as Cinco Grandes Potências no Conselho de Segurança, a fim de reconsiderar a questão da Palestina.

### **Reação sionista à nova posição americana**

A reação da imprensa à nova política adotada pelos EUA foi violenta. O governo foi duramente atacado nos editoriais, anúncios e artigos de líderes sionistas. Os periódicos não-sionistas defenderam a postura do governo, reconhecendo as dificuldades tanto dos EUA como das Nações Unidas de implementar o plano da partilha.

Mas o sionismo mobilizou todo seu aparato político para agir contra a crescente oposição à partilha, com campanhas de massa para o envio de telegramas e cartas, mobilizações



ao ar livre, campanhas ostensivas de anúncios e todo tipo de ação para garantir o apoio de ministros, prefeitos conselhos civis e outros tipos de instituições.

“A pressão combinada de todas essas atividades foi tão forte em Washington que o Presidente deu instruções de que ele ”não queria ser abordado por mais nenhum porta voz da extrema causa sionista”.

O governo americano tencionava suspender a partilha, e convocou uma série de reuniões no Conselho de Segurança, que teve a participação de todos os membros, exceto da Grã Bretanha. A Rússia insistia na necessidade de implementar a partilha, mas foi criticada. Austins, porta-voz americano no Conselho, declarou que um acordo entre árabes, judeus e britânicos poderia ser obtido sem interferência externa.

Tentando reverter a nova atitude do governo americano, a Agência Judaica contatou a Casa Branca diretamente. Weizmann solicitou uma entrevista, em 4 de fevereiro, que não foi aceita, pois Truman havia proibido que os sionistas o abordassem. Dias depois, Eddie Jacobson, amigo íntimo de Truman e antigo parceiro de Kansas City, apareceu de repente em Washington e foi recebido pelo Presidente, em 14 de março. Jacobson era sionista e amigo de Weizmann, conseguindo convencer Truman a receber o líder sionista, mas não seria uma visita oficial, nem seria registrada. Truman declarou, após recebê-lo, que Weizmann “havia compreendido completamente sua política”.<sup>137</sup>

Em 19 de março, no entanto, houve uma reviravolta nas Nações Unidas. O porta-voz, Austin, declarou, no Conselho de Segurança, que a resolução da Assembléia, de 29 de novembro, "não constituía uma obrigação para as Nações Unidas ou qualquer um de seus membros". Que o "...plano da partilha havia sido acordado apenas com a presunção de que todas as partes do plano seriam cumpridas juntas. Desde que isto era agora manifestamente impossível, o trabalho das Nações Unidas era assegurar que a paz e a ordem fossem restaurados". O governo americano, em seguida, propôs a criação de um mandato a ser estabelecido sob um Conselho de Administração, e pediu que o Conselho de Segurança recomendasse essa Administração para a Assembléia Geral e para o mandatário. Sugeriu

também, que o Comitê para a Palestina suspendesse seus esforços para implementar a partilha.**138**

A reação à resolução de Austin foi instantânea, por parte de todos os importantes líderes dos organismos sionistas: “Sexta feira negra” foi chamado pelo Zionist Congress Weekly. A Agência Judaica recusou esse plano categoricamente e anunciou que um Governo Judaico Provisório seria estabelecido em 16 de maio, mesmo se a ONU falhasse em implementar a partilha. Como de costume, a maior parte da imprensa, rádio e Congressistas também foi severamente crítica à política de Truman, enquanto os mais moderados o defenderam. De qualquer modo, o peso sionista sempre foi imensamente maior do que qualquer outro.

Em 25 de março, Truman anunciou que a intenção não era revogar a partilha, mas preencher o vácuo criado pelo término do Mandato. A partilha seria apenas adiada:

”Infelizmente, tornou-se claro que a partilha não pode ser realizada por meios pacíficos. Nós não podemos impor esta solução ao povo da Palestina pelo uso de tropas americanas, por motivos de política nacional e pela Carta. O Reino Unido anunciou a firme intenção de abandonar o Mandato na Palestina em 15 de maio. A menos que uma ação de emergência seja tomada, não haverá autoridade pública, na Palestina, capaz de preservar a lei e a ordem. Haverá violência e derramamento de sangue na Terra Santa. Uma luta em larga escala entre os povos daquele país será o resultado inevitável. Tal luta infectaria todo o Oriente Médio e poderia levar a consequências da mais grave sorte, envolvendo a paz desta nação e do mundo”.**139**

Em 30 de março, os EUA introduziram duas resoluções no Conselho de Segurança, uma chamando árabes e judeus para uma trégua e outra pedindo ao Conselho para marcar uma sessão especial da Assembléia Geral. Apesar das tentativas americanas na Assembléia, nenhuma solução surgia, e o prazo final do mandato se aproximava. Os sionistas se recusaram a aceitar a Administração Internacional e informaram que proclamariam o Estado.

Truman recebeu uma carta de Weizmann, em 13 de maio, informando que, à meia-noite de 15 de maio, nasceria o Governo Provisório do Estado Judeu. Foi então sugerido que os EUA tomassem a liderança de reconhecer a “mais nova democracia” do mundo.

Os Eua estavam ainda oficialmente comprometidos com a trégua e a proposta de Administração Internacional. “Mas se o Presidente tinha qualquer escrúpulo a este respeito, ele foi superado por Clark Clifford e Davis Niles. Clifford estava em constante contato com as lideranças democratas e esse grupo estava convencido de que a proposta feita na ONU derrotaria Truman nas eleições seguintes.**140**

Na manhã de 14 de maio, o Presidente recebeu Frank Goldman, presidente de uma importante entidade sionista (B’nai B’rith). Às 11h30 da mesma manhã, Elihu Epstein, representante da Agência Judaica em Washington, também foi recebido na Casa Branca. Epstein apresentou uma notificação formal de que, no mesmo dia, às 6h01 PM, horário de Washington, Israel nasceria, e expressou a esperança de que seu reconhecimento pudesse ser garantido.

Às 6h11 PM, por ordem de Truman, uma curta declaração foi enviada à imprensa, anunciando que os EUA reconheciam a autoridade "de fato" do novo Estado de Israel. Esta mensagem foi, então, comunicada para a espantada delegação americana, na ONU, que antes havia sido informada pelo noticiário.

Isto irritou e embaraçou os delegados americanos, e também indignou os delegados de outros países. O Dr. Belt, de Cuba, comentou ironicamente que os representantes da Polônia e da URSS pareciam mais bem informados dos eventos de Washington do que a delegação americana.**141**

## O desastre palestino

A fundação do Estado de Israel foi declarada e seu reconhecimento pelos EUA foi imediato. No mesmo dia, 15 de maio, terminava irrevogavelmente o mandato britânico na Palestina.

Iniciou-se a Guerra de 1948, que envolveu o Egito, a Jordânia, o Iraque, a Síria, o Líbano, os palestinos e Israel. Entre os governos árabes não havia organização suficiente para enfrentar essa guerra. Muitos haviam conseguido a independência recentemente e se encontravam desestruturados e sem recursos. Houve também graves problemas de comunicação e comando, além da falta de recursos e armas, fatores que resultaram em vantagens importantes para os israelenses. Os sionistas se preparavam para essa guerra há algum tempo, financiados pesadamente pelos americanos.

A Organização Sionista adotou duas estratégias durante a guerra: ocupar o máximo de territórios possível, para redesenhar as fronteiras determinadas para o Estado judeu pela ONU, e executar uma "limpeza" étnica no território. Aldeias inteiras foram massacradas e, ao mesmo tempo, as transmissões de rádio sugeriam que todos os palestinos corriam o mesmo risco. Isso causou uma fuga em massa da população, que abandonava suas casas muitas vezes com as roupas do corpo.

É importante destacar que, após o armistício, os palestinos que haviam saído de suas casas, escondendo-se em outros lugares, dentro do próprio país, tentaram retornar, mas suas propriedades, incluindo residências, plantações e indústrias foram confiscadas por Israel, que nunca as devolveu ou pagou indenização. Até 1949, o conflito produziu 726.000 refugiados palestinos, um dos temas centrais e de mais difícil solução no atual processo de paz. A Assembléia Geral aprovou, na época, a **Resolução 194** que determina o direito de retorno dos refugiados palestinos ou o pagamento de indenizações aos que decidissem não regressar. Mesmo as propriedades árabes situadas dentro do território reservado ao Estado judeu, deveriam permanecer como propriedades árabes. De acordo com o plano da partilha, grande parte da população árabe viveria dentro do Estado judeu. Entretanto, além do assassinato de

civis indefesos, Israel usurpou a terra e as propriedades, numa clara intenção de eliminar a população árabe de seu Estado.

Na Conferência de Lausanne, de abril 1949, que fracassou em estabelecer uma paz abrangente entre as partes, o governo israelense, que recusou-se (e recusa-se até hoje) em acatar a Resolução 194 da ONU (e todas as outras posteriores), argumentou que não se sentia responsável pelos refugiados palestinos. Essa declaração causou espanto pela ironia de os palestinos, que não participaram do holocausto da Segunda Guerra, terem sido obrigados a arcar com a responsabilidade dos refugiados judeus.

## COMENTÁRIOS FINAIS

O problema proposto por esta pesquisa era compreender porque o sistema internacional permitiu a fundação de Israel na Palestina, evento inusitado que comprometeu a paz em toda a região por mais de cinquenta anos, que ameaçou a paz mundial no passado e deixa dúvidas quanto aos riscos futuros.

Os dados históricos parecem indicar que, antes de representar uma permissão do sistema, o Estado de Israel foi uma imposição à ele. Pode-se afirmar que a fundação de Israel e a escolha da Palestina não contemplava nenhuma estratégia britânica ou americana. Não parece ser correto conceber Israel como uma criação do Ocidente, a não ser da perspectiva de que o projeto sionista se inspirou no imperialismo europeu. A Grã Bretanha tentou oferecer parte da Península do Sinai, e depois Uganda, e só mais tarde acabou cedendo às reivindicações para a Palestina. Não contemplava estratégias, pelo contrário, o projeto do Estado judeu significou um grande complicador das políticas desses dois países na região. Não é possível apontar qualquer vantagem obtida pelo governo britânico em sua política de apoio ao sionismo e pode-se dizer o mesmo em relação ao governo dos EUA. Na realidade, houve grandes prejuízos.

A tese de que o Ocidente apoiou Israel por desejar um baluarte da democracia no Oriente Médio feudal e autoritário, muito comum entre acadêmicos menos familiarizados com o assunto, demonstra apenas que esses acadêmicos foram contaminados pela eficiente propaganda sionista, uma vez que tal tese foi criada pelo próprio sionismo para o convencimento da opinião pública. A outra tese, bastante comum, considera que Israel era fundamental à estratégia Ocidental durante a Guerra Fria, pela necessidade de construção de bases militares, para a contenção soviética. Ela também não se sustenta, uma vez que a Turquia e a Grécia, antes da existência de Israel, já haviam firmado acordos militares com os EUA para conter o comunismo, sendo que, na sequência, passaram a integrar a OTAN. Estes dois países, sim, tiveram grande significado geopolítico na estratégia Ocidental, daquele período.

Surpreendentemente, do ponto de vista do sistema internacional, parece não haver uma estratégia abrangente que explique o surgimento de Israel. A explicação se reporta a eventos menores, à pequenas estratégias pessoais com a finalidade de obter vantagens eleitorais ou financeiras.

Quanto à estratégia da Organização Sionista, não se pode negar que ela foi grandiosa e de uma eficiência sem precedentes. O motivo para escolha da Palestina como território do Estado judeu, foi, antes de tudo, por se tratar de uma região subdesenvolvida e por isso, passível da colonização européia. Em segundo lugar, vem a inteligente percepção de seu apelo religioso irresistível e a perspicaz transformação do que era uma metáfora bíblica, em objetivo concreto a ser perseguido, difundindo a ideologia que legitima o "direito" do povo judeu à "terra prometida". É importante lembrar que Herzl admitia a possibilidade de buscar a Argentina ou Uganda para realizar seu projeto, demonstrando que, no início, a preocupação era realmente resolver o problema dos judeus da Europa. Mas outras lideranças sionistas tomaram um rumo diferente.

Quanto à finalidade de compreender de que forma a OSM pôde desfrutar do status de Estado, no longo período de sua diplomacia com diversos países, foi possível demonstrar as técnicas básicas usadas nos EUA. Sem dúvida nenhuma, a OSM se valeu do apoio de destacadas personalidades mundiais para ser recebida por presidentes e ministros das grandes potências, basta lembrar do apoio dos Rothschild. Por outro lado, seu poder para conseguir o apoio oficial de parlamentares e das mais importantes lideranças políticas do mundo foi construído em parte pela arte de dominar os mecanismos da democracia representativa, manipulando os votos da comunidade judaica. No entanto, consideramos que esse fator é insuficiente para explicar a influência extrema que a organização exerceu. Suspeitamos, pelo menos em alguns casos, da utilização financeira direta (financiamento e suborno), devido a várias indicações na bibliografia, mas nenhuma que fornecesse detalhes para merecer ser afirmada categoricamente.

As razões da política soviética não ficaram claras. Aparentemente ela apostou num jogo de incertezas, e por algum tempo acreditou que Israel, de alguma forma, lhe traria grandes

vantagens. De qualquer modo, é difícil compreender porque os soviéticos não jogaram seu peso em favor dos árabes, nas difíceis negociações sobre a partilha, na ONU. Naquele momento, Stalin estaria em condições extremamente privilegiadas para barganhar suas pretensões naqueles países. Ainda mais difícil é avaliar quais as vantagens que esperava do Estado judeu, se isso implicava a hostilidade dos árabes. Na perspectiva geral da Guerra Fria, concluímos que faltou visão estratégica à Stalin, esperando ganhos ilusórios, mesmo que uma hipotética promessa de permissão para construir bases militares em Israel fosse cumprida. De qualquer modo, não parece convincente a justificativa de que sua política estivesse centralizada nos prejuízos que poderia causar à Grã Bretanha. Infelizmente, não foi possível realizar um dos objetivos desta pesquisa de modo conclusivo.

Como vimos, a aprovação para a fundação de Israel, na ONU, foi possível por uma série de fatores. Alguns países não consideraram os méritos da questão e assumiram a política de alinhamento automático à posição dos EUA. Outros não puderam manter a integridade de suas posições devido às chantagens realizadas pelos americanos, como foi o caso das Filipinas e do Haiti, fator até certo ponto compreensível pelas perdas que podiam ocasionar. Por essa razão, a posição da Grécia é digna de admiração, uma vez que não se deixou intimidar, abstendo-se, na primeira votação e votando contra, na segunda, mesmo estando em jogo um pedido de empréstimo feito aos EUA. Uma terceira classe de fatores pode ser vinculada ao suborno e corrupção, como parece claro ter ocorrido em relação à países da América Latina. Conforme Horowitz relatou, todos os meios à disposição foram usados, do talão de cheques em branco, aos presentes e promessas.

No entanto, o fator fundamental, não apenas para a aprovação da partilha, mas por ela ter dominado a agenda da Assembléia Geral, nas sessões que deveriam tratar da independência da Palestina, foi a política de Truman, contrariando importantes membros de seu governo e negligenciando os interesses nacionais, em função da influência do movimento sionista nos processos eleitorais internos. A decisão dos Estados Unidos de apoiar a partilha e reconhecer o Estado de Israel, poucos minutos após a declaração de sua fundação, foi tomada por Truman para contemplar seus próprios interesses nas eleições que se aproximavam, esperando contar com os votos judeus.



Mesmo sendo comum, esse tipo de comportamento, à maioria dos políticos em disputas eleitorais, quando praticado por um Presidente em exercício, em detrimento dos interesses do Estado, pode ser razoavelmente apontado com um ato de corrupção. Há inclusive, um indício, de que a posição de Truman não teve apenas essa razão eleitoral indireta, mas foi também resultado de suborno. Permanece indício, porque não foi possível obter o livro em questão, à tempo, e por isso foi excluído dos capítulos e está sendo registrado apenas nos comentários finais. Trata-se de uma informação enviada por e-mail pelo escritor Israel Shamir (Israel Shamir é jornalista israelense de origem russa. Escreve para Haaretz, Pravda, BBC e traduziu Agnon, Joyce e Chandler para o russo).

Ele diz o seguinte: Gore Vidal, em sua introdução ao livro de um erudito israelense, Dr. Israel Shahal (Jewish History, Jewish Religion, Pluto Press, 345 Archway Rd, London N6, in 1994), na parte relevante do texto, expressa:

Um dia, no final da década de 1950, aquele bisbilhoteiro e historiador ocasional, John F. Kennedy, me disse como, em 1948, Harry S. Truman encontrava-se abandonado por todos, quando estava concorrendo à presidência. Então, um sionista americano lhe trouxe dois milhões de dólares em dinheiro, numa bolsa..... “Essa é a razão porque nosso reconhecimento de Israel foi tão rápido”.

(Sometime in the late 1950s, that world-class gossip and occasional historian, John F. Kennedy, told me how, in 1948, Harry S. Truman had been pretty much abandoned by everyone when he came to run for the president. Then an American Zionist brought him two million dollars in cash, in a suitcase aboard his whistle-stop campaign train. “That is why our recognition of Israel was rushed through so fast”.)

A aprovação da partilha da Palestina e a criação de Israel "foi uma injustiça histórica do ponto de vista da soberania nacional e da autodeterminação", segundo admitiram os próprios sionistas (Arthur Koestler, *Promise and Fulfillment*: New York, Macmillan Co, 1949,p22, in Stevens, p. 208). Uma injustiça que se perpetua na continuidade da manipulação histórica, da propaganda ideológica, da extrema violência imposta aos árabes palestinos há mais de

cinquenta anos, na imoralidade da usurpação dos bens e propriedades, e na política adotada para negociar a paz. Só em 1948, Israel se apoderou de todas as propriedades móveis e imóveis de um milhão de refugiados, que fugiram com as roupas do corpo. Para se ter uma idéia das proporções disso, basta saber que Israel se apoderou de um grande número de cidades e aldeias com tudo o que havia dentro, e nunca devolveu, mesmo quando os proprietários voltaram para cobrar.

Por fim, não foi possível apresentar, neste trabalho, a política regional do Oriente Médio, porque, para seu entendimento, seria necessário estudar diversos países em suas intrincadas relações entre governo e movimentos de massa. Essa e outras abordagens, de fundamental importância, demandam uma longa pesquisa e serão objeto de estudos futuros.

### Notas Bibliográficas:

- 1- Henry Cattan – Palestina, Los árabes e Israel (Siglo XXI editores, México, 1971), p. 13-17.
- 2- Richard Stevens - American Zionism and U.S. Foreign Policy 1942-1947 (Institute for Palestine Studies, Beirut, 1962), p. XV.
- 3- Nathan Weinstock – “Sentido e Origens do Sionismo” in A Palestina e o Sionismo – Textos Escolhidos (Centro de Estudos Afro Asiáticos – Conjunto Universitário Cândido Mendes, Rio de Janeiro), p. 16.
- 4- Jaime Pinsky - Origens do Nacionalismo Judaico (Coleção Problemas Contemporâneos, ed. HUCITEC, São Paulo, 1978), p.109.
- 5- Richard Stevens, op. cit., p. XVI.
- 6- Nathan Weinstock, op.cit., p. 16.
- 7- Richard Stevens, op.cit., pXVI.
- 8- Nathan Weinstock, op. cit., p16-17.
- 9- Ibid., p. 17.
- 10- Ibid., p.17.
- 11- Richard Stevens, op. cit., p. XVIII.
- 12- Ibid., p. XVIII.
- 13- Ibid., p. XIX.
- 14- Ibid., pp. XX-XXI.
- 15- Ibid., p.XXII.
- 16- Jaime Pisky, Origens do Nacionalismo Judaico, pp.121-139, e Nathan Weinstock, op. cit., p.18.
- 17- Maxime Rodinson – “Israel, um fato colonial?” in A Palestina e o Sionismo - Textos Escolhidos (Conjunto Universitário Cândido Mendes – Rio de Janeiro), p. 21.
- 18- Jaime Pisky, Origens do Nacionalismo Judaico, p.137.
- 19- MaximeRodinson, op. cit., p. 18.
- 20- Ilan Pappé - Arab-Israeli Conflict – 1947 –1951 (I.B. Tauris, London and New York, 1994), p.1.
- 21- Ibid., p.2.

- 22- Naciones Unidas -Comité para el ejercicio de los derechos inalienables del pueblo palestino, Origenes y Evolucion del Problema Palestino – 1917-1988 (Naciones Unidas, Nueva York, 1990), p. 10.
- 23- Ibid., p. 39.
- 24- Ibid., p. 4.
- 25- Ibid., pp. 47.
- 26- Ibid., p. 5.
- 27- Ibid.
- 28- Ibid., p. 8.
- 29- Daniel Yergin - O Petróleo (Editora Página Aberta, São Paulo, 1993), p. 48.
- 30- Naciones Unidas, op. cit., pp.12-14.
- 31- Maxime Rodinson, op. cit., pp. 23-24.
- 32- Ilan Pappé, op. cit., p. 3.
- 33- Naciones Unidas, op. cit., pp.19-20.
- 34- Governo Britânico, Public Record Office, Foreign Office N. 371/5199, in Naciones Unidas, op. cit., p.29.
- 35- Ibid., Foreign Office N. 371/4183, p. 13 in Comité, op. cit., p. 27.
- 36- Henry Cattán - Palestina, los árabes e Israel (Siglo XXI editores, México, 1971), p. 34.
- 37- Naciones Unidas, op. cit., p. 44.
- 38- Governo da Palestina, A Survey of Palestine - Supplement, Jerusalém, 1947, p. 10 in Naciones Unidas, op. cit., p.75.
- 39- Governo Britânico, Report of the Anglo-American Committee of Inquiry, Cmd. 6808 (1946), pp26-28, in Naciones Unidas, op. cit., p. 72.
- 40- Naciones Unidas, op. cit., pp. 57, 58.
- 41- Governo Britânico, Palestine: Statement Relating to Acts of Violence, Cmd. 6873, 1946, p. 3 in Naciones Unidas, op. cit., pp 67-68.
- 42- Governo Britânico, Correspondence between Sir Henry McMahon and the Sherif Hussein of Mecca, Parliamentary Papers - Cmd. 5957, 1939, p. 11, in Naciones Unidas, op. cit., pp. 5-7.
- 43- Naciones Unidas, op. cit., p. 7.

- 44- John C. Campbell - Defense of the Middle East - Problems of American Policy (Harper & Brothers, New York, 1958), p. 12.
- 45- Ibid., pp., 18-19.
- 46- Ibid.
- 47- Ibid., p.18.
- 48- Ibid., p.17.
- 49- Lawrence H. Chamberlain e Richard C. Snyder, American Foreign Policy (Rinehart & Company Publishers, New York , 3ª ed. 1949), p. 523.
- 50- John C. Campbell, op. cit., p. 14.
- 51- Lawrence H. Chamberlain, op. cit., pp. 523-525.
- 52- Martin McCauley - The Origins of The Cold War: 1941-1949 (Longman Publishing, London and New York , 2ª ed. 1995), p. 1.
- 53- Ibid., p. 2.
- 54- Ibid., pp. 2-5.
- 55- J. P. Morray - Origens da Guerra Fria - De Yalta ao Desarmamento (Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961), pp. 16-19.
- 56- Ibid., pp. 35-55.
- 57- Ibid., pp. 58-59.
- 58- Lawrence H. Chamberlain, op. cit., pp. 577-579.
- 59- J. P. Morray, op. cit., pp.86-93.
- 60- Ibid., 87: O relatório que deu origem ao Plano Baruch, publicado em março de 1946, foi elaborado por James F. Byrnes e Dean Acheson, Secretário e Sub-secretário de Estado, Leslie R. Grooves, General do Exército, Vannevar Bush, físico, James B. Conant, presidente da Universidade de Harvard, e John J. McCloy, antigo Secretário Assistente de Guerra. Foram assessorados por um grupo de consultores formado pelos presidentes das empresas New Jersey Bell Telephone, Administração do Vale do Tennessee, pelos vice-presidentes da Monsanto Chemical e da General Elétric e pelo físico e antigo diretor do Laboratório da Bomba Atômica de Los Álamos, Robert Oppenheimer. Passou a se chamar Plano Baruch porque o governo americano nomeou para representá-lo na ONU, por ocasião da apresentação do relatório, o financista e conselheiro de presidentes, Bernard Baruch.
- 61- John C. Campbell, op. cit., pp20-21.

- 62- Ibid., pp. 22 e 23.
- 63- Lawrence H. Chamberlain, op. cit., pp. 577-579.
- 64- John C. Campbell, op. cit., pp. 24-28.
- 65- Richard Stevens, op. cit., p. 86.
- 66- John C. Campbell, op. cit., pp. 28-29.
- 67- Ibid., p. 30.
- 68- Ibid., pp.31-33.
- 69- Ibid., pp. 34-35.
- 70- Ibid., pp. 36 e 37.
- 71- Lawrence H. Chamberlain, op. cit., pp. 532-533.
- 72- John C. Campbell, op. cit., pp. 137-225.
- 73- Richard Stevens, op. cit., p. 5.
- 74- Ibid., p.10.
- 75- Ibid., p.15.
- 76- Inis L. Claude, Jr. – National Minorities: An International Problem  
(Cambridge: harvard University Press, 1955 , pp106-109), in Richard Stevens, op. cit., p. 18.
- 77- Zionist Organization of América, 47<sup>th</sup> Annual Report (Washington DC: ZOA, 1944, p. 25 e  
48<sup>th</sup> Annual report, p. 33, in Richard Stevens, op. cit., p.21.
- 78- ZOA, 48<sup>th</sup> Annual Report, p.64 in Stevens, op. cit., p.22.
- 79- Stevens, op. cit., p. 26.
- 80- American Palestine Committee, Seventy Senators Back "Restoration of Jews in Palestine"  
(April 20, 1941) news release, in Stevens, op. cit., p. 27.
- 81- Ibid., p. 28.
- 82- ZOA, 47<sup>th</sup> Annual Report, p. 60, in Stevens, op. cit., p. 32.
- 83- AZEC, An Outline of Activities for Local American Emergency Committees, p. 3, in  
Stevens, op. cit., p. 34.
- 84- Ibid.
- 85- Ibid., pp. 4-5, in Stevens, op. cit.,35.
- 86- Cordell Hull, Memoires (New york, Macmillan Co, 1948, II, 1534-35), in Stevens, op. cit.,  
p. 48.
- 87- Jewish Agency, Book of Documents, p232, in Stevens, op. cit., p. 55.

- 88- Wagner Papers ( deposited at Georgetown University, Washington, DC, in Stevens, op. cit., p.56.
- 89- Stevens, op. cit., p.67.
- 90- Cordell Hull, Memoirs II (New York, Macmillan Company, 1948), in Stevens, op. cit., p.76.
- 91- New York Times, August 24, 1945, in Stevens, op. cit., p.88.
- 92- New York Times, March 2, 1945 , in Stevens, op. cit., p.90.
- 93- Stevens, op. cit., p.92.
- 94- Stevens, op. cit., p.103.
- 95- Harry Truman, Memoirs, II (Garden City: Doubleday and Company, 1956), in Stevens, op.cit., p.131.
- 96- Stevens, op. cit., p.144.
- 97- Stevens, op. cit., p.149.
- 98- J. C. Hurewitz, The Struggle for Palestine (New York: W W Norton Company, 1950), in Stevens, op. cit., p.151.
- 99- Truman, II, p. 152, in Stevens, op. cit., p.153.
- 100- Alfred M. Lilienthal, What Price Israel (Chicago: Henry Regnery Company, 1953) in Stevens, op. cit., p.72.
- 101- Stevens, op. cit., p.155.
- 102- Stevens, op. cit., p.156.
- 103- Stevens, op. cit., p.119.
- 104- Stevens, op. cit., p.163.
- 105- Naciones Unidas, op. cit., p.105-109.
- 106- Naciones Unidas, Documentos Oficiales de la Asamblea General, primer periodo extraordinario de sesiones, plenaria, serie general, primera comisión, vol.III 48 sesión, pp. 88-91, in Naciones Unidas, op. cit., p. 108-109.
- 107- Ibid., 52 sesión, pp. 184-185, in Naciones Unidas, op. cit., pp.109.
- 108- Naciones Unidas, Documentos Oficiales de la Asamblea General, segundo período de sesiones, suplemento 11, p.51, in Naciones Unidas, op. cit., p.115.
- 109- Ibid., vol.I, p.34, in Naciones Unidas, op. cit., pp.115-116.
- 110- Ibid., pp. 37-38, in Naciones Unidas, op. cit., p. 116.

- 111- Ibid., vol. I, pp.48-57, in Naciones Unidas, op.cit., p. 123.
- 112- Ibid., pp. 60-64, in Naciones Unidas, op. cit., p.124.
- 113- Stevens, in op. cit., p.169.
- 114- Ibid., pp.170-175.
- 115- Naciones Unidas, op. cit., p. 131.
- 116- Naciones Unidas, op. cit., p. 132.
- 117- Stevens, op. cit., pp. 175-176. Dr. Oswaldo Aranha era considerado grande amigo da causa sionista há muitos anos. Sua simpatia está claramente mostrada em Jorge Garcia Granados, The Birth of Israel (New York: Alfred A. Knopf, 1948, p. 247.
- 118- Stevens, op. cit., p.176.
- 119- Horowits, p. 300, in Stevens, op. cit., p.177.
- 120- Stevens, op. cit., p.177.
- 121- Naciones Unidas, op. cit., p.138.
- 122- Horowitz, p. 259, in Stevens, op. cit., p.178.
- 123- T. R. Little, How Partition Was Adopted" (Arab News Bulletin, January 16, 1948)p. 7, in Stevens, op. cit., p.179.
- 124- K. Roosevelt, p.15, in Stevens, op. cit., p.179.
- 125- Stevens, op. cit., p.179.
- 126- Granados, pp. 22,289, in Stevens, op. cit., p.179.
- 127- Forrestal Diaries, 346, in Stevens, op. cit., p.180.
- 128- Stevens, op. cit., p.181.
- 129- Little, p.7, in Stevens, op. cit., p.181.
- 130- Naciones Unidas, op. cit., p.141.
- 131- Cf. Halford Hoskins, The Middle East: Problem Area in World Politics (New York: Macmillan CO, 1957) pp 18-38, 232-254, in Stevens , op. cit., pp. 186-187.
- 132- Forrestal Diaries, p. 356, in Stevens, op. cit., p. 187.
- 133- Stevens, op. cit., p.188.
- 134- Ladislav Farago, "An Inside Report on Palestine Fiasco", United nations World (May 1948) p. 14, in Stevens, op. cit., p. 188.
- 135- Sumner Welles, We Need not Fail, (Boston: HoughtonMifflin Company, 1948), p. 82, in Stevens, op. cit., p. 189.



- 136- Forrestal Diaries, p. 372, in Stevens, op. cit., p. 191.
- 137- Truman II, pp.160-161, in Stevens, op. cit., pp. 194-198.
- 138- Stevens, op.cit., p.198,199.
- 139- New York Times, March 25, 1948, in Steves, op. cit., p. 203.
- 140- Lilienthal, p.81, in Stevens, op. cit., p. 204.
- 141- United Nations, General Assembly, Official records, Second Special Session, Vol. I, Plenary Meetings, in Stevens, op. cit., p.205.

## ANEXOS

### ANEXO 1

#### **Artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações, de 28 de junho de 1919**

Artigo 22. Os seguintes princípios se aplicarão às colônias e territórios que, como consequência da guerra, deixaram de estar sob a soberania dos Estados que anteriormente os governavam e que estão habitados por povos que, todavia, não são capazes de dirigirem-se por si mesmos nas condições especialmente difíceis do mundo moderno. O bem estar e desenvolvimento destes povos constituem uma missão sagrada da civilização, e convém incorporar ao presente Pacto, as garantias para a realização desta missão.

O melhor método para realizar praticamente este princípio, é confiar a tutela destes povos àquelas nações avançadas que, por razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, se encontram em melhores condições para assumir essa responsabilidade, e que consentem em aceitá-la. Esta tutela se exercerá por essas nações em conceito de mandatários e em nome da Sociedade das Nações.

O caráter do Mandato terá que ser distinto, segundo o grau de desenvolvimento do povo, a situação geográfica do território, suas condições econômicas e todas as demais circunstâncias análogas.

Certas comunidades que pertenciam antes ao Império Otomano alcançaram um grau de desenvolvimento tal, que se pode reconhecer provisoriamente sua existência como nações independentes, sempre que sua administração se guie pelos conselhos e auxílio de um Mandatário, até que sejam capazes de conduzirem-se por si mesmas. Os desejos dessas comunidades serão tomados especialmente em consideração para a eleição do Mandatário.

Outros povos, especialmente os da África central, se encontram em tal grau de desenvolvimento, que exigem que o Mandatário se faça cargo da administração do território,

em condição que garanta a liberdade de consciência e de religião, sem outras limitações que as que possa impor a manutenção da ordem pública e da moral, a proibição de abusos, tais como o trato de escravos, o tráfico de armas e de álcool, e a proibição de construir fortificações ou bases militares ou navais, e de dar aos indígenas instrução militar, a não ser para o serviço de polícia ou para a defesa do território, e que assegurem, do mesmo modo, aos outros Membros da Sociedade das Nações, condições de igualdade quanto ao intercâmbio e ao comércio.

Há outros territórios, como os da África Sul-Occidental e certas ilhas do Pacífico Austral, que, como consequência da pouca densidade de sua população, de sua superfície limitada, de sua distância dos centros de civilização, ou de sua contiguidade geográfica ao território do Mandatário, ou por causa de outras circunstâncias, serão melhor administrados sob as leis do Mandatário, como parte integrante de seu território, sem prejuízo das garantias antes previstas em interesse da população indígena.

Em todos os casos de Mandato, o Mandatário deverá enviar ao Conselho um informe anual com respeito ao território que está a seu cargo.

Se o grau de autoridade, de fiscalização ou administração que exercerá o Mandatário não houver sido conveniado anteriormente entre os membros da Sociedade das Nações, o Conselho determinará em cada caso.

Se constituirá uma Comissão Permanente encarregada de receber e de examinar os informes anuais dos Mandatários e de assessorar o Conselho sobre todas as questões referentes à execução dos Mandatos.

(Naciones Unidas, p.90)

## **ANEXO 2**

### **O Mandato sobre a Palestina, 24 de julho de 1922**

O Conselho da Sociedade das Nações:

Considerando que as Principais Potências, a fim de dar cumprimento às disposições do artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações, conveniaram em confiar a um Mandatário, escolhido pelas citadas potências, a Administração dentro das fronteiras que elas fixem do território da Palestina, que pertencia anteriormente ao Império Otomano;

Considerando que as Principais Potências Aliadas conveniaram, assim mesmo, que o Mandatário terá a responsabilidade de por em vigor a declaração inicial, de 2 de novembro de 1917, formulada pelo Governo de Sua Majestade Britânica e aprovada por tais Potências, em favor do estabelecimento na Palestina de um lugar nacional para o povo judeu, ficando bem entendido que não se tomará medida alguma que possa menosprezar os direitos civis ou religiosos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina, nem os direitos ou a condição política de que gozam os judeus em qualquer outro país;

Considerando que tal declaração leva consigo o reconhecimento dos laços históricos do povo judeu com a Palestina e das razões que o assistem para reconstituir seu lugar nacional em tal país;

Considerando que as Principais Potências Aliadas escolheram à Sua Majestade Britânica como Mandatário para a Palestina;

Considerando que o Mandato referente à Palestina foi redigido nos termos que mais adiante se expressam e submetido à aprovação do Conselho da Sociedade;

Considerando que Sua Majestade Britânica aceitou o Mandato sobre a Palestina e se comprometeu a exercê-lo, em nome da Sociedade das Nações, conforme as disposições expressas mais adiante; e

Considerando que o mencionado artigo 22, em seu parágrafo 8, dispõe que, se o grau de autoridade, de controle ou administração que há de exercer o Mandatário, não foi objeto de acordo prévio entre os Membros da Sociedade, o Conselho da Sociedade o definirá explicitamente;

Confirmando tal Mandato, define seus termos como segue:

#### **Artigo 1**

A Potência Mandatária tem plenos poderes de legislação e administração, salvo as limitações que se fixem neste presente Mandato.

#### **Artigo 2**

A Potência Mandatária assumirá a responsabilidade de colocar o país em condições políticas, administrativas e econômicas tais, que permitam, segundo se expressa no preâmbulo, o estabelecimento de um lugar nacional para o povo judeu e o desenvolvimento de instituições autônomas, assim como a proteção dos direitos civis e religiosos de todos os habitantes da palestina, sem distinção de raça ou religião.

#### **Artigo 3**

A Potência Mandatária fomentará as autonomias locais, na medida em que as circunstâncias o permitam.

#### **Artigo 4**

Será reconhecido, oficialmente, um organismo judaico adequado para assessorar a Administração da Palestina e cooperar com ela em todos os assuntos econômicos, sociais e de outra índole que possam afetar o estabelecimento de um lugar nacional judaico e os interesses

da população judaica na Palestina, assim como para coadjuvar no desenvolvimento do país e participar nele, sob o controle da Administração.

A organização sionista será reconhecida como tal organismo uma vez que a Potência Mandatária considera apropriadas sua organização e constituição. Tal organização, em consulta com o Governo de Sua Majestade Britânica, tomará as medidas necessárias para obter a cooperação de todos os judeus dispostos a colaborar com o estabelecimento de um lugar nacional judaico.

#### **Artigo 5**

A Potência Mandatária zelará para que nenhum território da Palestina seja cedido, arrendado ou colocado de forma alguma sob o controle do governo de uma Potência estrangeira.

#### **Artigo 6**

Ainda que a Administração da Palestina velará para que os direitos e a condição de outros setores da população não sofram menosprezo, facilitará a imigração judaica em condições convenientes e fomentará, em cooperação com o organismo judaico mencionado no artigo 4, o estabelecimento intensivo dos judeus em terras Palestinas, inclusive naquelas pertencentes ao Estado e nas incultas não requeridas para fins públicos.

#### **Artigo 7**

A Administração da Palestina terá a obrigação de ditar uma lei de nacionalidade. Se incluirá nessa lei disposições encaminhadas a facilitar a aquisição da nacionalidade palestina aos judeus que estabeleçam sua residência permanente na Palestina.

#### **Artigo 8**

Não serão aplicáveis na Palestina os privilégios e imunidades dos estrangeiros, inclusive os benefícios de jurisdição e proteção consular que regiam anteriormente, em virtude das Capitulações ou do uso, no Império Otomano.

A menos que as Potências cujos cidadãos desfrutavam a 1 de agosto de 1914 de tais privilégios e imunidades, hajam renunciado previamente ao restabelecimento de tais privilégios e imunidades ou houverem consentido em não aplicá-los por um lapso determinado, ao finalizar o mandato, tais privilégios e imunidades serão restabelecidos, sem demora, integralmente ou com aquelas modificações que tenham sido conveniadas entre as Potências interessadas.

### **Artigo 9**

A Potência Mandatária velará para que se institua na Palestina um sistema judicial que assegure, tanto aos estrangeiros quanto aos naturais, a plena garantia de seus direitos.

Estará plenamente garantido o respeito à condição jurídica dos indivíduos dos diversos povos e comunidades, assim como de seus interesses religiosos. Em particular, o controle e a administração dos “abuses” (espanhol), se exercerão de conformidade com as leis religiosas e a vontade dos fundadores.

### **Artigo 10**

Até o momento em que se façam convênios especiais de extradição, serão aplicáveis à Palestina os tratados de extradição, em vigor entre a Potência Mandatária e outras Potências estrangeiras.

### **Artigo 11**

A Administração da Palestina adotará todas as medidas necessárias para proteger os interesses da comunidade em tudo aquilo que se relacione com o desenvolvimento do país e, sob reserva das obrigações internacionais aceitas pela Potência Mandatária, terá plenos poderes para decidir quanto à propriedade pública ou ao controle público dos recursos naturais do país, das obras e dos serviços públicos já estabelecidos ou por estabelecer-se; implantará um regime agrário adequado às necessidades do país, tendo em conta, entre outras coisas, a conveniência de intensificar a colonização e de fomentar o cultivo intensivo da terra.

A Administração poderá chegar a acordos com o organismo judaico mencionado no artigo 4, para a construção ou exploração sobre bases justas e equitativas, de quaisquer obras e serviços públicos, assim como para o desenvolvimento dos recursos naturais do país, em todos

aqueles casos em que não sejam atendidos diretamente pela Administração. Tais acordos deverão dispor que nenhuma divisão de benefícios feita, direta ou indiretamente, por esse organismo, exceda de um tipo de interesse razoável sobre o capital e que quaisquer benefícios adicionais sejam empregados por tal organismo em benefício do país, em forma que mereça a aprovação da Administração.

### **Artigo 12**

Será confiado à Potência Mandatária o controle das relações exteriores da Palestina e o direito de expedir “exequáturs” aos consules de Potências estrangeiras. Aquela terá, assim mesmo, o direito de outorgar proteção diplomática e consular aos cidadãos da Palestina, quando se encontrarem fora de seus limites territoriais.

### **Artigo 13**

A Potência Mandatária assumirá toda responsabilidade quando se referir à lugares sagrados e aos edifícios e santuários religiosos na Palestina, inclusive de conservar os direitos existentes e sob reserva de proteção da ordem e do decoro público, e de garantir um livre acesso aos lugares sagrados, edifícios e santuários religiosos e livre exercício do culto. A Potência Mandatária será unicamente responsável, perante a Sociedade das Nações, de todas as questões relativas à essas disposições, ficando entendido que nada do disposto no presente artigo impedirá a Potência Mandatária concluir com a Administração os acordos que estime convenientes para execução das disposições deste artigo, e sempre que nada do previsto no Mandato possa ser interpretado como uma autorização conferida à autoridade Mandatária intervir aos bens ou à administração dos santuários puramente muçulmanos, cujas imunidades estejam garantidas.

### **Artigo 14**

A Potência Mandatária designará uma comissão especial para estudar, definir e determinar a validade dos direitos e das reclamações referentes aos lugares sagrados e os direitos de reclamações das diversas comunidades religiosas na Palestina. A forma de designação, a integração e as funções da comissão serão submetidas ao Conselho da Sociedade,



para sua aprovação, e a Comissão não será designada nem entrará em funções sem a aprovação do Conselho.

### **Artigo 15**

A Potência Mandatária garantirá a todos a plena liberdade de consciência e livre exercício de todas as formas de culto, sem outra limitação que a manutenção da ordem pública e moral. Não se fará distinção alguma entre os habitantes da Palestina por razões de raça, religião ou idioma. Não se excluirá da Palestina a nenhuma pessoa, pelo motivo de suas convicções religiosas.

Não se negará nem menosprezará o direito de cada comunidade a sustentar suas próprias escolhas para a educação de seus membros em seu próprio idioma, sempre que se cumpra com as disposições gerais sobre educação que dite a Administração.

### **Artigo 16**

A Potência Mandatária exercerá a vigilância sobre as instituições religiosas ou de caridade de todos os credos da Palestina, na medida que seja necessário para a conservação da ordem pública e ao bom governo. Salvo essa vigilância, não se tomará medida alguma que obstrua as atividades de tais instituições ou que estabeleça entre os representantes ou membros das mesmas baseados em sua religião ou nacionalidade.

### **Artigo 17**

A Administração da palestina poderá organizar sobre a base de alistamento voluntário, as forças necessárias para conservar a paz e a ordem, assim como para a defesa do país, com sujeição, não obstante, à inspeção da Potência Mandatária, mas não poderá empregar tais forças para outros fins que os acima consignados, salvo com o consentimento da Potência Mandatária. Exceto para tais fins, a Administração da Palestina não organizará nem manterá forças militares, navais ou aéreas.

Nada do contido neste artigo impedirá a Administração da Palestina de contribuir ao sustentamento das forças da Potência Mandatária na Palestina.

A Potência Mandatária terá, em todo o tempo, direito de utilizar as estradas, ferrovias e portos da Palestina, para o movimento de forças armadas e para o transporte de combustível e abastecimento.

### **Artigo 18**

Corresponderá à Potência Mandatária velar para que não haja distinção sobre a Palestina entre os nacionais de nenhum dos Estados, Membros da Sociedade das Nações (inclusive as campanhas constituídas com respeito às leis respectivas) e os nacionais da Potência Mandatária ou os de qualquer Estado estrangeiro, ao que concerne à impostos de comércio, navegação, ou no exercício das indústrias ou profissões, ou no trato dado à marinha mercante ou à aviação civil. Tão pouco se farão distintos na Palestina com respeito às mercadorias procedentes de qualquer de tais Estados ou destinados à eles. Haverá assim mesmo, na Palestina condições equitativas na liberdade de trânsito através do território sob mandato.

Sob reserva das anteriores e das demais disposições do presente Mandato, a Administração da Palestina poderá, por conselho da Potência Mandatária, estabelecer aqueles impostos e tarifas aduaneiras que considere necessários e adotar as medidas que estime apropriadas para fomentar o desenvolvimento dos recursos naturais do país e para proteger os interesses da população. Poderá igualmente, por conselho da Potência Mandatária, fazer acordos aduaneiros especiais com qualquer Estado, cujo território formasse parte integrante da Turquia Asiática ou da Arábia, em 1914.

### **Artigo 19**

A Potência Mandatária dará sua adesão em nome da Administração da Palestina à todas as convenções internacionais gerais já existentes ou que adiante se façam com a aprovação da Sociedade das Nações, relativas ao trato de escravos, ao tráfico de armas e munição, ao tráfico de drogas, ou relativas à igualdade comercial, à liberdade de trânsito e de navegação, de navegação aérea e de comunicação postal e telegráfica, ou à propriedade literária, artística ou industrial.

### **Artigo 20**

Na medida em que o permitam as condições religiosas, sociais ou de outra índole, na execução das medidas comuns aprovadas pela Sociedade das Nações para evitar e combater as doenças, inclusive as que afetam à plantas e animais.

### **Artigo 21**

Dentro de um prazo de 12 meses a contar desta data, a Potência Mandatária fará que se promulgue e vigiará o cumprimento de uma Lei de Antiguidades, baseada nas seguintes disposições. Esta lei garantirá a igualdade de trato em matéria de escavações e pesquisas arqueológicas aos nacionais de todos os Estados Membros da Sociedade das Nações...

### **Artigo 22**

Os idiomas oficiais na palestina serão o inglês, o árabe e o Hebraico. Qualquer legenda ou inscrição em árabe nos selos postais ou moedas na Palestina, se reproduzirá em hebreu, ou qualquer declaração ou inscrição em hebreu, se repetirá em árabe.

### **Artigo 23**

A Administração da Palestina reconhecerá os dias de dietas religiosas das distintas comunidades na Palestina, como dias legais de descanso de seus membros respectivos.

### **Artigo 24**

A Potência Mandatária submeterá ao Conselho da Sociedade das nações um informe anual, para satisfação do Conselho, acerca das medidas tomadas durante o ano, para cumprir disposições do Mandato. Juntamente com o informe se enviará ao Conselho cópias de todas as leis e regulamentos promulgados ou expedidos durante o ano.

### **Artigo 25**

A Potência Mandatária terá a faculdade de postergar ou suspender , com o consentimento do Conselho da Sociedade das Nações, a aplicação nos territórios que se encontram entre o Jordão e a fronteira oriental da Palestina, tal como seja definitivamente demarcada, das disposições deste mandato que considere inaplicáveis, à causa das condições

locais existentes, e de tomar aquelas medidas que considere apropriadas para a administração de tais territórios, sempre que nenhuma delas seja incompatível com o disposto nos artigos 15, 16 e 18.

#### **Artigo 26**

A Potência Mandatária estabelece que, se surgir entre ela e outro Membro da Sociedade das Nações, uma controvérsia acerca de tal interpretação ou aplicação das disposições do Mandato, se tal controvérsia não puder resolver-se mediante negociações, será submetida ao Tribunal Permanente de Justiça Internacional, de acordo com o disposto no artigo 14 do Pacto da Sociedade das Nações.

#### **Artigo 27**

Será necessário o consentimento do Conselho da Sociedade das Nações para qualquer modificação que se faça aos termos do presente Mandato.

#### **Artigo 28**

No caso da terminação do Mandato que pela presente se confere ao Mandatário, o Conselho da Sociedade das Nações tomará as medidas que considere necessárias para proteger a perpetuidade, sob a garantia da Sociedade, os direitos estatuídos nos artigos 13 e 14, e fará uso de sua influência para assegurar que o governo da Palestina, sob a garantia da Sociedade, se faça encarregado plenamente de todas as obrigações financeiras, legitimamente contraídas pela Administração da Palestina, durante o período do Mandato, inclusive os direitos dos funcionários públicos, a receber pensões ou gratificações.

O original do presente instrumento será depositado nos arquivos da Sociedade das Nações e o Secretário Geral da mesma enviará cópias certificadas a todos os Membros da Sociedade das Nações.

Feito em Londres, à 24 de julho de 1922.

(Naciones Unidas, p. 97)

## ANEXO 3

### **Opiniões do Professor Henry Cattan, especialista em Direito Internacional, sobre a validade do Mandato britânico sobre a Palestina:**

“O Mandato sobre a Palestina foi inválido por três razões que se expõem à seguir:

1-A primeira razão da invalidez do Mandato é que, ao aprovar a Declaração de Balfour e aceitar o conceito de estabelecimento de um lugar nacional judaico na Palestina, violava a soberania do povo da Palestina e seus direitos naturais à independência e à livre determinação. A Palestina era o lugar nacional dos palestinos desde tempo imemorial. O estabelecimento de um lugar nacional para um povo estrangeiro nesse país constituiu uma violação dos direitos legítimos e fundamentais dos habitantes. A Sociedade das Nações carecia de faculdades, da mesma forma que o Governo Britânico, para dispor da Palestina ou para conceder aos judeus, direitos políticos ou territoriais nesse país. Na medida em que o Mandato pretendia reconhecer algum direito aos judeus estrangeiros na Palestina, era nulo.

2- A segunda razão da invalidez do Mandato é que violava, em seu espírito e em sua letra, o artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações, sob cuja autoridade pretendia ter-se constituído. O Mandato violava o artigo em três sentidos:

a) No Pacto se havia previsto o sistema de mandatos como o melhor meio para alcançar o objetivo básico de assegurar o bem-estar e o desenvolvimento dos territórios sob o Mandato. Concebeu-se o Mandato sobre a Palestina para lograr o bem-estar e o desenvolvimento dos habitantes de Palestina? A resposta se encontra nas disposições do próprio Mandato. O Mandato pretendia estabelecer na Palestina um lugar nacional para outro povo, contra os direitos e desejos dos palestinos...Pedia ao mandatário que pusesse o país em condições políticas, administrativas e econômicas tais, que permitissem o estabelecimento de um lugar nacional judaico. Pedia ao Mandatário que facilitasse a imigração judaica à Palestina. Dispunha que um órgão estrangeiro conhecido como a Organização Sionista fosse reconhecido como organismo adequado para assessorar a administração da Palestina e cooperar com ela em todos

os assuntos que pudessem afetar o estabelecimento do lugar nacional judaico. É evidente que ainda que o Sistema de Mandatos tenha sido concebido em defesa dos interesses dos habitantes do território sob Mandato, o Mandato sobre a Palestina foi concebido em benefício de um povo estrangeiro, não-originário da Palestina e era contrário ao conceito básico dos Mandatos. Como observou Lord Islington, quando se opôs a que se incluísse a Declaração de Balfour no Mandato sobre a Palestina: “ O Mandato sobre a Palestina equivale a uma deformação do Sistema de Mandatos”. O mesmo distinto membro da Câmara dos Lordes acrescentou: “ Quando se observa no Artigo 22...que o bem estar e o desenvolvimento desses povos constituem uma missão sagrada da civilização e se considera que isto é o fundamento do Sistema de Mandatos, Vossas Senhorias verão que nos desviamos muito do bom caminho, ao postergar a autonomia da Palestina até que a população esteja inundada por uma raça estrangeira”.

b) O Mandato da Palestina também era contrário ao conceito concreto dos Mandatos previstos no artigo 22, a respeito dos países separados da Turquia ao fim da Primeira Guerra Mundial. No caso desses países, se pretendia limitar o Mandato à conselhos e auxílios temporais. É duvidoso que o povo da Palestina, como outros povos árabes separados da Turquia, tivessem necessidade do conselho e auxílio administrativos de um Mandatário. Seu nível de cultura não era inferior ao que existia, nessa época, em muitas das nações que eram Membros da Sociedade das Nações. Essas comunidades árabes haviam participado ativamente com os turcos no governo de seu país. Sua maturidade política e sua experiência administrativa podiam comparar-se com a maturidade política e a experiência administrativa dos turcos, aos quais foi permitido guiarem-se por si mesmos.

Seja como for, os forjadores do Mandato sobre a Palestina não restringiram a função do Mandatário aos conselhos e auxílios administrativos, mas concederam ao Mandatário “plenos poderes de legislação e de administração” (artigo 1). Esses “plenos poderes de legislação e administração” não se conceberam em favor dos habitantes, senão que estavam destinados a ser utilizados e deles se utilizaram para estabelecer à força um lugar judaico na Palestina. Evidentemente, isto constituía um abuso do objetivo do Mandato segundo estava previsto no Pacto, e uma deformação de sua razão de ser.

Todo o conceito do Mandato sobre a Palestina se diferencia notavelmente do Mandato sobre a Síria e o Líbano, que se conferiu à França, em 24 de julho de 1922. Estes Mandatos se ajustavam ao artigo 22 do Pacto...

3- ...A terceira razão da invalidez do Mandato se baseia em que, ao aprovar e aplicar a Declaração de Balfour, se contrapunha às seguranças e garantias que a Grã Bretanha e as Potências Aliadas haviam dado aos árabes durante a Primeira Guerra Mundial. Quando se negou a independência aos árabes da Palestina e se submeteu ao seu país a imigração de um povo estrangeiro, se violaram essas garantias. (Naciones Unidas, p.35)

## ANEXO 5

**DISCURSO DE CHURCHILL** no Westminster College, em Fulton, Missouri, em 5 de março de 1946 (principais trechos).

“Os Estados Unidos estão, neste momento, no auge do poder mundial. É um momento solene para a democracia americana. Com o predomínio do poder vem também uma responsabilidade pesada para com o futuro. Ao olhades à vossa volta, deveis sentir não só o peso do dever, mas também a preocupação de que possais falhar ao que se exige de vós. A oportunidade está presente, clara e brilhante, para os nossos dois países. Rejeitá-la, ignorá-la ou malbaratá-la atrairá sobre nós a censura dos tempos futuros. É necessário que constância de espírito, persistência de objetivo e a grande simplicidade de decisão guiem e orientem o comportamento dos povos de língua inglesa na paz, tal como guiaram na guerra. Devemos, e acredito que o faremos, corresponder a essa incrível exigência.

Quando os militares norte-americanos enfrentam uma situação séria, tomam como diretriz as palavras “conceito estratégico geral”. Há nisso sabedoria, pois leva à clareza de pensamento. Qual, portanto, o conceito estratégico geral que devemos adotar hoje? Nada menos do que a segurança e o bem estar, a liberdade e o progresso de todos os lares e famílias de todos os homens e mulheres em todas as terras. E falo particularmente das miríades de casas ou apartamentos, onde o empregado assalariado busca, em meio aos acidentes e dificuldades da vida, proteger sua mulher e seus filhos contra as privações e educar a família no temor de Deus ou segundo conceitos éticos que têm um papel preponderante.

Para que esses incontestáveis lares tenham segurança, devem ser protegidos contra dois assaltantes esqueléticos – a guerra e a tirania. Todos conhecemos as terríveis atribulações a que a família comum é levada quando o curso da guerra envolve seu sustentáculo e aqueles para os quais trabalha e luta.

.....

Nossos colegas militares norte-americanos, depois de terem proclamado o “conceito estratégico geral” e computado todos os recursos disponíveis, sempre passam à fase seguinte, ou seja, ao método. Também quanto a ele o acordo é geral. Uma organização mundial já foi



estabelecida para o objetivo primordial de evitar a guerra. A Organização das Nações Unidas, sucessora da Liga das Nações, com a cooperação decisiva dos Estados Unidos, e tudo o que isso representa, já está em funcionamento.

.....

Tenho, porém, uma proposta prática e definida a fazer. Os tribunais e magistrados não podem funcionar sem soldados e policiais. A Organização das Nações Unidas deve ser imediatamente equipada com uma força armada internacional. Em tal questão, só podemos avançar passo a passo; mas devemos começar imediatamente...Seria, porém, imprudente confiar o conhecimento ou a experiência secreta da bomba atômica, que estão hoje de posse dos Estados Unidos, Grã Bretanha e Canadá, à organização mundial, quando ainda em sua infância. Seria uma loucura criminosa lançá-los livremente num mundo ainda agitado e dividido. Ninguém perdeu o sono, em nenhum país, pelo fato de estar esse conhecimento, seu método e matérias primas, em grande parte nas mãos americanas. Não creio que teríamos dormido igualmente bem se as posições se invertessem, e um Estado comunista ou neo-fascista monopolizasse, no momento, essa força terrível. Apenas o seu temor poderia ter sido utilizado para impor sistemas totalitários num mundo democrático livre, com consequências terríveis para a imaginação humana. Deus porém não quis que assim fosse, e temos, pelo menos, tempo para respirar antes que esse perigo surja, e ainda assim temos uma superioridade formidável, capaz de impor meios de dissuasão eficientes contra seu emprego por outros. E mais tarde, quando a fraternidade essencial entre os homens estiver realmente assegurada e expressa numa organização mundial, tais poderes passariam a lhe ser confiados.

Chego agora ao segundo perigo que ameaça os lares e as pessoas, ou seja, a tirania. Não podemos estar cegos ao fato de que as liberdades desfrutadas pelos cidadãos de todo o Império Britânico não são válidas em considerável número de países, alguns dos quais muito poderosos. Nesses Estados, o controle é imposto ao povo por vários tipos de governos policiais gerais, a tal ponto que se torna contrário a todos os princípios da democracia. O poder do Estado é exercido sem contenções, seja por ditadores ou por oligarquias compactas agindo através de um partido privilegiado e de uma polícia política. Não é nosso dever, neste momento, quando as dificuldades são tão numerosas, interferir pela força nas questões internas de países que não conquistamos na guerra, mas não devemos deixar de proclamar, sem medo, que os grandes princípios da liberdade e dos direitos do homem, que constituem uma herança conjunta do

mundo de língua inglesa e que, através da Magna Carta, da Lei dos Direitos, do habeascorpus, do julgamento pelo júri e do direito civil inglês, encontram sua expressão mais famosa na Declaração da Independência.

Tudo isso significa que o povo de qualquer país tem o direito e deveria ter o poder, pela ação constitucional, pelas eleições livres e sem restrições, com voto secreto, de escolher ou modificar o caráter ou forma de governo sob o qual vivem, que a liberdade de palavra e pensamento deve reinar, que os tribunais de justiça devem ser independentes do executivo, isentos de partidarismo, para impor as leis que receberam a aprovação ampla de grandes majorias ou são consagradas pelo tempo e pela tradição...

Agora, ainda em relação ao método de realizar nosso conceito estratégico geral, chego ao ponto crucial daquilo que aqui vim dizer. Nem a prevenção certa da guerra, nem o crescimento contínuo da organização mundial serão conquistados sem o que denominei de associação fraterna dos povos de língua inglesa. Isso significa uma relação especial entre o Império e a Comunidade Britânicos e os Estados Unidos. Não é este o momento de generalidades. Arrisco-me a ser preciso. A associação fraterna não exige apenas uma amizade cada vez maior e uma compreensão entre nossos vastos, mas semelhantes, sistemas de sociedade, mas sim a continuação das relações íntimas entre nossos conselheiros militares levando ao estudo comum dos perigos potenciais, à igualdade de armas e de manuais de instrução, ao intercâmbio de oficiais e de cadetes das escolas militares...Tende cautela: o tempo pode ser curto. Não adotemos a atitude de deixar os acontecimentos à deriva até que seja tarde demais. Se deve haver uma associação fraterna como a descrevi, com toda a força e segurança que pode proporcionar aos nossos países, façamos com que o mundo saiba disso, e que tal fato tenha seus efeitos na consolidação e estabilização dos alicerces da paz. A prevenção é melhor do que a cura.

Uma sombra desceu sobre o cenário, até bem pouco iluminado pela vitória aliada. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização comunista internacional pretendem fazer no futuro imediato, ou quais os limites, se os há, de suas tendências expansionistas e de proselitismo. Tenho uma forte admiração e consideração pelo valente povo russo e pelo meu camarada de guerra, Marechal Stalin. Há simpatia e boa vontade na Grã Bretanha – e sem dúvida também aqui – para com os povos de todas as Rússias, e uma decisão de perseverar, através das muitas diferenças e desconfianças, no estabelecimento de uma amizade duradoura.

Compreendemos as necessidades russas de segurança de suas fronteiras ocidentais contra uma nova invasão germânica. Nós lhe reconhecemos um lugar entre as nações líderes do mundo. Auspiciamos, acima de tudo, contatos frequentes e constantes entre o povo russo e o nosso, em ambos os lados do Atlântico. É meu dever, porém, expor -vos certos fatos sobre a situação atual da Europa – e embora não o deseje, meu dever me obriga a expô-los.

De Stettin no Báltico até Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro foi baixada através do Continente Europeu. Atrás delas estão as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas essas famosas cidades e as populações à volta delas estão na esfera soviética e sujeitas, de uma forma ou outra, não apenas à influência soviética, mas a um controle intenso e cada vez mais forte, de Moscou. Só Atenas, com suas glórias imortais, é livre de decidir seu futuro numa eleição observada pelos britânicos, americanos e franceses. O governo polonês dominado pelos russos foi estimulado a incursões enormes e errôneas sobre a Alemanha, e estão ocorrendo expulsões em massa de milhões de alemães, numa escala terrível e inimaginável. Os partidos comunistas, que eram muito pequenos em todos esses Estados orientais da Europa, foram colocados num destaque e desfrutaram de um poderio muito superior à sua proporção numérica, e buscaram obter, em toda parte, o controle totalitário. Governos policiais predominam em quase todos os casos, e, até agora, exceto na Tcheco-Eslováquia, não há verdadeira democracia. A Turquia e a Pérsia estão profundamente alarmadas e perturbadas pelas exigências que lhes são feitas pela pressão exercida pelo governo de Moscou. Os russos estão tentando organizar em Berlim um partido semicomunista em sua zona de ocupação da Alemanha, evidenciando favores especiais aos grupos de líderes alemães da esquerda. Ao término da luta, em junho último, os exércitos americanos e britânicos se retiraram para o Ocidente, segundo acordo prévio, numa frente de quase 650 km e a uma profundidade que em certos pontos foi de 350 km, a fim de que os russos ocupassem esse vasto território que as democracias ocidentais haviam conquistado. Se agora o governo soviético tenta, numa ação unilateral, construir uma Alemanha pró-comunista em sua área, isso provocará novas e sérias dificuldades nas zonas britânica e americana, e permitirá aos alemães que se coloquem em leilão entre os soviéticos e as democracias ocidentais. Quaisquer que sejam as conclusões que possamos tirar desses fatos – e fatos realmente o são – sem dúvida não estará entre elas a de que essa é a Europa libertada que lutamos para conseguir. Nem que encerre os elementos essenciais de uma paz permanente.

Em frente da cortina de ferro que atravessa a Europa, há outras causas de ansiedade. Na Itália, o partido comunista está tolhido pela obrigação de apoiar a exigência do pró-comunista marechal Tito de antigo território italiano junto ao Adriático. Não obstante, o futuro da Itália pende da balança. E não podemos imaginar uma Europa reconstruída sem uma França poderosa. Durante toda a minha vida pública trabalhei por uma França forte e nunca perdi a fé em seu destino, mesmo nas horas mais sombrias. Não perderei a fé agora. Em grande número de países, porém, longe das fronteiras russas e por todo o mundo, a quinta coluna comunista se estabelece e trabalha em completa unidade e obediência absoluta às instruções recebidas do centro comunista. Exceto na Comunidade Britânica e nos Estados Unidos, onde o comunismo está em sua infância, os partidos comunistas ou quintas-colunas, constituem um crescente perigo e ameaça à civilização cristã. São fatos sombrios para serem lembrados no dia seguinte ao da vitória conquistada por tanta camaradagem esplêndida nas armas e na causa da liberdade e democracia, mas seríamos excessivamente imprudentes em não enfrentá-los abertamente enquanto ainda nos resta tempo.

As perspectivas são também inquietantes no Extremo Oriente, especialmente na Manchúria. O acordo celebrado em Yalta, e do qual participei, era extremamente favorável à Rússia Soviética, mas foi feito num momento em que ninguém poderia dizer se a guerra contra a Alemanha não se estenderia por todo o verão e outono de 1945, e quando as previsões indicavam que a guerra japonesa perduraria ainda por 18 meses depois de concluída a luta na Europa. Neste país, estais bem informados sobre o Extremo Oriente, e sois amigos tão dedicados da China que não necessito prolongar-me sobre a situação.

Por outro lado, não aceito a idéia de que a guerra seja inevitável, e ainda menos, que seja iminente. É por estar seguro de que nossa sorte está em nossas próprias mãos e de que temos o poder de salvar o futuro, que sinto ser meu dever falar agora, quando tenho ocasião. Não creio que a Rússia Soviética deseje a guerra. O que ela deseja são os frutos da guerra e da expansão indefinida de seu poder e suas doutrinas. Mas o que temos de considerar aqui, enquanto nos resta tempo, é a prevenção permanente da guerra e o estabelecimento de condições de liberdade e democracia, o mais rapidamente possível, em todos os países. Nossas dificuldades e perigos não serão removidos se fecharmos os olhos a eles, nem se simplesmente aguardarmos os acontecimentos, nem por uma política de apaziguamento. Necessitamos de uma solução, e quanto mais retardada, mais difícil será, aumentando nossos perigos. Pelo que

vi de nossos amigos e aliados russos durante a guerra, estou convencido de que não há nada que respeitem menos do que a fraqueza militar. Por esse motivo, a velha doutrina de um equilíbrio de poderes não oferece garantia. Não devemos, desde que isso se possa evitar, agir em margens estreitas, despertando a tentação de uma prova de força. Se as democracias ocidentais se unirem no respeito aos princípios da Carta das Nações Unidas, sua influência na imposição de tais princípios será imensa e ninguém poderá molestá-las. Se, porém, se dividirem ou faltarem ao seu dever, se todos esses importantíssimos anos passarem inutilmente, então realmente uma catástrofe pode desabar sobre nós.

A última vez que a vi se aproximar, e gritei ao mundo e aos meus concidadãos, ninguém prestou atenção. Até o ano de 1933, ou mesmo 1935, a Alemanha poderia ter sido salva do destino terrível que a esmagou e nós poderíamos ter poupado as misérias que Hitler lançou sobre a humanidade. Não houve nunca na história uma guerra mais fácil de evitar pela ação oportuna do que esta, que assolou áreas tão grandes do mundo. Poderia ter sido evitada sem dispararmos um único tiro, e a Alemanha seria poderosa, próspera e dignificada hoje, mas ninguém me ouviu e um por um fomos arrastados pelo torvelinho. Não devemos deixar que isso aconteça novamente, o que só podemos conseguir chegando agora, em 1946, a um entendimento sobre todos os pontos com a Rússia, sob a autoridade geral da Organização das Nações Unidas, e pela manutenção desse entendimento através de muitos anos de paz, pelo instrumento mundial, apoiado integralmente pelo mundo de língua inglesa e suas ligações.

J. P. Morray – Origens da Guerra Fria – Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961 – pp. 61-68.

**RESPOSTA DE STALIN**, a esse discurso de Churchill, através de entrevista ao Pravda, em 13 de março de 1946.

**Pergunta:** Como considera o último discurso de Churchill nos Estados Unidos da América?

**Resposta:** Considero-o um ato perigoso, destinado a semear a dissensão entre os Estados aliados e impedir sua colaboração.

**Pergunta:** É possível considerar o discurso de Churchill como prejudicial à causa da paz e segurança?

**Resposta:** Sim, sem dúvida. Na verdade, o sr. Churchill toma agora a posição dos provocadores de guerra, e nisso não está só. Tem amigos não só na Grã Bretanha como também nos Estados Unidos...

Na verdade, Churchill e seus amigos na Inglaterra e nos Estados Unidos apresentam às nações que não falam inglês um ultimato: Aceitem voluntariamente nosso domínio, e tudo estará bem; de outro modo, a guerra é inevitável.

Mas as nações derramaram seu sangue no curso de uma sangrenta guerra de cinco anos pela liberdade e independência de seus países, e não para trocar o domínio de Hitler pelo de Churchill. É muito provável, por isso, que as nações que não falam a língua inglesa e que constituem a grande maioria da população mundial, não concordem em se submeter a uma nova escravidão...

Não pode haver dúvida de que a posição do sr. Churchill é uma posição de guerra, um grito de guerra contra a URSS. É também claro que é uma posição incompatível com o Tratado de Aliança existente entre a Grã Bretanha e a URSS. É certo que o sr. Churchill diz, de passagem e numa tentativa de confundir seus leitores, que os termos do Tratado de Assistência Mútua Anglo-Soviético poderiam ser ampliados para 50 anos. Mas como reconciliar tal afirmação com a posição agressiva do sr. Churchill contra a URSS, com sua pregação de guerra contra a URSS? Evidentemente, tais coisas não se podem reconciliar de forma alguma...

**Pergunta:** Como considera o trecho do discurso em que são atacados os sistemas democráticos dos Estados europeus que têm fronteiras conosco, e as relações de boa-vizinhança estabelecidas entre esses Estados e a União Soviética?

**Resposta:** Essa parte do discurso do sr. Churchill está composta de calúnias, descortesias e falta de tato. O sr. Churchill afirma que “Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste, Sofia – todas essas famosas cidades e populações em torno delas – estão na esfera soviética e sujeitas, de uma forma ou de outra, não só à influência soviética, mas a um controle intenso e cada vez mais forte de Moscou”. O sr. Churchill considera tudo isso como uma “tendência expansionista sem limites” da parte da União Soviética...

Em primeiro lugar, é absurdo falar de controle exclusivo da URSS em Viena e Berlim, onde existem Conselhos de Controle Aliados, formados de representantes de quatro Estados, e nos quais a URSS tem apenas um quarto dos votos. Acontece que muita gente não resiste ao desejo de caluniar. Mas tudo tem limites.

Em segundo lugar, é preciso não esquecer as circunstâncias seguintes: os alemães invadiram a URSS através da Finlândia, Polônia, Romênia, Bulgária e Hungria. Os alemães puderam invadir tais países porque, na época, neles existiam governos hostis à União Soviética. Em consequência da invasão alemã, a União Soviética sofreu perdas irreparáveis na luta, que juntamente com a ocupação alemã e a deportação de cidadãos soviéticos para a Alemanha, se elevam a cerca de sete milhões de pessoas. Em outras palavras, as perdas de vida da União Soviética foram várias vezes maiores do que as da Grã Bretanha e dos Estados Unidos juntos. É possível que em certos círculos haja uma tendência para esquecer esses sacrifícios colossais do povo soviético que contribuíram para a libertação da Europa do jugo de Hitler. Mas a União Soviética não pode esquecê-los. Portanto, não há nada de surpreendente no fato de que a União Soviética, preocupada com sua segurança futura, procure fazer com que existam em tais países governos de atitude leal para conosco. Como pode alguém, de boa mente, considerar essas aspirações pacifistas da URSS como tendências expansionistas?

O sr. Churchill alega ainda que “o governo polonês dominado pelos russos foi estimulado a incursões enormes e errôneas na Alemanha”. Tais palavras constituem um insulto e uma calúnia. No governo atual da Polônia democrática estão homens de destaque. Provaram, por seus atos, serem capazes de defender os interesses e a dignidade de seu país, o que seus predecessores não foram. Que razões tem o sr. Churchill para afirmar que os líderes da Polônia de hoje possam tolerar em seu país o domínio de representantes de qualquer país estrangeiro? Não será por pretender semear a discórdia nas relações entre a Polônia e a União Soviética que ele calunia “os russos”?

O sr. Churchill não está satisfeito com o fato de ter a Polônia adotado uma política de amizade e aliança com a URSS. Houve uma época em que a Polônia e URSS tiveram suas relações perturbadas por conflitos e antagonismos. Essas circunstâncias permitiram a estadistas como o sr. Churchill utilizar tais antagonismos para controlar a Polônia, sob pretexto de protegê-la contra os russos, e amedrontar os russos com o espectro da guerra entre eles e a Polônia, conservando para si a posição de árbitros.

Quanto ao ataque do sr. Churchill à União Soviética, pela ampliação da fronteira ocidental polonesa a fim de incluir territórios que os alemães haviam tomado no passado - parece-me que no caso ele está simplesmente trapaceando. Todos sabem que a decisão sobre a fronteira ocidental da Polônia foi adotada na Conferência Tríplice de Berlim, tendo por base as reivindicações da Polônia. A União Soviética repetidamente afirmou considerar próprias e justas as aspirações polonesas. É muito provável que o sr. Churchill esteja contrariado com essa decisão. Mas porque então, embora não poupe críticas à posição russa na questão, oculta aos seus ouvintes o fato de que a decisão foi aprovada unanimemente na conferência de Berlim – ou seja, não só pelos russos, mas também pelos britânicos e americanos? Porque o sr. Churchill considera necessário induzir ao erro o público?

O sr. Churchill afirma ainda que “os partidos comunistas, que eram antes pequenos em todos esses Estados orientais da Europa, passaram a ter destaque e poder muito superior à sua proporção numérica e buscam, em toda parte, obter o controle totalitário. Governos policiais predominam em quase todos os casos, e até agora, com exceção da Tcheco-Eslováquia, não há verdadeira democracia”.

Todos sabem que o governo do Estado na Grã Bretanha, no momento, está nas mãos de um partido, o Trabalhista, e os partidos da oposição não têm o direito de participar daquele governo. É a isso que o sr. Churchill chama de verdadeira democracia. Polônia, Rumânia, Iugoslávia, Bulgária e Hungria são administradas por blocos de vários partidos – de quatro a seis – e a oposição, quando correta, tem o direito de participar do governo. A isso o sr. Churchill dá o nome de totalitarismo, tirania e governo policial. Por que? Não esperem uma resposta do sr. Churchill, porque ele não compreende em que posição ridícula se colocou com seu grito de “totalitarismo, tirania e governo policial”.

O sr. Churchill se aproxima um pouco da verdade ao falar da crescente influência dos partidos comunistas na Europa Oriental. Essa influência cresceu não só na Europa Oriental, mas em quase todos os países da Europa que estiveram sob o domínio fascista – Itália, Alemanha, Hungria, Bulgária, Rumânia e Finlândia – ou que experimentaram ocupação alemã, italiana ou húngara – França, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Iugoslávia, Grécia, União Soviética e assim por diante.

A crescente influência dos comunistas não pode ser considerada como fortuita. É coisa perfeitamente lógica. A influência dos comunistas cresceu porque, no período do domínio



fascista na Europa, eles se mostraram dignos de confiança, destemidos, prontos ao sacrifício, na luta contra o regime fascista pela liberdade dos povos. O sr. Churchill por vezes lembra em seus discursos as pessoas simples dos pequenos lares, batendo-lhes condescendentemente no ombro e posando como seu amigo. Essas pessoas não são porém tão simples como pode parecer à primeira vista, Têm uma opinião própria, e sabem como se defender sozinhas. Foram elas, os milhões dessas pessoas simples, que derrotaram o sr. Churchill e seu partido na Grã Bretanha, dando seus votos aos trabalhistas. Foram elas, aos milhões, que isolaram os reacionários e defensores da colaboração com o fascismo na Europa e deram sua preferência à democracia da Esquerda. Foram elas, esses milhares de pessoas simples, que depois de testar os comunistas no fogo da luta e da resistência ao facismo, chegaram à conclusão de que os comunistas merecem a confiança do povo. Foi assim que a influência comunista cresceu na Europa.

É claro que o curso dos acontecimentos não agrada ao sr. Churchill, e ele faz soar o alarme e apela para a força. Também não lhe agradou o nascimento do regime soviético na Rússia, após a I Guerra Mundial. Também naquela época fez soar o alarme e organizou uma campanha armada de 14 Estados contra a Rússia, atribuindo-se a tarefa de fazer voltar os ponteiros da História. Mas a História foi mais forte do que a intervenção de Churchill, e seu quixotismo levou a uma derrota completa naquela época. Não sei se o sr. Churchill e seus amigos conseguirão organizar uma nova campanha armada contra a Europa Oriental, depois da II Guerra Mundial. Se conseguirem – o que não é muito provável, porque milhões de pessoas simples protegem a causa da paz – podemos dizer com certeza que, tal como antes, há 26 anos atrás, serão esmagados.

J. P. Morray – Origens da Guerra Fria – Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961 – pp. 68-73.

**Bibliografia:**

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon – “Batalha da paz no Oriente Médio pode ser mais Quente que a guerra” in Carta Internacional, n. 7 setembro, 1993 (pág. Estava ilegível)

ARON, Raymond. – Paz e Guerra entre as Nações – Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1986.

BRAILLARD, Philippe – Teoria das Relações Internacionais – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990.

BEMIS, Samuel Flagg – A Diplomatic History of the United States –1891-1973 – Holt, New York, 1950.

BRENER, Jayme;

CAMARGO, Claudio - Guerra e Paz no Oriente Médio - Ed. Contexto, São Paulo, 1995

BRENNER, Lenni - Zionism in the Age of the Dictators - Croom Helm, London & Canberra, 1983

CAMPBELL, John C. - Defense of the Middle East - Problems of American Policy - Harper & Brothers, New York, 1958.

CARLETON, William Graves – The Revolution in American Foreign Policy, 1945-1954 – Doubleday Garden City, New York, 1954.

CATTAN, Henry - Palestina, los árabes e Israel - Siglo XXI editores, México, 1971 (1 edição, Longman , Londres, 1969)

CHAMBERLAIN, Lawrence H (Associate Professor of Government, Columbia University;

SNYDER, Richard C. (Assistant Professor of Politics, Princeton University) - American Foreign Policy - Rinehart & Company Publishers, New York , 3ª ed. 1949 (1ª ed. 1948)

COHEN, Israel - El Movimiento Sionista - Federação Sionista Argentina, Buenos Aires, 1947.

DALLIN, David J. - Soviet Russia's Foreign Policy: 1939-1942 - Yale University Press, 1943 (1 ed. 1942)

DEAN, Vera Micheles - The United States and Russia - Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1948.

DEGRAS, Jane - Soviet Documents on Foreign Policy - Oxford University Press, London, 1952

DEUTSCHER, Isaac - "A Guerra dos Seis Dias" in AMIN, Samir (org.) - Vozes do Século (não disponho da data)

DUROSELLE, Jean Baptiste, A Europa de 1815 aos Nossos Dias - Vida política e Relações Internacionais - Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976 - Coleção Nova Clio, vol. 38. 1ª edição Presses Universitaires de France, 1970.

FAYEZ, Ahmed;

SAYEGH, Fayez - Sionismo na Palestina - Delegação da Liga dos Estados Árabes, Rio de Janeiro, 1969 - Coleção Monografias, 3.

FREIGNIER, Michel - Guerra e Paz no Oriente Médio - Ed. Ática, São Paulo, 1994 (1 edição em francês, 1993).

HARDAN, David;

SCHWEID, Elizer e outros - Fontes do Pensamento Judeu Contemporâneo I - Organização Sionista Mundial - Depto de Publicações, Jerusalém, 1970.

HARDAN, David;

SCHWEID, Elizer e outros – Fuentes del Pensamiento Judio Contemporâneo II - Organización Sionista Mundial – Depto de Publicaciones, Jerusalém, 1973.

HARDAN, David;

SCHWEID, Elizer e outros – Fuentes del Pensamiento Judio Contemporâneo III - Organización Sionista Mundial – Depto de Publicaciones, Jerusalém, 1971.

HOFFMANN, Stanley H. – Teorias Contemporâneas sobre las Relaciones Internacionales – Editorial Tecnos SA, Madrid, 1963.

HOURANI, Albert Habib – Uma História dos Povos Árabes – Companhia da Letras, São Paulo, 1994.

JANSEN, G.H. – Zionism, Israel and Asian Nationalism – The Institute for Palestine Studies, Beirut, 1971.

KHALID, Walid, org. – From Haven to Conquest – Readings in Zionism and the Palestine Problem until 1948 – The Institute for Palestine studies, beirut, 1971.

LACERDA, Aurélio de - Questão da Palestina: direitos históricos, títulos jurídicos, as implicações do conflito - Liga dos Estados Árabes, Rio de Janeiro, 1970.

LAQUEUR, Walter – Historia del Sionismo – La Semana Publicaciones, Jerusalém, 1988 (1. Ed. Inglês, 1972 – Holt, Reinhart and Winston, New York)

LICHTHEIM, George – Imperialism – Penguin Books, Harmondsworth, 1974, c1971.

McCAULEY, Martin - The Origins of The Cold War: 1941-1949 – Longman Publishing, London and New York , 2ª ed. 1995 (1ª ed. 1983)

MANSFIELD, Peter, A History of the Middle East – Penguin Books, London, 1992.

MENUHIN, Moshe e outros – Judaísmo versus Sionismo – Delegação da Liga dos Estados Árabes, Rio de Janeiro, 1969.

MORGENTHAU, Hans. – Politics Among the Nations: The Struggle for Power and Peace – Alfred A. Knopf ed., New York, 1961.

MORRAY, J. P. - Origens da Guerra Fria - De Yalta ao Desarmamento - Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961.

NACIONES UNIDAS - Comité para el ejercicio de los derechos inalienables del pueblo palestino, Orígenes y Evolución del Problema Palestino – 1917-1988 – Naciones Unidas, Nueva York, 1990.

PAPPÉ, Ilan, Arab-Israeli Conflict – 1947 –1951 – I.B. Tauris, London and New York, 1994 (1ª edição, 1992).

PINSKY, Jaime, Origens do Nacionalismo Judaico – Coleção Problemas Contemporâneos, ed. HUCITEC, São Paulo, 1978.

PINSKY, Jaime;

WEINSTOCK, Nathan;

RODINSON, Maxime e outros - A Palestina e o Sionismo - Textos Escolhidos - Conjunto Universitário Cândido Mendes – Rio de Janeiro ( Não consta o ano de publicação).

RODINSON, Maxime; TRABULSI, Fawwaz – La Revolucion Palestina y el Conflito árabe-israeli – Cuadernos de Passado y Presente/14, Córdoba, 1970.

SACHAR, Howard M. – História de Israel I e II – A. Koogan ed., Rio de Janeiro, 1989.

SAID, Edward W.,

HITCHENS, Christopher and others - Blaming the Victims: spurious scholarship and the palestinian question – ed. Verso, New York and London, 1989.

SAID, Edward W. – Cultura e Imperialismo – Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

SMITH, Glen Alden - Soviet Foreign Trade - Organization, Operations and Policy: 1918-1971 - Praeger Publishers, New York, 1973.

STEVENS, Richard P. – American Zionism and U.S. Foreign Policy 1942-1947 – Institute for Palestine Studies, Beirut, 1962.

TOYNBEE, Arnold J. - A História e a Moral no Oriente Médio - Ed. Paralelo, 1970

WINER, Dov., org. – História Moderna e Contemporânea do Povo Judeu – Universidade de São Paulo, Centro Brasileiro de Estudos Judaicos, São Paulo, 1974.

YERGIN, Daniel - O Petróleo - Editora Página Aberta, São Paulo, 1993 (1 edição, em inglês, 1990, não menciona editora e cidade)